



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CAMPUS IGUATU
DEPARTAMENTO DE ENSINO
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**DIVERSIDADE SEXUAL E TRABALHO NA SOCIEDADE DE CLASSES: OS
PROCESSOS DE TRABALHO DOS/AS CABELEIREIROS/AS LGBT NO
MUNICÍPIO DE IGUATU – CE**

FRANCISCO BRENNO SOARES CAVALCANTE

IGUATU-CE
2015

FRANCISCO BRENNO SOARES CAVALCANTE

**DIVERSIDADE SEXUAL E TRABALHO NA SOCIEDADE DE CLASSES: OS
PROCESSOS DE TRABALHO DOS/AS CABELEIREIROS/AS LGBT NO
MUNICÍPIO DE IGUATU – CE**

Monografia apresentada à Banca Examinadora
como requisito parcial para a obtenção do título
de Bacharel em Serviço Social do Instituto
Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Ceará campus Iguatu.

Orientadora: Prof. Ms. Luana Paula M. Santos
Co-orientador: Ms. Rafael Dias Toitio

IGUATU-CE

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

C377d Cavalcante, Francisco Brenno Soares

Diversidade sexual e trabalho na sociedade de classes: os processos de trabalho dos/as cabeleireiros/as LGBT no município de Iguatu – Ce/ Francisco Brenno Soares Cavalcante - Iguatu, 2015.

135 p. il., enc.; 30 cm.

Monografia (Graduação em Bacharelado em Serviço Social) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Iguatu, 2015.

Orientação: Prof. Ms. Luana Paula M. Santos

Co-orientador: Ms. Rafael Dias Toitio

1. Sexualidade. 2. Trabalho. 3. Heterossexismo. I. Título

CDD: 361.610981

FRANCISCO BRENNO SOARES CAVALCANTE

**DIVERSIDADE SEXUAL E TRABALHO NA SOCIEDADE DE CLASSES: OS
PROCESSOS DE TRABALHO DOS/AS CABELEIREIROS/AS LGBT NO
MUNICÍPIO DE IGUATU – CE**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, campus Iguatu, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Data de aprovação ____/____/____

Banca Examinadora:

Prof^a. Ms. Luana Paula Moreira Santos

(UERN – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte)

Prof^o. Ms. André Menezes

(IFCE – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará *campus* Iguatu)

Prof^a. Esp. Maiara Reis Campos

(IFCE – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará *campus* Iguatu)

AGRADECIMENTOS

Dedico aos que foram/são chamados de “doentes”, “pecadores/as”, “criminosos/as”, mas que transgridem o padrão e lança novas bases para o entendimento da sexualidade e para o conhecimento do sujeito. Foram pelos/as queimados/as na fogueira, os/as torturados/as, os/as mutilados/as; pelos/as mortos/as de ontem, hoje e amanhã que se negam insistentemente a reproduzir os costumes da sociabilidade burguesa.

À Maria Zulene Soares da Silva Cavalcante e Francisco Arnaldo Cavalcante que não mediram esforços na minha educação e sempre mostraram a importância da busca pelo conhecimento, que são a fonte de minha inspiração, a cozinheira e o pedreiro que me construíram e sempre foram a razão da minha existência e das minhas conquistas. Ao Rennan Rene Soares Cavalcante por ser também uma fonte de inspiração na dedicação aos estudos e mostrar o significado da valiosa palavra cumplicidade.

Aos/as Companheiros/as de luta do Levante Popular da Juventude de Iguatu que fizeram “metade de mim agora é assim: de um lado a poesia, o verbo, a saudade, do outro a luta, força e coragem pra chegar no fim”. Aos/as companheiros/as da Consulta Popular que me fortalecem e dão uma grande contribuição para minha formação e instiga de militante na luta por um Projeto Popular para o Brasil.

Às profissionais e companheiras de luta Evelyne Medeiros e Maria Madalena Silva por darem uma contribuição significativa na minha formação profissional com o “Projeto de Extensão Juventude e Cooperação Agrícola” onde tive a oportunidade de me aproximar dos movimentos camponeses e fortalecer meu direcionamento político. Vocês são exemplos de profissionais que pretendo seguir e demonstram que o fazer profissional pode ser carregado da dimensão política.

À orientadora Luana Paula que pela sua serenidade aguentou todas as minhas lamúrias e desesperos, desculpa por lhe fazer raiva com as minhas cobranças. Prometo não fazer mais isso com o/a próximo/a orientador/a que tiver, foi chatice de principiante.

Ao Rafael Dias Toitio que agradeço pelas boas contribuições na construção do trabalho e pelo forte suporte que foi durante esses últimos meses, aprendi muito mesmo com a distância.

À professora Adriana Alves a qual tenho a profunda gratidão por tê-la como professora, do acompanhamento e atenção que dedicou durante o processo de construção do

projeto de pesquisa. É bom saber que saio do IFCE construído algo com você, sintase reconhecida no trabalho.

À professora Cynthia Studart que tive o importante contato nas salas de aula e mostrou o exemplo de comprometimento político com a categoria profissional por uma sociedade sem opressões, ainda lembro da transcendente aula de seminário temático I que expôs sobre políticas afirmativas de forma mágica e com uma dádiva sobre-humana ao ponto de me fazer afirmar que “são nesses momentos em que Deus aparece”. Pode ter parecido apenas uma aula, mas para mim foi uma inesquecível aula.

A todos/as os/as professores não só da academia, mas de todas as escolas que passei, pois sem eles/as eu não conseguiria enxergar tão longe nem ter dado passos tão consistentes na minha vida, como disse o cientista Isaac Newton “Se eu vi mais longe, foi por estar sobre ombros de gigantes”.

A todos/as da minha turma de serviço social 2011.1 do IFCE que compartilhamos momentos de alegrias, desesperos e muitos “boicotes” das aulas.

A todos/as cabeleireiros/as que participaram da pesquisa, sem vocês este trabalho não teria a vida e o suor que tem.

A todos/as os/as trabalhadores/as brasileiros/as que ainda lutam pela sua sobrevivência nas grandes cidades, nos garimpos ou na zona rural diariamente, mantêm a universidade e a sociedade inteira ainda que não sejam retribuídos/as como merecem.

Eu tenho Zumbi, Besouro o chefe dos tupis,
SOU tupinambá, tenho os erês, caboclo boiadeiro,
Mãos de cura, morubichabas, cocares, **ARCO-ÍRIS**,
Zarabatanas, curare, flechas e altares.
À velocidade da luz, no escuro da mata escura, o breu o silêncio a espera.
Eu tenho Jesus, Maria e José, todos os pajés em minha companhia,
O Menino Deus brinca e dorme nos meus sonhos, o poeta me contou.

Maria Bethânia e Paulo César Pinheiro – Cartas de Amor

Se não posso dançar, não é minha revolução.
Emma Goldman

RESUMO

No plano aparente, é possível enxergar determinados postos de trabalho em que o segmento LGBT se insere pelas manifestações transgressoras que se expressam através do corpo. Então, a categoria trabalho se torna mais complexa quando existe a articulação com os elementos transgressores dos sujeitos envolvidos, além disso, o trabalho tem uma importância fulcral para a compreensão da sociedade e dos sujeitos, pois mais que valores de uso o trabalho também constrói sujeitos. Afinal, a construção do ser homem ou mulher passa necessariamente pela imposição de papéis socialmente reconhecidos através do trabalho, é assim que são demarcados os sexos na sociedade. Porém, a divisão sexual do trabalho não apenas opõe os sexos, mas estabelece uma dependência sobre eles, o que nos leva a inferir que mais que sujeitos sexuados a divisão sexual do trabalho faz sujeitos heterossexuados, um exemplo é o modelo familiar burguês. Contudo, quando os sujeitos não se inserem ou não obedecem às exigências sexistas e heterossexistas da sociedade, para quais postos de trabalho são direcionados e como é encarado quando se afirmam enquanto diversidade sexual neste espaço? Diante disso, vou direcionando esforços na busca por articular sexualidade e trabalho por meio dos processos de trabalho de cabeleireiro a fim de entender como os sujeitos da diversidade sexual da classe trabalhadora no seu processo de sociabilidade são direcionados para determinados trabalhos e como estes são realizados por tais sujeitos. Por isso, é através do debate da divisão sexual do trabalho e dos processos de trabalho que tenho como objeto de estudo os/as cabeleireiros/as LGBT que participam do *Divas Days* no município de Iguatu-CE. Sem abrir mão da vertente do materialismo histórico dialético, utilizo os materiais coletados na pesquisa por meio de diários de campo, entrevistas e investigação bibliográfica para fazer a articulação das categorias da economia política marxista com a profissão de cabeleireiro; o debate sobre a sexualidade dentro da consubstancialidade das relações sociais de classe, sexo e “raça”; e, ao final, caracterizo o processo de inserção dos/as LGBT na profissão de cabeleireiro e as dificuldades que enfrentam nos modos de vida com a consubstancialidade entre sexualidade e classe em um contexto marcado pelas classes sociais e o heterossexismo.

Palavras-chave: Sexualidade. Trabalho. Consubstancialidade das relações sociais de classe, sexo e “raça”. Capitalismo e Heterossexismo.

ABSTRACT

In apparent plan, you can see certain jobs where the LGBT segment is inserted by transgressive manifestations that are expressed through the body. Then, the category work becomes more complex when there is a connection with the lawless elements of the subjects involved, in addition, work is central to the understanding of society and individuals, as more than use values work also builds subject . After all, the construction of the man or woman necessarily involves the imposition of socially recognized roles through work, is how are marked sexes in society. However, the sexual division of labor not only opposes the sexes, but establishes a dependency on them, which leads us to infer that more than subject sexed sexual division of labor is subject *heterossexuados*, an example is the bourgeois family model. However, when subjects do not fall or do not obey the sexist and heterosexist demands of society, for which jobs are targeted and how it is perceived when claim as sexual diversity in this space? Therefore, I will directing efforts in the search for joint sexuality and work through the hair work processes in order to understand how the subject of sexual diversity of the working class in its sociability process are directed to certain jobs and how they are conducted by such subjects. So it is through discussion of the sexual division of labor and work processes that have as object of study hairdressers LGBT participating in the *Divas Days* in the city of Iguatu-CE. Without giving up the dialectical historical materialism shed, use materials collected in the research through field diaries, interviews and bibliographical research to the articulation of the categories of Marxist political economy with the hairdressing profession; the debate about sexuality within the consubstantiality of class social relations, gender and "race"; and, finally, characterize the process of insertion of LGBT in the hairdressing profession and the difficulties they face in lifestyles with the consubstantiality between sexuality and class in a context marked by social classes and heterosexism.

Keywords: Sexuality. Work. Consubstantiality of class social relations, gender and "race". Capitalism and heterosexism.

LISTA DE FIGURAS

Figura1 - Conversa com Interlocutor	22
---	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CE: Ceará

CFESS: Conselho Federal de Serviço Social

CRESS: Conselho Regional de Serviço Social

FAJI: Fundação de Apoio ao Jovem de Iguatu

FIPE: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

GGB: Grupo Gay da Bahia

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFCE: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

IF's: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

ILGA: Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexos

INAMPS: Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social

LGBT: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

Prof^{fa}: Professora

Prof.: Professor

SENAC: Serviço Nacional do Comércio

TCLE – Termo de Consentimento Livre Esclarecido

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. PEGA A TESOURA QUE EU VOU FAZER UM RECORTE DE CLASSE: o trabalho e a classe trabalhadora dos/as cabeleireiros/as.....	25
1.1 A articulação das categorias da Economia Política na contemporaneidade.....	25
1.2 Divisão social do trabalho e o trabalho na lógica burguesa.....	42
1.3 Divisão sexual do trabalho: elemento para se pensar o trabalho e a transgressão do sexo.....	50
2. TINTAS QUE SE MISTURAM E PRODUZEM CORES: a sexualidade e a consubstancialidade das relações sociais de sexo, classe e “raça”	58
2.1 A sexualidade na história.....	59
2.2 A consubstancialidade das relações sociais de sexo, classe e “raça”.....	73
3. O DESEMBARAÇO DOS FIOS QUE LIGAM A TRANSGRESSÃO AO TRABALHO: os processos de trabalho dos/as cabeleireiros/as LGBT do <i>Divas Days</i>.....	89
3.1 O <i>Divas Days</i>: uma análise preliminar.....	90
3.2 Os Processos de Trabalho e a Transgressão da Sexualidade: cabeleireiros/as LGBT do <i>Divas Days</i> em foco	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
REFERÊNCIAS.....	125
APÊNDICE A (TCLE).....	131
APÊNDICE B (ROTEIRO DE ENTREVISTA).....	133

INTRODUÇÃO

Não é de hoje que se visualiza em alguns dos diversos postos de trabalho uma “maleabilidade” própria de uma atividade sem muito disciplinamento e rigidez para questões ligadas à expressão da sexualidade. Se apontarmos comparações entre postos de trabalho é possível constatar que há rigidez de forma disciplinada em trabalhos ligados a modelos convencionais do sexo onde não há transgressão na sua forma aparente, do mesmo modo que existem também aqueles postos onde os sujeitos manifestam a transgressão de forma nítida como estilistas, decoradores, cabeleireiros, maquiadores, dançarinos, entre outros.

Isso revela que há diferenças entre os trabalhos para além das posições que ocupam dentro do mercado, pois existem agentes que exercem essas profissões e partilham ou não de uma sexualidade transgressora que pode ser expressa ou não no trabalho. Dentre as diversas evidências que apontam para que se enxergue a transgressão da sexualidade nos postos de trabalho no nível aparente, estão os/as personagens que aparecem nas tramas televisivas de forma estereotipada com elementos que se revelam através do corpo como as gestualidades e as vestimentas.

No município de Iguatu não é diferente, uma vez que o número de LGBT que exercem a profissão de cabeleireiro/a e maquiadores/as é tão significativo ao ponto de ser realizada uma atividade anual de prestação de serviços por esses sujeitos, chamada de *Divas Days*. Esta atividade juntamente à Blitz Educativa, Os Seminários e o Miss e Mister Gay consistem nas atividades inseridas na Semana da Diversidade Sexual de Iguatu em que ao final tem como encerramento a Parada Gay¹ do município. Assim, esta atividade está inserida em uma semana com direcionamento para a população LGBT promovidas pela Associação de Homossexuais de Iguatu e Região Centro-Sul Butterfly.

Por outra via, a busca por aprofundar os estudos sobre o trabalho e suas reconfigurações diante das mudanças no processo de acumulação capitalista consiste em um significativo subsídio que permite analisar a dimensão macrossocial em que os sujeitos estão circunscritos. É nessa linha de raciocínio que se estabelece as formas de inserção social em uma lei geral que rege as relações pautadas pelo capital. Porém, a categoria trabalho é também um aporte fundamental para a análise de como estão interligadas em uma relação dialética a

¹ A Parada do Orgulho LGBT é um marco histórico do movimento LGBT em que sua origem remonta da contestação à força policial em um bar de Nova York em 28 de Junho de 1969 que ficou conhecido como Revolta de *Stonewall*. Consequentemente, a data se tornou símbolo passando a se chamar de Dia do Orgulho Gay e se espalhou para o mundo através das marchas nas grandes cidades.

dimensão econômica da produção à sociabilidade com o seu contexto dinâmico de reprodução social como a ideologia, a cultura, a política e também a sexualidade.

Consequentemente, este tipo de análise permite estabelecer a interlocução do trabalho com a sexualidade em que o corpo passa a expressar esse intermédio, é com o corpo que tanto se estabelece a dinâmica do ciclo capitalista da produção de mercadorias, por meio do trabalho, como da reprodução através da circulação e consumo além dos outros substratos oriundos das relações sociais como a sexualidade. Por meio do corpo os sujeitos estão inseridos nestas duas esferas, a produção e a reprodução, que são princípio e reforço do modelo de produção atual, afinal, é necessário a garantia do mínimo de consenso das camadas subalternas para alcançar as respostas previstas e necessárias para o capital. É assim que o aparato ideológico se consolida na reprodução social e a sexualidade passa a se hegemonizar através do heterossexismo² nas relações ao passo em que subjazem as diversas formas de expressões da sexualidade que passam a ter como medida o controle.

Isto significa dizer que se de um lado podemos constatar que o corpo é o fulcro de onde se alicerça o trabalho como afirmam Marx e Engels (2008, p. 44, grifos dos autores) que os homens “eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a *produzir* seus meios de existência, e esse salto é condicionado por sua constituição corporal”, por outro, o corpo também está submerso aos padrões e regras sociais impostos à sexualidade diante da racionalidade burguesa como questiona Foucault (2014, p. 10) “[...] na época em que se explora sistematicamente a força de trabalho, poder-se-ia tolerar que ela fosse dissipar-se nos prazeres, salvo naqueles, reduzidos ao mínimo que lhe permitem reproduzir-se?”.

Em síntese, os sujeitos que transgridem o padrão sexual vigente também não estão isentos da venda da sua força de trabalho, ou seja, ainda dependem da relação contratual mediante o salário como condição vital de sobrevivência. Assim, a presente investigação traz como objetivo geral esse desvendamento dos elementos consubstanciais entre as sexualidades transgressoras e o trabalho dentro da sociedade de classes, o que permite analisar o trabalho de forma mais complexa através do elo de análise método dialético.

A articulação entre trabalho e a sexualidade em meio ao contexto heterossexista e capitalista aparece como um instigante desafio para compreender essa relação. Pode-se enxergar a crescente requisição por costumes que valorizem o culto ao corpo, daí a alarmante incidência da indústria da beleza na vida social tanto em conformidade com os pressupostos

²Segundo Welzer-Lang, heterossexismo consiste na “[...] promoção incessante pelas instituições e/ou indivíduos, da superioridade da heterossexualidade e da subordinação simulada da homossexualidade” (2001, p. 467 – 468). O autor francófono ainda enriquece acrescentando que não só a homossexualidade é inferiorizada no heterossexismo, mas também “toda forma reivindicada de sexualidade que se distingue da heterossexualidade é desvalorizada e considerada da doxa de sexo que se impõe como modelo único. O mesmo acontece com a bissexualidade, as sexualidades transexuais, etc.” (Idem, p. 468, grifos meus). Pode-se dizer que longe de encontrar a raiz em qualquer norma, o heterossexismo desvela que a heterossexualidade está no controle por meio do sexo.

valorativos de aceitação na esfera social, mas também como um importante nicho que o capital encontrou para seus auspiciosos lucros.

Por essas e outras que o corpo se torna cada vez mais apropriado pelo capital tanto nas extenuantes horas destinadas para a produção como para a expansão de um mercado que tem como objetivo a prestação de serviços voltados para o padrão estético, um exemplo pode ser mencionado o salão de beleza. Ao lado desse fenômeno, também está acompanhado uma absorção da força de trabalho LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) nesse espaço do mercado. Em suma, em conformidade com esse processo, o que se apresenta a primeira vista é que os sujeitos que compõem a diversidade sexual³ são os que predominantemente estão submersos nesse espaço de trabalho.

Esse fenômeno foi também verificado por Silveira (2006) que, ao pesquisar as transexuais, verificou que a profissão de cabeleireira era a mais frequente no universo da sua pesquisa ao lado da profissional do sexo e das atividades ligadas a religiões de matriz africana como pai ou mãe de santo. Porém, da mesma forma que Silveira (2006) constatou que a atividade de cabeleireiro era mais “tolerante” para a inserção desse público, em contrapartida o relatório do Grupo Gay da Bahia de 2014 intitulado de *Assassinatos de Homossexuais (LGBT) no Brasil* revela que a profissão de cabeleireiro ocupa a segunda profissão com mais incidência de vítimas por homofobia, perdendo apenas para a de profissional do sexo que tem 45% das mortes. Então, é a partir dessas manifestações da relação da profissão de cabeleireiro com o segmento LGBT que busco pesquisar o universo dos/as cabeleireiros/as LGBT do município de Iguatu.

Essa elucidação suscita uma série de questionamentos: como se expressa a sexualidade na sociedade de classes? O segmento LGBT pode expressar sua sexualidade em todos os postos de trabalho? Qual a relação da profissão cabeleireiro/a com o segmento LGBT? Porque o público LGBT converge para esse posto de trabalho? Como se expressa a sexualidade desses profissionais no ambiente de trabalho? São questões tidas aparentemente como “naturais”, mas que mostrou ser um ramo promissor para a investigação científica e nortearam o presente trabalho.

³ O termo diversidade sexual refere-se às múltiplas subjetividades e expressões da sexualidade humana que transgridem com a heterossexualidade e evidenciam a complexidade e a dinamicidade da sexualidade. Em outras palavras, as sexualidades que transgridem só são consideradas “diversas” porque existe uma “norma”, a heterossexualidade. Como afirma Welzer-Lang “[...] a sexualidade considerada como ‘normal’ e ‘natural’ está limitada às relações sexuais entre homens e mulheres. As outras sexualidades, homossexualidades, bissexualidades, sexualidades transexuais... são, no máximo, definidas, ou melhor, admitidas, como ‘diferentes’” (2001, p. 460). Assim, entendendo às críticas ao termo ao afirmar que “na perspectiva da diversidade, a diferença e a identidade tende a ser naturalizadas, cristalizada, essencializadas.” (SILVA apud JOCA, 2008, p. 63) ainda se faz necessário que dentro dessas relações sociais estabeleça a defesa e a adoção do termo ao se referendar enquanto sujeitos contribuindo na ultrapassagem da vergonha para o orgulho, pois “o aspecto da instabilidade, da pluralidade e da construção da sexualidade e do gênero torna-se complexa e de difícil entendimento, dada a solidez dos padrões estabelecidos e cotidianamente reafirmados nos mais diversos espaços de socialização e formação dos sujeitos.” (JOCA, 2008, p. 64).

O debate sobre trabalho ainda se torna um instigante desafio para aqueles/as que buscam fortalecer e defender a teoria marxista como um referencial teórico-metodológico no entendimento da sociedade burguesa. Por isso, muitos/as marxistas nos dias de hoje encontram na categoria trabalho um meio de dinamizar as obras marxianas sem abandonar seus princípios. Outra contribuição para os/as pesquisadores/as está na substancial adoção da corrente do materialismo histórico dialético que hoje se torna impensável para qualquer fidelidade na investigação de uma pesquisa. A aproximação com Marx se torna cada vez mais precisa quando se descobre e constrói novas releituras de suas obras em meio a novas expressões que o/a pesquisador/a se depara no cotidiano, assim se constata a certeza de que são os sujeitos que se propõem a reinventar o marxismo que estão perpetuando o legado de Marx.

Nesse sentido, a busca por visibilizar os/as agentes que compõem a classe trabalhadora surge como um fator que contribui para a centralidade desses/as “protagonistas” na transformação da sociedade e de notoriedade dentro do espaço acadêmico. Com isso, um dos compromissos estabelecidos é a importância de articular o trabalho com outras categorias que podem estar interligadas à práxis humana como, no caso, a sexualidade. Assim, busca-se complexificar os estudos ligados ao universo marxista e contribuir para novas formulações do marxismo se afastando dos dogmas e dos engessamentos que predominam em muitas análises.

Logo, minha aproximação e afinidade com a categoria trabalho vêm do processo de identidade de classe⁴ que passou a me acompanhar durante minha formação profissional. Além do intuito de entender a heterogeneidade da classe trabalhadora como um pressuposto inicial para compreender as diferentes configurações em que estão submetidos/as esses sujeitos no espaço de trabalho, já que são inseridos em um regime de exploração que lhes controlam e oprimem em todas as esferas de sociabilidade.

Concomitantemente, a esse processo também me acompanhou, na mesma medida, o reconhecimento de pertencimento como homossexual e, por isso, incluso na diversidade sexual, o que me fez enveredar para o debate da sexualidade no processo de formação profissional e nos espaços de organização política.

Fato este que me fez abordar em como o segmento LGBT se encontra inserido e nele me dedicar com afinco para desvendar quais as especificidades do seu trabalho e qual a relação que se estabelece com esse trabalho ao compreender que o segmento está imerso em uma sociedade heterossexista e capitalista.

⁴ O processo de identidade de classe advém da tomada da *consciência de classe*, pressuposto inicial para a luta revolucionária que permite ir “[...] para além da mera reivindicação pontual (para melhores condições de venda da força de trabalho), dentro da ordem [...], elaborando o conhecimento científico dos fundamentos da sociedade que pretende transformar” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 111).

Outro ponto que caracteriza a pesquisa e que serve de importante contribuição é o vínculo com a teoria marxista, pois possibilita refletir acerca da população LGBT com um nítido e importante recorte de classe e, assim, pensar a sexualidade consubstanciada à “raça”⁵/etnia, classe social, a partir da compreensão das relações sociais de sexo. Em outras palavras, a abordagem marxista viabiliza a análise da sexualidade articulada aos aspectos macroestruturais que atuam na égide do capital. Dessa forma, ponho-me a questionar sobre os diversos estudos sobre sexualidade que não abordam o recorte de classe, mas afinal, quem irão se preocupar com o recorte de classe na sexualidade senão àqueles/as que assumem uma posição de classe desprivilegiada? Da mesma forma que quem é aqueles/as que devem reivindicar como necessário o debate da sexualidade no marxismo senão os/as que vivenciam a transgressão?

Constata-se que ainda se espalha pelo universo acadêmico o debate da sexualidade sem vinculação com dimensão material em que os sujeitos se encontram e é por isso que se torna importante quebrar com os “misticismos” envolvidos no debate da sexualidade que plasmam sem materialidade na vida dos sujeitos. Marx (2008b, 120, grifos do autor) afirma que “qualquer vida social é essencialmente *prática*. Todos os mistérios que levam ao misticismo encontram sua solução racional na práxis humana e na compreensão dessa práxis”. Do outro lado do abismo, ocorre o mesmo erro por via contrária, pois se depara com a invisibilidade do debate da sexualidade nas produções marxistas, por isso trabalhos como este se tornam importantes.

Além disso, estudando no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE campus Iguatu sendo pioneiro e único na implantação do curso de Bacharelado em Serviço Social dos IF’s em nível nacional, não poderia ser deixado o debate da sexualidade para “escanteio” em um momento de início da formação das primeiras turmas.

Soma-se também como motivador para minha aproximação com o objeto, o fato de ser um sujeito que vivencia a transgressão da heterossexualidade e, por isso, não medir esforços para instabilizar a rigidez da sexualidade nos espaços em que me insiro. Então, aqui, como um momento significativo nas minha carreira acadêmica e profissional, não poderia ser diferente.

Concernente também com o posicionamento que a profissão assume explicitamente ao romper com as práticas conservadoras quando legitima no Código de Ética Profissional do Assistente Social a defesa do “exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade,

⁵ Utilizo o conceito de “raça” entre aspas para designar o seu caráter estritamente sociológico, haja vista já ser comprovada a inexistência, sob o aspecto biológico de humanidade, de outra “raça” além da ‘raça humana’. Porém, considero importante pautar o contexto sociológico da “raça” e do “racismo” pois, foram estas determinações à época vigentes que proporcionaram, discriminações, preconceitos e explorações de seres humanos de etnias distintas.

orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.” (CFESS, 1993, p. 24). Da mesma forma que se tem o suporte das resoluções nº 489/2006, que veda qualquer postura profissional discriminatória ou preconceituosa por expressão ou orientação sexual, e a de nº 615/2011 que dispõe do nome social da travesti ou do/a transexual na carteira profissional que consolidam a explícita necessidade de reservar um espaço significativo para o debate da sexualidade.

Porém, com todos os avanços notórios no seio profissional e na sociedade acerca do debate da sexualidade ainda se vivencia, no plano político, desafios a serem superados como o alargamento da bancada conservadora-religiosa no parlamento que impedem o reconhecimento dos direitos do segmento LGBT.

Nesse sentido, o presente trabalho buscou por meio da abordagem qualitativa, compreender as nuances que envolvem o trabalho dos/as cabeleireiros/as LGBT em Iguatu, esta escolha se dá por entendermos a sua relevância na contribuição para explicar e desvendar com profundidade as características e significados do objeto (OLIVEIRA, 2012). Assim, busco uma aproximação mais detalhada e precisa da realidade e dos sujeitos envolvidos, já que “[...] as pesquisas qualitativas privilegiam o uso de uma abordagem em que o contato do pesquisador com o sujeito é muito importante” (MARTINELLI, 1999, p. 22).

Para Martinelli (1999) é necessário que o/a pesquisador/a não divorcie os sujeitos pesquisados de sua estrutura no caminho à compreensão dos fatos. Além disso, a mesma autora defende o reconhecimento da singularidade do sujeito a partir da aproximação do contexto em que manifesta a sua vida e a experiência social, ou seja, em como constroem e vivem suas vidas no cotidiano e o modo de vida como pressupostos importantes para o uso da metodologia em pesquisas qualitativas.

O entendimento é de que “[...] a relação entre pesquisa quantitativa e qualitativa não é de oposição, mas de complementaridade e de articulação” (MARTINELLI, 1999, p. 27), o que leva a guisa de concluir que “é o conjunto de pontos de diferentes pontos de vista, e diferentes maneiras de coletar e analisar os dados (qualitativamente e quantitativamente), que permite uma ideia mais ampla e inteligível da complexidade de um problema” (GOLDENBERG, 2007, p. 62). Isso nos demonstra que qualquer oposição entre os tipos de pesquisa não passa de uma postura imatura e artificial, nas palavras de Goldenberg (2007, p. 66 – 67) “[...] o conflito entre pesquisas qualitativas e quantitativas é muito artificial”. Nitidamente, reconhece-se a necessidade de utilizar técnicas ou instrumentos diferenciados na pesquisa qualitativa, uma vez que não faz um antagonismo ou uma negação à pesquisa quantitativa, pois a relação que se estabelece entre as duas é de complementaridade onde “a

pesquisa qualitativa é útil para identificar conceitos e variáveis relevantes de situações que podem ser estudadas quantitativamente” (GOLDENBERG, 2007, p. 63).

Este trabalho monográfico, por estar inserido no âmbito das ciências sociais, não tem como objetivo atingir ou ser parâmetro para leis universais, uma vez que seu interesse é na compreensão da realidade dos sujeitos, pois “[...] as ciências sociais devem se preocupar com a compreensão de casos particulares e não com a formulação de leis generalizantes, como fazem as ciências naturais” (GOLDENBERG, 2004, p. 18 - 19). De acordo com Goldenberg (2004), a pesquisa qualitativa nas ciências sociais requer métodos e instrumentos próprios que permitam explicar os fenômenos de forma densa e com a riqueza de detalhes necessária para entender a complexidade do objeto como um “mergulho” dentro grupo pesquisado, ao contrário da pesquisa quantitativa que utiliza métodos comparativos e generalizações, pois “é equivocado pensarmos que a metodologia qualitativa não pressupõe instrumentos. Os instrumentos são diferenciados em relação à quantitativa, mas são igualmente importantes” (MARTINELLI, 1999, p. 25).

Os instrumentos ou técnicas de pesquisa significam “os procedimentos operacionais que servem de mediação prática para a realização das pesquisas” (SEVERIANO, 2007, p. 124) e que devem estar definidos em consonância com os objetivos propostos e as hipóteses levantadas conforme o marco teórico (OLIVEIRA, 2012).

Dentre os instrumentos da pesquisa qualitativa, destacam-se as observações, as histórias de vida, questionários e entrevistas (OLIVEIRA, 2012), além de também conter a documentação. Em síntese, as observações têm o intuito de acessar aos fenômenos estudados, o que se tornam imprescindíveis instrumentos para qualquer tipo ou modalidade de pesquisa (SEVERIANO, 2007) podendo ser participante ou direta. A pesquisa direta se caracteriza pela observação de possíveis objetivos e hipóteses levantadas anteriores a inserção no campo, já na observação participante o pesquisador deve interagir no universo pesquisado em um intermitente diálogo com o sujeito ou grupo (OLIVEIRA, 2012).

A entrevista pode ser considerada um aporte importante para a construção do diálogo entre pesquisador e objeto, pois é “um excelente instrumento de pesquisa por permitir a interação entre pesquisador (a) e entrevistado(a) e a obtenção de descrições detalhadas sobre o que está se pesquisando” (OLIVEIRA, 2012, p. 86). Portanto, é nela que “o pesquisador visa apreender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam” (SEVERINO, 2007, p. 124) e podem ser estruturadas e não-diretivas, nestas as informações são obtidas através do discurso livre do entrevistado ao exigir um atento olhar do pesquisador, àquelas são adquiridas por meio de questões diretas, o que as tornam mais categorizáveis (SEVERINO, 2007).

Outro instrumento utilizado para subsídio no trabalho foi o diário de campo que possibilitou uma aproximação documental detalhada da experiência que o pesquisador vivenciou a partir da entrada ao campo. Dessa forma, a descrição por meio do registro se torna uma das possibilidades de retratar o cotidiano do pesquisador e as manifestações que o objeto apresenta de forma fiel.

No que se refere à técnica utilizada para esta pesquisa, adotei a história de vida por esta permitir a apropriação das informações sobre a vida pessoal de um ou vários sujeitos de diversas formas: autobiografia, crônicas, memorial dentre outras (SEVERINO, 2007). Daí mencionar que a história de vida está inserida no rol das técnicas de abordagem biográfica da pesquisa qualitativa juntamente com a história oral, biografia e autobiografia, como afirma (CAMPOS apud SILVA et al., 2007, p. 27). Assim, por mais que no universo da pesquisa qualitativa existam muitos métodos e técnicas, a história de vida carrega um espaço privilegiado ao estabelecer um elo do indivíduo e a sociedade marcada por uma dimensão temporal e espacial, ou seja,

[...] a história de vida ocupa um lugar de destaque. Através da história de vida pode-se captar o que acontece na intersecção do individual com o social, assim como permite que elementos do presente fundam-se a evocações passadas. Podemos, assim, dizer que a vida olhada de forma retrospectiva faculta uma visão total de seu conjunto, e que é o tempo presente que torna possível uma compreensão mais aprofundada do passado (PAULILO, 1999, p. 140 – 141).

Nesse percurso, a técnica de história de vida permite fazer uma demarcação de como o sujeito experimentou e vivenciou seu contexto de vida marcado pelos fenômenos que encarou na sua trajetória histórica ao passo que também fornece o entendimento de como os rebatimentos históricos repercutem na vida individual dos sujeitos. Em outras palavras, como o sujeito atua na história e como a história incide no sujeito. Esse jogo relacional entre sujeito e sociedade faz da história de vida “[...] uma base consistente para o entendimento do componente histórico dos fenômenos individuais, assim como para a compreensão do componente individual dos fenômenos históricos” (PAULILO, 1999, p. 142 – 143).

Não se trata de fazer uma apartação conflitante entre o sujeito e a sociedade, como se houvessem dois polos antagônicos, mas de entender a inextricável relação que se estabelece entre ambos em que um se constrói mutuamente no outro. É nessa linha de raciocínio que, na história de vida, o sujeito passa a ser retratado como vivo e em movimento, e não como uma substância amorfa e alheia à história, ou seja, antes do indivíduo ser produto ele é produtor da sua história. A história de vida passa a ser uma insigne técnica para aqueles que buscam estabelecer a simbiose entre indivíduo e sociedade, entre subjetividade e objetividade. Como afirma Goldenberg (2004, p. 38),

A abordagem de História de Vida cria “um tipo especial de documento no qual a experiência pessoal entrelaça-se à ação histórica, diluindo os antagonismos entre *subjetividade* e *objetividade*”. O objetivo é estabelecer uma clara articulação entre biografia individual e seu contexto histórico e social (grifos da autora).

Por isso, até mesmo no processo da pesquisa há uma preponderante participação dos sujeitos que constroem sua história, pois são eles que selecionam os fatos e acontecimentos que demarcam o seu passado, de modo a ocupar outra posição: a de narrador. Consequentemente, é isso “o que interessa quando trabalhamos com história de vida é a narrativa da vida de cada um, da maneira como ele a reconstrói e do modo como ele pretende seja *sua*, a vida assim narrada” (BOSI apud PAULILO, 1999, p. 141, grifos da autora). Daí evidenciar que mesmo com todas as intervenções do/a pesquisador/a, o percurso da pesquisa vai ser direcionado pelos donos/a da história em pauta, uma vez que “[...] embora tenha sido o pesquisador a escolher o tema, a formular as questões ou a esboçar um roteiro temático, é o narrador que decide o que narrar” (QUEIROZ apud PAULILO, 1999, p. 141).

Porém, isso não significa dizer que o/a pesquisador/a não tem um papel participante durante a pesquisa, já que a história de vida exige do/a pesquisador/a a sensibilidade na escuta dos relatos nas narrativas estudadas, pois conforme Nogueira (apud SILVA et al., 2007) a escuta na história de vida deve ser comprometida, engajada e participativa. Assim, o pesquisador deve ter a sensível percepção de encontrar dentro do exercício da retrospectiva da vida dos sujeitos os momentos mais significativos e emblemáticos que ainda causam e surtem efeitos no presente quando são rememorados. Como exemplifica a seguinte passagem de uma entrevista:

Eu me sinto vitoriosa hoje porque eu venci a tudo isso, **mas você me fazendo voltar já me cansa assim, me deixa com a mente já perturbada. Assim... é como se eu tivesse voltando para aquela situação que eu quase não escapei.** Então adolescência e juventude, entendeu? Eu não sei em qual eu sofri mais, eu sei que eu sofri muito nas duas. Eu só consigo falar que eu sou feliz, que eu vivo hoje (Lilás).

Outro elemento que caracteriza essa relação dual entre pesquisado/a e pesquisador/a está na relação em que existe entre os dois, pois “um relato é sempre dirigido a alguém e, assim, provoca também um efeito em quem ouviu. – logo, tal dimensão é dual, como bem se estabelece este modelo baseado na relação entre aquele que colhe os relatos [...] e quem os conta [...]” (SILVA et al, 2007, p. 33).

Pode-se afirmar que a pesquisa não apenas conta com instrumentos e técnicas, mas também de um método que direciona o procedimento metodológico. Então, após a caracterização dos instrumentos e técnicas adotados, é importante ressaltar e destinar um espaço para a diferença entre o método e os instrumentos e técnicas pela seguinte afirmação “[...] instrumentos e técnicas são meios de que se valem o pesquisador para ‘apoderar-se da

matéria’, mas não devem ser identificados com o método: instrumentos e técnicas similares podem servir (e de fato servem), em escala variada, a concepções metodológicas diferentes” (NETTO, 2011, p.26).

Com o necessário direcionamento da pesquisa, o método pode ser definido “[...] como sendo o caminho escolhido para atingir os objetivos, preestabelecidos na elaboração do projeto de pesquisa” (OLIVEIRA, 2012, p. 48). Assim, será adotado o método do materialismo histórico dialético, pois é através do movimento do objeto transposto para o pensamento que se apreende a essência dos fenômenos. Segundo Netto (2011) o pesquisador deve superar a visão imediatista e fenomênica e alcançar o nível da essência, isso não quer dizer que a aparência deve ser descartada, mas que ela é o ponto de partida.

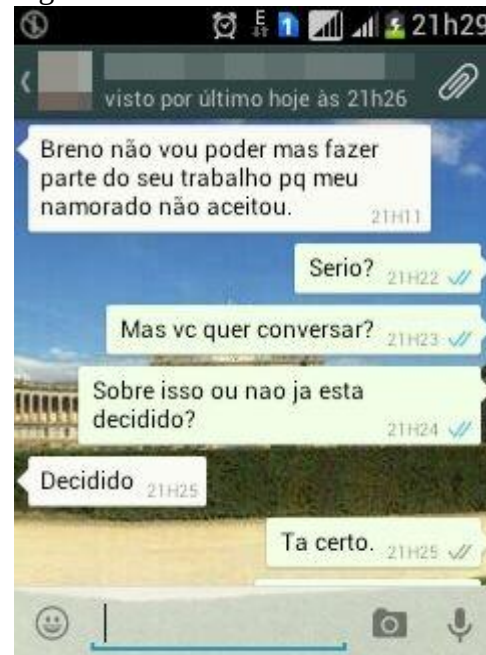
Os instrumentos que foram implementados para a obtenção dos resultados e que também viabilizou o método foi a observação direta e participante, o diário de campo e as entrevistas semiestruturadas aos/as profissionais cabeleireiros/as que compõem o *Divas Days*. Para preservar a imagem dos/as participantes, optei pela substituição dos nomes dos/as entrevistados/as pelas cores do arco-íris, símbolo histórico da luta do movimento LGBT.

No que se refere aos sujeitos que dão vida a minha pesquisa, foi-se coletado materiais de diário de campo e entrevistas semiestruturadas que foram utilizados para análise juntamente com o arsenal da pesquisa bibliográfica. A pesquisa é composta por 6 (seis) entrevistados/a cabeleireiros/a em que 5 (cinco) estavam na lista de participantes do *Divas Days* coletada por informações da Associação de Homossexuais de Iguatu e Região Centro-Sul – Butterfly, enquanto 1 (um) é cabeleireiro, porém trabalha como ajudante no salão de um dos profissionais que participam do *Divas Days*.

Os critérios para os/as participantes não se deu por escolha do pesquisador, mas dos sujeitos que aceitaram participar, uma vez que houve impedimentos no processo de realização da pesquisa que alterou o quantitativo planejado de sujeitos pesquisados movidos pelas recusas a participar por não conhecer a pesquisa e, por isso, não saber das consequências que poderiam causar futuramente, mesmo com a explicação do pesquisador. Dentre outros fatores também esteve a relação conjugal que incorreu como impeditivo para a participação de um dos profissionais na pesquisa.

Vale então ressaltar que mesmo as relações conjugais que transgridem a heterossexualidade não impedem que muitas relações afetivas não sejam marcadas pela expressão da dominação e isso foi uma das causas que repercutiram no quantitativo desejado da pesquisa. Um exemplo se pode enxergar na conversa retratada na figura a seguir por um *print*:

Figura 1 – Conversa com interlocutor



Fonte: Elaborada pela autor.

Assim, sobre este motivo não é demais deixarmos um espaço significativo para compreender que o fenômeno de dominação atinge não só as relações conjugais entre sexos opostos como o patriarcado, mas também assola o universo homossexual com o heterossexismo. Isso porque este ao impor que todas as relações sexuais devam estar estruturadas em relações heterossexuais e hierarquizadas faz com que se reproduzam a semelhança de papéis que são socialmente reconhecidos como dominados (mulheres) e dominadores (homens) nas relações que não obedecem à regra do heterossexual. Dessa forma, “[...] as relações entre homens são estruturadas na imagem hierarquizada das relações homens/mulheres. Aqueles que não podem provar que ‘têm’ [virilidade] são ameaçados de serem desclassificados e considerados como dominados, como as mulheres” (WELZER-LANG, 2001, p. 468, grifo nosso).

Essa constatação leva a entender que o heterossexismo é uma máquina que pode ser acionada por qualquer pessoa, inclusive aqueles/as que transgridem a heterossexualidade, principalmente quando tomam como *regra* que as relações devem ser permeadas pelas díades feminino/masculino ou, mais comumente, ativo/passivo. Em outras palavras, o cunho ideológico heterossexista pode se internalizar nos sujeitos da diversidade sexual e os fazerem vivenciarem a contradição de “ainda que não sejam cúmplices deste regime, colaboram para alimentá-lo” (SAFFIOTI, 2004, p. 102).

A máquina do heterossexismo consegue ser facilmente acionada em qualquer pessoa. Quer se trate de heterossexuais de diversos sexos seja com Pedro, João, Zé Ninguém ou Maria e Joana, a máquina funciona até mesmo acionada por transgressões da heterossexualidade.

Aqui não tenho como explicar como se expressa a dominação nas através de um filme, mas por meio de um *print*.

Dentro do grupo de entrevistados podemos constatar a ausência de uma das sexualidades do movimento LGBT, a lésbica, que foi mencionada durante as entrevistas e que houve respostas para tal fenômeno. Essa menção a lésbica se faz necessário porque compartilho da mesma preocupação de Rich (2010, p. 19) ao problematizar e se propor a necessidade de

[...] desafiar o apagamento da existência lésbica de boa parte da literatura acadêmica feminista, um apagamento que eu sentia (sinto) ser não apenas antilésbico, mas também antifeminista em suas consequências, além de distorcer igualmente as experiências das mulheres heterossexuais. Não foi escrito a fim de ampliar ainda mais as divisões, mas sim para encorajar as feministas heterossexuais no exame da heterossexualidade como uma instituição política que retira o poder das mulheres e, portanto, a mudá-las.

Então, a pesquisa contou com as *identidades* sexuais de Gay, Bissexual e Transexual, as travestis também não estiveram presentes na pesquisa mesmo sabendo que há um grande contingente que envereda por essa profissão como foi mencionado também nas entrevistas. Os sujeitos entrevistados têm a idade que variam de 22 a 39 anos e exercem a profissão de 4 a 17 anos de carreira.

A maior parte desses cabeleireiros se formou na profissão pelas escolas SENAC (Serviço Nacional do Comércio) de Iguatu e FAJI (Fundação de Apoio ao Jovem de Iguatu).

A monografia está estruturada em 3 capítulos, em que no capítulo I em que me propus a debater a categoria trabalho articulando as categorias da economia política marxista para entender o processo em que se configura e engendra as relações sociais em todos os modos de produção, uma vez que esta categoria se encontra em toda a história humana. O Capítulo I está todo estruturado na exemplificação da classe trabalhadora de cabeleireiros/as, de forma articulada com o que me defrontei no campo de pesquisa dos/as trabalhadores/as no salão de beleza. Além disso, caminho na investigação para entender as particularidades em que o trabalho se caracteriza dentro das relações burguesas e, em seguida, abordo o debate da divisão sexual do trabalho. Nisso, em seguida, lanço o debate da consubstancial relação entre sexualidade e trabalho por meio dos questionamentos dos sujeitos que transgridem as convenções do sexo na sociedade heterossexista.

Dando prosseguimento ao trabalho, o Capítulo II tem o intuito de explicar quem são esses sujeitos que transgridem as fronteiras do sexo e através da história identificar a sexualidade como um elemento construído de forma histórica e social, disciplinada ao atendimento das exigências concretas. Logo em seguida, aproximo-me do debate de relações

sociais de sexo, classe e “raça” com o objetivo de entender a sexualidade na consubstancialidade e coextensividade dessas relações macroestruturais.

Esse debate é caro ao Serviço Social quando enxergamos que também o público LGBT é caracterizado por ser a população usuária das políticas sociais em que os/as profissionais trabalham seja nos serviços de saúde, socioassistencial ou nas ONG's (Organizações Não-Governamentais) e a grande particularidade é que essa população que demandam os serviços é oriunda do extrato da classe trabalhadora. Então, surge de forma emergencial para a profissão o debate da sexualidade de forma consubstancial a outras determinações para entender como são os rebatimentos das refrações da *questão social*⁶ no segmento LGBT.

Por fim, o Capítulo III tem o propósito de atender os objetivos das perguntas suscitadas e motivadoras do trabalho. Assim, analisar o trabalho dos/as cabeleireiros/as que participam do *Divas Days* de forma minuciosa para alcançar os resultados pela pesquisa de campo. Nesse sentido, apresento categoricamente o debate com base na pesquisa elaborada e com os conhecimentos teóricos aproximados do trabalho, divisão sexual do trabalho e sexualidade.

⁶ Para Iamamoto (2001, p. 11, grifos da autora) a questão social é “[...] indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras, o que se encontra na base da exigência de políticas sociais públicas. Ela é tributária das formas assumidas pelo trabalho e pelo Estado na sociedade burguesa e não um fenômeno recente, típico do trânsito do padrão de acumulação no esgotamento dos 30 anos gloriosos da expansão capitalista”.

CAPÍTULO I

PEGA A TESOURA QUE EU VOU FAZER UM RECORTE DE CLASSE: o trabalho e a classe trabalhadora dos/as cabeleireiros/as

Neste capítulo faço uma análise das configurações que o trabalho assume dentro das relações sociais, uma vez que é uma atividade eminentemente histórica por ser oriunda de sujeitos históricos. Assim, inicio o debate do trabalho no sentido ontológico e enfatizo como este se alterou com a instituição das classes sociais e os sucessivos modos de produção que se engendra com a apropriação dos bens de produção e a exploração da força de trabalho.

A caracterização do trabalho no item 1.1 tem como principal abordagem o trabalho e as demais categorias da economia política a partir do embasamento em Marx. Nos passos do autor, desmembrei categorias como valor de uso, valor de troca, trabalho útil, trabalho abstrato, trabalho produtivo, improdutivo e mercadoria no intuito de apreender e articular os fenômenos que me deparei no campo de pesquisa com os/as trabalhadores/as cabeleireiros/as.

Em seguida, no subitem 1.2 prossigo com a categoria trabalho, agora, dentro da divisão social do trabalho que tem seu princípio na existência da segregação entre campo e cidade e, em seguida, nos diversos ramos produtivos (agricultura, indústria e comércio). Essas configurações em que o trabalho toma dentro do capitalismo exige que se complexifique o debate em torno da categoria trabalho na lógica burguesa e, conseqüentemente, afastemo-nos das análises simplistas que ainda vigoram.

Encerro o capítulo no subitem 1.3 quando insiro o debate sobre a divisão sexual do trabalho e a articulação em que imbrica com a sexualidade ao construir sujeitos heterossexuais com a dependência entre os sexos, posteriormente, lanço questionamentos de quem são os sujeitos que não se encaixam nas exigências polarizadas entre homem e mulher, ou seja, aqueles/as que transitam entre as fronteiras dos sexos ou se negam a se inserir em um dos universos.

1.1 A articulação das categorias da Economia Política na contemporaneidade

Na acepção ontológica de Marx (1996), o trabalho é a atividade em que o homem estabelece um processo de intercâmbio orgânico com a natureza para a satisfação de suas

necessidades no propósito de materializar algo que foi previamente projetado em sua mente. Esse processo permite que homem e natureza se relacionem de forma dialética e gradativamente se transformem, já que após a intervenção humana a realidade não é a mesma anteriormente encontrada pelo homem ao passo que este também não se configura como o mesmo depois das habilidades e conhecimentos adquiridos durante o processo de *objetivação*⁷ (MARX, 2001, p. 112). Assim, a objetivação articula dois planos indissociáveis que configura e particulariza o trabalho seja o objetivo, ao se caracterizar pela materialidade da transformação da natureza, e o subjetivo que se difere por apresentar uma dimensão projetiva dessa atividade como *teleologicamente direcionada* (NETTO; BRAZ, 2012, p. 44).

Esta dimensão subjetiva está expressa pelo papel que a consciência do sujeito ocupa do início ao final do processo de trabalho, em suma, ela norteia todo o direcionamento da atividade do sujeito. Assim, é que “de uma parte, o *fim* (a finalidade) é como que *antecipado* nas representações do sujeito: idealmente (mentalmente, no seu cérebro), *antes* de efetivar a atividade do trabalho o sujeito *prefigura* o resultado da sua ação” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 44, grifos dos autores).

Porém, o processo de objetivação do trabalho conta com elementos que interferem no resultado como as ações do plano objetivo, aquelas independentes do sujeito, o que se chama de causalidade (LESSA E TONET, 2008). Em síntese, o produto final é resultado da articulação entre o plano subjetivo (indivíduo) e objetivo (meio). Durante o processo de trabalho, a causalidade nem sempre pode ser considerada como um bloqueio que impede a concretização do que está em mente, pois ela também pode assumir um degrau que lhe aproxima ou alcança ao objetivo projetado, em outras palavras, os efeitos do meio e do tempo podem ser favoráveis na obtenção do resultado, como se pode observar abaixo:

Ah! Quando eu termino [...] um trabalho e eu reconheço. Eu não quero nem saber se o cliente gostou, **que eu sei que eu reconheço: “Olha ficou perfeito”.** E mais ainda quando o cliente sai satisfeito, **que eu reconheci que ficou perfeito e o cliente achou perfeição. Saiu satisfeito é [...] tudo** (Verde).

Com isso, pode-se afirmar que após o resultado obtido e alcançado, o indivíduo estabelece uma relação de pertencimento e reconhecimento daquele produto que se encontra de frente, aqui não tem como prescindir das emoções e técnicas do sujeito que estão envolvidas e são necessárias na construção do objeto. É neste ponto que se estabelece uma relação de identidade entre sujeito e objeto em que um se construiu mutuamente no outro e

⁷ Consiste no momento de ação posterior à prévia-ideação e se configura como uma etapa de maior proximidade das dimensões físicas e espirituais dos sujeitos com as condições objetivas do ambiente que, conseqüentemente, afluirá na materialização de um objeto novo que só existia no plano ideal. Por isso, carrega um direcionamento intencional de cunho revolucionário e de natureza concreta, esse momento “[...] não significa o desaparecimento da natureza, mas sua transformação no sentido desejado pelos homens” (LESSA; TONET, 2008, p. 20).

onde, no final, o indivíduo atinge seu clímax de realização. Isso se ilustra porque a contribuição do trabalho na construção do indivíduo atua da seguinte forma:

Ao desenvolvimento do trabalho corresponde, paralelamente, o *nascimento da consciência* e do *conhecimento humano*: as necessidades espirituais mais elevadas do homem são elaboradas e precisadas durante a evolução do trabalho, no percurso da qual a realidade vai se apresentando aos indivíduos em face do seu universo afetivo e espiritual, dos seus desejos e projetos (IAMAMOTO, 2012, p. 42, grifos da autora).

Além disso, o sentimento de realização com o objeto produzido envolve intimamente o corpo do sujeito que vai da mente aos sentidos sensoriais, pois “sendo o trabalho uma atividade *programática e de realização*, seu produto é objetivação, simultaneamente, das mãos e do cérebro, das aptidões corporais e intelectuais do homem” (MARKUS apud IAMAMOTO, 2012, p. 42, grifos da autora). É assim que a corporalidade do sujeito encontra um espaço importante, pois ela caminha junto com esse processo de construção do objeto e é esse movimento que permite a objetivação: o corpo canaliza seus esforços e aprimora seus órgãos na busca pela realização de algo previamente projetado na mente para suprir as suas necessidades vitais. Daí corpo e mente nunca estarem tão intimamente ligados como agora. Marx (1996, p. 297) afirma que o sujeito “[...] põe em movimento todas as suas forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se de matéria natural numa forma útil para sua própria vida”.

Porém, em uma sociedade na égide do capital essa realidade não se torna comum, o corpo passa a caracterizar os sujeitos por uma condição de classe social em que a classe desprovida dos meios de produção passa a ter como única fonte de sobrevivência a comercialização das suas aptidões físicas e mentais à classe que detém as forças produtivas, ou seja, nessa sociedade o corpo passa a ser encarado como força de trabalho. A comercialização da força de trabalho não é a única expressão da apropriação privada dos meios de produção, mas também a tendência à polarização das classes e as condições desfavoráveis em que se encontra a classe trabalhadora como afirma Marx:

[...] o trabalhador desce até o nível de mercadoria, e de miserabilíssima mercadoria; que a penúria do trabalhador aumenta com o poder e o volume da sua produção; que o resultado necessário da concorrência é a acumulação do capital em poucas mãos e, conseqüentemente, um terrível restabelecimento do monopólio; e, finalmente, que a diferenciação entre capitalista e proprietário agrário, bem como trabalhador rural e trabalhador industrial, deixa de existir, e toda a sociedade se deve dividir em duas classes, os *possuidores* de propriedade e os *trabalhadores* sem propriedade (2001, p. 110, grifos do autor).

É o papel em que atuam no âmbito produtivo que vai determinar a posição material em que define as classes sociais, ou seja, *possuidoras* ou *destituídas* dos meios de produção. Essa disparidade entre as classes extrapola o plano material, pois a classe trabalhadora não se

encontra apenas destituída dos meios materiais de produção, mas também da riqueza imaterial como a política, uma vez que sua organização é encarada como ameaça e perigo pela a burguesia.

Em outras palavras, privar a classe trabalhadora dos meios de produção não é o bastante, ainda é necessário evitar sua organicidade, diferentemente da classe burguesa que usufrui dos dois planos de forma privilegiada. Nas palavras de Marx (2001, p. 65) “a união entre capitalistas é comum e competente, enquanto a união entre trabalhadores é proibida e traz-lhes os mais árduos resultados”.

Por isso, a direção do trabalho está contextualizada em meio às necessidades humanas frente ao terreno do espaço e tempo, ou seja, dentro de condições objetivas e históricas dos sujeitos. Um exemplo é que se hoje o sujeito vivencia um trabalho forçoso, penoso e marcado por lamúrias, onde o trabalhador considera que é “[...] apenas um meio para poder existir. Trabalha para viver. Ele nem sequer considera o trabalho como parte da sua vida, é antes um sacrifício de sua vida” (MARX, 2012, p. 36, grifo nosso), anteriormente, o trabalho poderia “[...] afirmar-se como *ser criador: não só como indivíduo pensante, mas como indivíduo que age consciente e racionalmente, visto que o trabalho é atividade prático-concreta e não só espiritual*” (IAMAMOTO, 2012, p. 41, grifo da autora). Isso só demonstra que tanto o homem quanto o trabalho são eminentemente históricos.

Essas transformações do trabalho na história permitem concluir que havia uma participação do homem no processo produtivo de forma diferenciada de hoje em relação aos seus antepassados e que isso é um dos fatores que caracteriza a peculiaridade do trabalho. Em suma, o homem por ser histórico faz do trabalho também um elemento histórico, ao contrário dos animais que por não conferirem historicidade, logo, suas atividades também não conferem historicidade. Ou seja, se uma abelha constrói seus favos colossais sem alterações históricas independente de qualquer formação social não se pode dizer o mesmo do sujeito que executa suas atividades de forma teleológica, como por exemplo o trabalho das/os cabeleireiros/as, objeto desta pesquisa.

Para exemplificar melhor: se há 5.000 anos a. C. os cabeleireiros egípcios trabalhavam com perucas feitas com lã de carneiro ou cabelo humano, que lhe conferiam um reconhecimento valoroso naquela época⁸, hoje, as habilidades dessa profissão são outras: hidratação, texturização e lavagem entre outras técnicas. Assim, o objeto de trabalho pode permanecer o mesmo, mas o trabalho humano difere conforme as exigências de cada

⁸ Para a abordagem da história da profissão de cabeleireiro/a foram coletadas informações do site: <<http://www.grupomariabueno.com.br/escola/curiosidades/item/154-como-surgiu-a-profiss%C3%A3o-de-cabeleireiro>> Acessado em 11 de jun. 2015

formação social e os sujeitos ora obedecem ora revolucionam suas técnicas para manterem o reconhecimento do seu trabalho na sociedade.

Em suma, as mutações na produção acarretam em mudanças no processo de trabalho dos/as cabeleireiros/as pelas exigências que são requisitadas para esses/as profissionais de manuseio dos novos produtos que aparecem no mercado, de novas técnicas ou de modernização do ambiente de trabalho. Logo, quando os/as cabeleireiros/as acompanham essas alterações, a clientela se satisfaz com o trabalho e, conseqüentemente, consolida o trabalho daqueles/as profissionais no mercado, aqui a continuidade da qualificação do profissional é uma das chaves para se manterem no mercado da beleza como se pode ver na passagem a seguir:

Porque eu já andei nos salões de cabeleireiros e cabeleireiras daqui na região que eles não têm salões modernos, são meio antiquinhos, meio antigo. “Então, vixe, será que o salão dele é meio antigo assim nos móveis, as coisas. Será que é assim também são [...] no certificado deles também é assim antigo?”, **“Será que sabem fazer um dedinho, algumas técnicas novas para agradar a cliente, uma escova nova, ou um creme novo, uma máscara nova?”**. Eu fico me perguntando, mas como eu não tinha intimidade com essas pessoas eu só visualizei, eu só vi. **Eu fiquei me imaginando, pois isso jamais vai acontecer comigo porque você jamais pode dormir na cadeira. Você tem que ir ali sempre precisando de coisas novas porque sempre vai aparecer: modelo de salões novos, cadeiras novas, técnicas novas, máscaras novas, progressivas novas sempre aparecem. Você tem sempre que se renovar, sempre, sempre** (Vermelho).

Nestes termos, é possível auferir que o trabalho é uma condição estritamente humana, ainda que marcado por diferenciações dos contextos históricos, pois nenhum outro animal desenvolve aptidões teleológicas e só alcança o limite do instinto que não se atribui historicidade. Por isso, “merece ser salientado que o trabalho *é também criação de novas necessidades e, neste sentido, um ato histórico*” (IAMAMOTO, 2012, p. 41, grifo da autora). Afinal, o avanço dos cosméticos capilares como tinturas e alisantes para fins estéticos de hoje é tributário de todo o processo de aprimoramento da henna, extração do pó de alfená egípcio, utilizada para a pigmentação vermelho-alaranjado nas unhas e cabelos no Egito Antigo⁹.

Segundo Lessa e Tonet (2008, p. 18) a organização da atividade humana difere da atividade animal por esta ser geneticamente determinada e não conter explicação por seus seres de como se desenvolve, pois estarão permanentemente exercendo essa atividade de uma única maneira independente da história. Em outras palavras, a produção nos animais está vinculada a uma dimensão genética e instintiva, própria da mecanicidade do seu metabolismo, ao contrário dos humanos que sofrem interferências da sociedade e da história para atender suas necessidades. Marx (1996, p. 298) afirma:

⁹ Idem.

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele o aproveita, como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais.

Por isso, a compreensão das diversas formas de organização social da humanidade passa indispensavelmente pela caracterização da singularidade que particulariza o homem e suas relações sociais, possibilidade que se faz através do substrato trabalho, uma vez que o trabalho “[...] faz referência ao próprio modo de ser dos homens e da sociedade” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 41).

Dessa forma, o homem se faz homem no e pelo trabalho, atividade que lhe confere e demarca sua historicidade por meio dos elementos que são produzidos conforme o nível de complexidade de cada formação social. Razão pela qual o homem se constitui Ser Social e por esta razão o trabalho permanece central na nossa forma de sociabilidade.

Para Marx o trabalho é uma categoria fundante do ser social. Em suas palavras, “a mesma importância que a estrutura de ossos fósseis tem para o conhecimento da organização de espécies de animais desaparecidas, os restos dos meios de trabalho têm para a apreciação de formações socioeconômicas desaparecidas” (MARX, 1996, p. 299). São exatamente esses registros históricos que nos oferecem subsídios que remontam a como os sujeitos vivenciaram cada formação histórica dentro dos limites das condições objetivas, traçavam suas estratégias de sobrevivência. Ora, se achados arqueológicos resgatam que pentes e navalhas de pedra fizeram parte da Pré-História, que escovas e tesouras estavam no Egito Antigo e que loções, pomadas e óleos eram da Grécia Antiga, aqui chapinhas e secadores demarcam como vivem os sujeitos na contemporaneidade e o nível de complexidade que atingiu a sociedade.

Essa constatação pode se ampliar para a construção de todos os produtos configurados como *valor de uso*¹⁰ que são oriundos do trabalho humano, já que a forma como satisfazem as necessidades ora do estômago ora da fantasia reflete o modo de vida dos sujeitos. Um

¹⁰ Configura-se como a dimensão do produto em que tem suas singularidades e conteúdos preservados para um destinado fim, onde predomina sua qualidade dentro das conformidades materiais para a satisfação humana relacionada à produção, ou seja, “o valor de uso realiza-se somente no uso ou no consumo” (MARX, 1996, p. 166), assim “os valores de uso são, de modo imediato, meios de existência” (MARX, 2008, p. 53). Outra característica é que esses valores, por serem determinados pelas propriedades e materialidade do seu corpo, são condição *sine qua non* para o processo de intercâmbio “[...] eles constituem, ao mesmo tempo, os portadores materiais do – valor de troca” (MARX, 1996, p. 166).

exemplo significativo disso é como esses indivíduos respondem a necessidade seja de instrumentos de trabalho, de locomoção, de abrigo, de sobrevivência, pois como afirma Marx “cada uma dessas coisas é um todo de muitas propriedades e pode, portanto, ser útil, sob diversos aspectos. Descobrir esses diversos aspectos e, portanto, os múltiplos modos de usar as coisas é um ato histórico” (1996, p. 165).

No âmbito cultural, os resquícios dos *múltiplos modos de usar as coisas* comprovam até mesmo o padrão estético que vigoraram nas diversas civilizações, pois se no Egito Antigo a tintura das perucas e barbas postiças era de coloração azul-escura para alcançar a cor preta, o contrário aconteceu na Grécia Antiga que recorrer a fervura de flores amarelas era um procedimento que ambos os sexos utilizavam para alcançar a descoloração loira nos cabelos, tida como sinônimo de raridade. Consequentemente, em um futuro longínquo a hoje, as pessoas se defrontarão com resquícios de alisantes e chapinhas e, talvez, se questionarão como uma sociedade tão miscigenada quanto a brasileira pode impor uma padronização da beleza.

Nessa lógica do lucro, o corpo da classe trabalhadora passa a ser encarado como força de trabalho na sociedade do capital, porém esse corpo não se insere somente no plano da produção, ele também penetra na esfera do consumo. Afinal, do que seria a produção se não existisse o consumo, o revés também é válido.

Então, é possível enxergar que o mercado encontrou aí um nicho lucrativo de expansão que utensílios como “roupas, cosméticos, práticas esportivas, etc., formam uma constelação de produtos desejados destinados a fornecer ‘morada’ na qual o ator social toma conta do que demonstra dele mesmo como se fosse um cartão de visitas vivo” (LE BRETON, 2011, p. 78). Por isso, nota-se a predominância de vários mecanismos de valorização dos padrões estéticos através do *capital-aparência* (PAGÈS-DELON apud LE BRETON, 2011, p. 78) que sustenta a ditadura dos corpos.

Assim, o autor Le Breton (2011) contribui em sua análise ao mencionar a existência de um mercado envolto do corpo para o atendimento de exigências e requisitos em que o corpo alcança através do consumo. Porém, o autor não desmistifica que os artigos do “capital-aparência” também assume a força fantasmagórica que toda e qualquer mercadoria possui na sociedade burguesa por serem produtos da apropriação privada dos meios de produção, ou seja, não desvenda a alienação que a mercadoria causa nos/as seus/as produtores/as.

Nesse sentido, essa força fantasmagórica que a mercadoria assume é chamada de *fetichismo da mercadoria*, uma vez que o produtor só se defronta com o produto do trabalho coletivo no mercado e lhe aparece de forma independente como se a mercadoria da vitrine não tivesse nenhuma relação com o seu trabalho. Em síntese, a mercadoria se “autonomiza” frente

aos/as trabalhadores/as que lhe deram corpo ao ponto de subordinar os sujeitos dentro das relações sociais que aparecem como *relações entre coisas*. Segundo Netto e Braz (2012, p. 105, grifos dos autores)

Na medida em que a troca mercantil é regulada por uma lei que não resulta do controle consciente dos homens sobre a produção (a lei do valor), na medida em que o movimento das mercadorias se apresenta independentemente da vontade de cada produtor, opera-se uma inversão: a mercadoria, criada pelos homens, aparece como algo que lhes é alheio e os domina; a criatura (mercadoria) revela um poder que passa a subordinar o *criador* (homens). No entanto, a mercadoria realiza esta inversão: as relações sociais, relações entre os homens, aparecem como relações entre coisas. As relações entre os produtores mostram-se como relações entre mercadorias. As qualidades peculiares das relações sociais são transferidas às mercadorias: a mercadoria.

Le Breton (2011) avança nesse momento porque ainda não são raros os casos em que há a imposição aos moldes enrijecidos de beleza e não deixa isentos os sujeitos que se encontram na mais tenra idade, as crianças e adolescentes de ambos os sexos, principalmente no uso de produtos e processos capilares na finalidade de alisar os cabelos, requisito estético para se adequar ao padrão de beleza hegemônico. A exigência pode se comprovar pela própria frequência em que essa faixa etária inicia a se inserir nos espaços em que tem como alvo a beleza, nos salões. Um exemplo pode ser expresso no trecho do diário de campo:

Logo aparecem dois clientes, um seguido do outro ambos são meninos vieram para fazer escova progressiva, dentre eles um estava de farda, mas esperam terminar o atendimento. [...] Lilás faz a progressiva em um dos meninos colocando a substância, enquanto o outro espera a sua vez. Com o último menino, Lilás faz e passam a conversar sobre família e escola, segundo Lilás ele está há 2 (dois) anos como cliente, percebi pelo grau de intimidade com que se falavam. Quando Lilás termina, entra em casa e deixa a substância agindo no cabelo dos meninos, estes conversam sobre assuntos da escola. (Trecho do Diário de Campo)

Enxerga-se nessa sociedade um estímulo cada vez mais precoce à cultura da beleza, quando se observa um perfil infantil e adolescente dentro dos salões é porque, consequentemente, os sujeitos passam cada vez mais cedo a internalizarem e vivenciarem os tormentos da contradição que o corpo enfrenta na sociedade de classes. Contradição esta que se expressa da seguinte maneira: de um lado, coloca-se como um “cuidado” ou “preocupação” com a saúde e com a autoestima, ao mesmo tempo em que a saída passa a estar na inserção do corpo a um regime que subalterniza suas potencialidades e enrijece padrões. Assim, a sociedade “[...] não cessa de desprezá-lo, comercializá-lo e coisificá-lo. O corpo reina e padece diariamente” (TRINCA, 2008, p. 03).

Vale ressaltar que esse processo de culto à beleza é disseminado para além dos meios midiáticos de revistas e televisão, alcançando até mesmo a esfera disciplinar da família, em outras palavras, há um “bombardeio” de exigências que impulsionam o corpo para o mercado

da beleza. Como se pode observar na seguinte situação vivenciada, relatada no seguinte trecho do diário de campo.

[...] **aparece a primeira cliente que é uma menina de 11 anos**, Vermelho lava o cabelo dela, [...] em seguida, aparece a tia dela. **Esta cliente, ao vê sua sobrinha com o cabelo lavado, fala que poderia ficar legal se ela fizesse a progressiva apenas na raiz, a menina escuta e fica calada.** Chega a vez da sobrinha que também vai fazer uma escova e quando o salão está mais desocupado, faz a pergunta que queria fazer. Pergunta se há algum problema em fazer progressiva quando está virando “moça”, o profissional diz que não. A menina completa que sua menarca aconteceu recentemente e foi na escola. Agimos naturalmente com a pergunta da cliente. [...]. **Depois a menina pergunta quanto custa a progressiva e o profissional diz que não sabe, tem que perguntar a proprietária. Ela pergunta e a manicure responde que para o cabelo dela é R\$120,00, pois será utilizado dois produtos, mas que pode fazer no cartão. A menina diz que só paga se for à vista, pois o pai dela sempre pode presentear-la, nunca nega.** (Trecho do Diário de Campo)

Porém, esses artigos que constituem o capital-aparência mesmo que estejam postos em prateleiras no mercado não se pode perder de vista sua ligação elementar: que esses utensílios são portadores de valores de uso em uma sociedade que valoriza os padrões estéticos e cria um nicho lucrativo no ramo da beleza.

O processo de construção de utensílios como valor de uso passa necessariamente pelo trabalho, pois é por meio dele que os indivíduos regulam, mediam e controlam a natureza para aquisição de elementos que só são possíveis por intervenção humana. Afinal, a natureza pode dar pedras, mas é só a ação humana que coloca a pedra em atrito com outro elemento polido que faz dela uma navalha para cortar sua “juba” e ampliar o seu arco de visão nos momentos de ameaça. Ratifica-se assim, o que assegura Netto e Braz (2006, p. 44) que “[...] a natureza não cria instrumentos: estes são produtos, mais ou menos elaborados, do próprio sujeito que trabalha”.

Assim, os utensílios, frutos de um processo de produção humana, são construídos na finalidade de alcançar uma finalidade idealizada dentro de condições postas pela natureza. Estes objetos de trabalho são extraídos pelo crivo humano para esquematicamente serem articulados e atender as necessidades elementares da humanidade, o que chamamos esse processo de *trabalho útil*, nas palavras de Marx é “o trabalho cuja utilidade representa-se, assim, no valor de uso de seu produto ou no fato de que seu produto é um valor de uso chamamos, em resumo, trabalho útil. Sob esse ponto de vista é considerado sempre em relação a seu efeito útil” (1996, p. 171). Nessa perspectiva, o trabalho útil existe em todas as sociedades, é condição indispensável para o homem criar valor de uso, logo, essa criação é trabalho útil, ou seja, o valor de uso está interligado umbilicalmente ao trabalho útil, um existe na condição do outro, e isso vale para todas as formações sociais da história.

Desse modo, para Marx (1996) uma das condições de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, é o trabalho criador de valores de uso e, por isso, trabalho útil, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza, logo, vida humana.

Consequentemente, essa produção com o propósito de satisfazer as necessidades humanas e na construção de um ambiente favorável, permite ao homem paulatinamente o desenvolvimento de suas aptidões e de aproximações com um conhecimento que revoluciona seus hábitos de vivência, sua visão sobre o espaço e sua relação com os outros em sociedade. Não é supérfluo ressaltar que a descoberta das sementes e da domesticação de animais gerou, respectivamente, o desenvolvimento da agricultura e da pecuária e, por conseguinte, a criação do excedente por meio da exploração do homem pelo homem. Na concepção de Lessa e Tonet (2008, p. 55):

Com o aparecimento da agricultura e da pecuária, os homens puderam, pela primeira vez, produzir mais do que necessitavam para sobreviver, ou seja, surgiu um excedente de produção. A existência desse excedente tornou economicamente possível a exploração do homem pelo homem. [...]. Nas sociedades primitivas, os indivíduos, por mais que divergissem, tinham no fundo o mesmo interesse: garantir a sobrevivência de si e do bando ao qual pertenciam. Com o surgimento da exploração do homem pelo homem, pela primeira vez as contradições sociais se tornaram antagônicas, isto é, impossíveis de serem conciliadas.

Aqui é que se tem a gênese das *classes sociais fundamentais* (NETTO; BRAZ, 2012, p. 79) e, com efeito, da forma desigual que o trabalho tomou no curso da humanidade: escravo, servil e assalariado. Para a vigência desse regime é necessário que essas classes apresentem seus respectivos papéis no cenário econômico e político.

Assim, se no *Modo de Produção Antigo* as classes fundamentais foram conformadas por *patrícios e escravos*, e no *Modo de Produção Feudal* eram *senhores feudais e servos*, no *Modo de Produção Capitalista* as principais classes sociais se constituem por *burgueses e proletários* (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 85, grifo dos autores).

As primeiras civilizações que inauguraram essa produção do excedente foram as que tinham como base o modo de produção asiático, essas civilizações introduzem a soberania de um poder político, econômico e religioso sobre um território que, no caso, do Egito Antigo era chamado de faraó. Essas civilizações alcançavam sua soberania através da conquista violenta umas com as outras, por isso, cada civilização tinha seu próprio exército e a cada conquista mais fortalecida saía a vencedora. O regime de trabalho escravista significava que toda a população estava submissa a um único faraó, considerado como dotado de poderes divinos, assim, a atividade dos escravos variavam conforme as exigências da corte.

Nesse período, torna-se importante para os costumes uma atividade direcionada ao tratamento dos cabelos, o que fazia com que uma parcela de escravos direcionasse seus esforços para a confecção de perucas, barbas postiças, tinturas e modelos de cortes mesmo que carecas e corpos sem pelos fossem considerados sinais de nobreza na época. A atividade do cuidado com os cabelos atingia um grande prestígio aos olhos da corte não é à toa que se revela que os instrumentos de trabalho desses escravos como loções de tratamento, tesouras e escovas eram armazenados em caixas específicas, luxuosamente decoradas¹¹.

Outra civilização também regida pelo escravismo era a Grécia antiga onde considerava os *Kosmetes*, que seriam “embelezadores de cabelos”, escravos especiais que viviam como soberanos em relação aos demais. A atividade dos *Kosmetes* exigia tanto o domínio da teleologia como necessidade de que esses escravos recorressem ao espaço das divindades, o topo do Olimpo, como forma de inspiração para elaborarem seus penteados com criatividade e requinte.

Foi também nessa época que surgiram os primeiros salões de beleza chamados de *Koureia* em plena praça pública. Esse espaço estava restritamente direcionado para o sexo masculino e era marcado por discussões sobre política, esportes e eventos enquanto faziam a barba ou outros serviços como pedicure, manicure e massagens, inclusive as mulheres só passarão a sair de casa para frequentar um espaço assim no início do século XX¹².

Se o resultado das guerras fazia com que uma civilização ficasse submissa a outra, foi isso que aconteceu quando a Grécia foi derrotada pelo império romano. Gregos e gregas passaram a trabalhar para o povo romano em serviços como corte e penteados, e ainda o modelo de beleza para as mulheres eram as esposas dos soberanos. As barbearias continuaram a existir onde os escravos ofereciam seus serviços em mercados, mas os senhores mais nobres poderiam ter seu barbeiro particular para ofertar serviços às suas visitas como serventia da casa¹³. Com a dissolução do Império romano, o modo de produção que sucedeu foi o feudalismo.

Este modo de produção é caracterizado pelas classes fundamentais senhores feudais e servos, onde os proprietários dos feudos e a alta nobreza deviam proteção aos seus servos. Porém, todo excedente do trabalho era do senhor feudal e a relação do camponês com o que produzia era apenas para consumo, para pagar tributos ao Estado e o dízimo à Igreja Católica. No interior do feudalismo começaram a lançar bases para a sua ruína, um exemplo foi o

¹¹ Informações sobre a história da profissão de cabeleireiro/a coletadas pelo site: <<http://www.grupomariabueno.com.br/escola/curiosidades/item/154-como-surgiu-a-profiss%C3%A3o-de-cabeleireiro>> Acessado em 11jun. de 2015

¹² Idem.

¹³ Idem.

nascimento de um comércio artesanal, classe que emergia desse comércio e que detinha um significativo poder com o capital mercantil (NETTO; BRAZ, 2012).

Por outra via, não podemos esquecer o significativo valor que foi o levante camponês contra os senhores feudais que possibilitou a fragilização dos modelos medievais e a penetração de uma economia comercial, assim, “[...] entre os próprios senhores (a terra começou a ser objeto de transação mercantil) e entre senhores e servos (as prestações em trabalho e espécie começaram a ser substituídas por pagamentos em dinheiro)” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 83). Dessa forma, se gestava o *Estado absolutista*.

O fortalecimento dos comércios nas cidades resultou, posteriormente, no processo de expansão do comércio para os continentes através das expedições de grandes navegações na busca por especiarias e matéria-prima. No caso, o Brasil teve uma importância significativa com a exportação do algodão e não por mera coincidência, mas porque emergia no cenário europeu inglês uma alarmante quantidade de indústrias têxteis com a Revolução Industrial. Tem-se diante dos nossos olhos o modo de produção que tem como base as classes fundamentais: proletário e burguesia, o capitalismo.

Iniciava um grande avanço das forças produtivas com o advento da manufatura como advento da máquina a vapor e a eletricidade que impulsionavam um ritmo de produção cada vez mais intenso para, agora, trabalhadores “livres”. Assim é que o maquinário, matéria-prima, ou seja, toda a parte de investimento nos meios de produção é chamada de *capital constante*. Marx (1996, p. 325, grifos meus) afirma que “a parte do capital que se converte em meios de produção [...] não altera a sua grandeza de valor no processo de produção. Eu chamo, por isso, parte constante do capital, ou mais concisamente: *capital constante*”.

No próprio berço da Revolução Industrial, na Inglaterra, a eletricidade se espalhou para além dos locais das fábricas, como por exemplo nos recentes salões de beleza femininos que passaram a contar com a invenção da máquina de fazer cachos permanentes nos cabelos, uma invenção de Charles Nestle em 1906. Esse processo consistiu em um avanço para a época, uma vez que ainda se contava com um recurso do período romano em fazer ondulações nos cabelos e barbas a ferro quente, agora com essa máquina reduziu o tempo de preparo do cabelo das mulheres para dez horas, o que hoje fazemos em uma hora com a técnica do *babyliss*¹⁴.

Então a busca incessante pelo excedente passa a estar tanto no espaço fabril como nos mais distantes dele, o trabalho passou a tomar a configuração que atendesse aos interesses de um mercado que começava a emergir por meio da produção não mais de utensílios para

¹⁴ Informações sobre a história da profissão de cabeleireiro/a coletadas pelo site: <<http://www.grupomariabueno.com.br/escola/curiosidades/item/154-como-surgiu-a-profiss%C3%A3o-de-cabeleireiro>>. Acessado em: 11 jun. 2015.

satisfação humana, mas de mercadorias em que está acrescido seu caráter de *valor de troca*¹⁵. Agora, os produtos passaram a ser equiparados não pela sua materialidade, mas sim pela sua natureza de ser dispêndio de energia laboral humana, não é à toa que a balança que media essa troca de mercadorias é o tempo de trabalho gasto para sua produção, pois “consideradas como valor de troca, as mercadorias não são mais que medidas determinadas de tempo de trabalho cristalizado” (MARX, 2008, p. 55).

Em outras palavras, o produto para satisfação das necessidades humana passa à condição de mercadoria abstraída de suas particularidades concretas e imersa a um plano universal, a de trabalho humano, é neste plano que se expressará a diferença das mercadorias no mercado “[...] como valores de troca só podem ser de quantidade diferente, não contendo, portanto, nenhum átomo de valor de uso” (MARX, 1996, p. 167). Isso significa dizer que a mercadoria “como matéria do tempo de trabalho geral, ela deve ser matéria homogênea e capaz de representar diferenças puramente quantitativas” (MARX, 2008, p. 78).

Fora do âmbito fabril, todos os demais trabalhos que estão na lógica mercantil se encontram submissos ao tempo, pois seguem o seguinte esquema: a realização de um determinado procedimento leva, conseqüentemente, a um determinado tempo que, necessariamente, exige um valor específico. Na profissão de cabeleireiro o valor dos serviços prestados também está expresso através do tempo um exemplo é que para a realização do corte de cabelo para diferentes sexos há valores monetários diferentes porque o tempo socialmente gasto é diferente e independe do grau de dificuldade.

Em outros termos, por mais que os cortes masculinos sejam considerados mais difíceis por exigirem mais acabamento e concentração dos profissionais, em contrapartida aos femininos que são mais toleráveis a suscetíveis erros isso não faz com que o valor siga nessa proporção, uma vez que o tempo se expressa menor nos cortes masculinos, o que repercute com um fator importante para o barateamento deste serviço em relação ao feminino. Ou seja, são serviços que tem o mesmo objeto de trabalho, mas que a diferença se torna o tempo gasto para se objetivar.

Cabe expor aqui que os serviços de corte prestado nos salões de beleza obedecem a influência de que tempo socialmente gasto para produzir uma mercadoria como um dos elementos que determina o *preço* dela. Em uma das entrevistas pode ser constatada esta

¹⁵ Entende-se por valor de troca a dimensão da mercadoria em que se expressa na forma quantitativa através do *quantum* de trabalho cristalizado sem considerar os elementos que a definem por natureza, ao contrário do valor de uso, seu pressuposto não é o consumo, visto que “Não se trata do serviço que presta, mas do serviço lhe foi prestado por ter sido produzida” (MARX, 2008, p. 63). Assim, seu valor oscila no tempo e no espaço, já que tem uma conotação estritamente social nas relações mercantis é “[...] uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço. O valor de troca parece, portanto, algo casual e puramente relativo; um valor de troca imanente, intrínseco à mercadoria (*valour intrinsèque*), portanto uma *contradictio in adjecto*” (MARX, 1996, p. 166). Destaca-se que o valor de troca só existe na condição de existência do valor de uso, visto que este é a existência corpórea para efetivar a troca, nos dizeres de Marx “[...] nenhuma coisa pode ser valor, sem ser objeto de uso” (1996, p. 170).

discrepância: “Tempo [...] porque quando eu vou lavar o cabelo feminino e chegar [...] a dizer assim: ‘tá pronto’, eu tenho cortado três cabelos masculinos” (Verde). Assim, mesmo que o corte masculino exija mais precisão que o feminino, o fato da existência da diferença de tempo prepondera para determinar o preço. Sobre as peculiaridades dos diferentes cortes dos sexos, é possível constatar em uma das entrevistas o seguinte:

O corte masculino é mais difícil, ele exige um acabamento muito mais bem feito, né? No cabelo da mulher hoje a tendência é projeção de pontas, é o degradê com pontas projetadas, é Chanel de bico, entendeu? É o Chanel com projeção de pontas. São cortes com efeito muito desfiados, muito rasgados que se você errar não dá pra perceber, mas no homem você não pode errar. Que você vai reduzir ao máximo o cabelo dele, vai ter um acabamento do cabelo muito bem alinhado, entendeu? Da costeleta a nuca do homem e tem que mostrar pra ele no espelho: “Olha se ficou bom?”. **Então exige mais de você, entendeu? Profissionalismo no acabamento. Então o corte do cabelo masculino é mais difícil de fazer que fazer o cabelo de mulher, né?** E, sem querer, eu acabei me aperfeiçoando também nessa parte. (Lilás)

Lógico que, como toda e qualquer mercadoria, os elementos que determinam o preço dos serviços do salão de beleza não se restringem apenas ao tempo socialmente gasto para a realização, mas também estão inclusos os custos dos meios materiais de produção como produtos, instrumentos e a força de trabalho e a lei da concorrência (Ver Marx, 2012). Um exemplo dessa constatação se encontra na fala em uma das entrevistas com os/as profissionais:

Vamos supor: aqui em casa o único gasto que eu tô tendo aqui é com energia e com água, não pago aluguel, não pago isso, não pago aquilo. A única coisa que eu vou trabalhar é pra tirar a minha mão de obra coisa que às vezes eu nem tiro, só mesmo para trabalhar para pagar os produtos, então é um gasto a menos. Hoje no salão [...] eles já somam um pouco ali pra tirar energia, água e aluguel por isso se torna mais caro. Por eu não ter esse gasto todo eu trabalho só com alguns produtos por isso saí um pouco mais barato. Tem delas que nem entendem acham que é mais barato, acham que meu trabalho não é legal, não vai ficar bonito por conta disso. Mas eu vou lá e explico: “Olha gente eu não trabalho com aluguel, eu não tenho imposto de aluguel, a única coisa que eu vou trabalhar é pra pagar minha mão de obra”. Aí ela vai lá e entende. Uma progressiva lá na rua é cento e cinquenta reais, eu cobro cento e trinta em uma progressiva. **A diferença dos preços faz a diferença.** “Ah, mais tá caro demais, mas você tá baratinho vou fazer com você”. Mas, não que o barato vai sair caro porque graças ao meu trabalho até agora nunca *torei* um cabelo. Todos os trabalhos que eu fiz sempre todo mundo gostou. Até hoje, né? Tem que fazer com a máxima atenção possível pra sempre a cliente volte sempre mais vezes (Vermelho).

Nesse sentido, o valor quantitativo passa a ser a expressão para satisfazer a permutação de mercadorias, identificado através do tempo de trabalho médio para a produção. Esse elemento quantitativo é a regência geral que regulamenta a troca dando a prerrogativa às mercadorias serem de naturezas distintas. Desse modo, Marx (1996, p. 166) afirma que a efetivação da troca de mercadorias varia em conformidade às formas relativas ao espaço e

tempo das condições dadas, pois “valores de uso não podem defrontar-se como mercadoria, caso eles não contenham trabalhos úteis qualitativamente diferentes” (MARX, 1996, p. 172).

Ao contrário do valor de uso que tem a finalidade de satisfazer as necessidades humanas sem nenhum cunho mercadológico, o valor de troca atribui ao produto a dimensão social para a garantia do processo de intercâmbio. Nesse processo obrigatoriamente não deve haver nenhum resquício de ligação do produtor com a necessidade, mas sim de interesse social. Segundo Marx “sua mercadoria [do produtor] não tem para ele nenhum valor de uso direto. Do contrário não a levaria ao mercado. Ela tem valor de uso para os outros. Para ele, ela tem diretamente apenas valor de uso de ser portadora de valor de troca e, portanto, meio de troca” (1996, p. 210, grifo nosso).

Assim, o processo de troca funda um abismo entre a mercadoria e o seu produtor que não possibilita a ele o pertencimento do fruto produzido numa inversão de valores e interesses das pessoas que se relacionam, ao passo que “todas as mercadorias são não-valores de uso para seus possuidores e valores de uso para seus não-possuidores” (MARX, 1996, p. 210).

Essa perda de identidade do/a trabalhador/a com o objeto que produziu se apresenta como um “estranhamento”, onde o resultado do trabalho se expressa como alheio e sem intimidade com seu produtor, enquanto este se torna inferior e adversário. Aqui se manifesta uma das expressões da alienação, que é a *sua relação com os produtos do trabalho* (MARX, 2001, p. 114). Por vezes, também essa alienação adquire uma conotação em que o trabalhador deve atingir um reconhecimento satisfatório, mas sempre aos olhos dos outros, caso inverso, todo o seu comprometimento com o trabalho é posto em xeque e será necessário que se tome todas as medidas de correção. “Por exemplo, se eu fizer um trabalho e ela [a cliente] não gostar dez vezes eu conserto e ela não paga mais. **O importante é ela estar satisfeita e o meu nome também**” (Amarelo).

Vale ressaltar que é essa dimensão de valor de troca que faz da mercadoria um estatuto de análise da economia política, visto que o valor de uso em si não carrega as necessárias articulações da esfera econômica senão pelo intercâmbio.

O valor de uso, quando encarado de modo indiferente em relação à determinação econômica formal, isto é, o valor de uso como tal, encontra-se fora da investigação da Economia Política. O valor de uso entra nela somente quando determinado de forma econômica. Diretamente, é a base material com que se manifesta uma relação determinada: o valor de troca. (MARX, 2008, p. 52 – 53).

Para esse valor de troca há, conseqüentemente, uma produção que a define enquanto tal, o trabalho abstrato. Esta forma particular de produção faz as diversas formas de trabalho tomar o caráter de homogeneidade por ter como substância e prevalência o gasto das forças físicas e psicológicas dos sujeitos, o que descaracteriza a identidade de cada trabalho. Em

verdade, “como valores de troca, não obstante, representam trabalho homogêneo não diferenciado, isto é, trabalho no qual desaparece a individualidade dos trabalhadores. O trabalho que cria valor de troca é, pois, trabalho geral-abstrato” (MARX, 2008, p. 54).

Concomitantemente à abstração das formas corpóreas das mercadorias, também se abstrai as formas concretas de produção que a particularizam, assim, o processo de produção deixa de ser compreendido dentro da riqueza de elementos que lhe configuram para ser limitado apenas a dimensão de desgaste de trabalho humano, ao que se chama de trabalho simples, já que “não restou deles a não ser a mesma objetividade fantasmagórica, uma simples gelatina de trabalho humano indiferenciado, isto é, do dispêndio de trabalho humano, sem consideração pela forma que foi despendida” (MARX, 1996, p. 168).

Esse pressuposto de abstração é condição *sine qua non* para que as mercadorias, frutos de trabalho qualitativamente diferentes, sejam equiparadas e expressas de forma quantitativa no mercado, assim, é que os trabalhos individuais adquirem generalidade na regência da troca, pois “compreende-se que [o que] se realiza no valor de troca é o trabalho do indivíduo isolado. Para que se converta em trabalho social, lhe é preciso adotar a forma de seu oposto imediato, a forma de generalidade abstrata” (MARX, 2008, p. 60 grifo meu).

A abstração do trabalho, longe de ser imanente às ideias, se gesta e se aleita nas condições objetivas da realidade onde mais que a generalidade do trabalho, o que esconde de forma nebulosamente proposital é a troca de produtos que alimenta o mercado, sendo uma manifestação fenomênica que obscurece o sentido que o trabalho tomou dentro das relações mercantis.

Essa redução apresenta a aparência de uma abstração; mas é uma abstração que ocorre todos os dias no processo de produção social. A conversão de todas as mercadorias em tempo de trabalho não supõe uma abstração maior, como tampouco é menos real que a [conversão] de todos os corpos orgânicos em ar (MARX, 2008, p. 55 – 56, grifo do autor).

Em síntese, se para o valor uso das mercadorias temos necessariamente um trabalho útil, para o valor de troca temos obrigatoriamente uma produção com trabalho abstrato, este se configura como uma atividade desprendida das suas particularidades e generalizada à condição de trabalho humano. Da mesma forma que a mercadoria expressa seu valor de troca despida de seus componentes naturais que a definem como valor de uso durante o intercâmbio, na produção também temos um trabalho abstrato em que está desprendido da sua singularidade.

Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato gera o valor da mercadoria. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil produz valores de uso (MARX, 1996, p. 175).

Assim, constata-se que a duplicidade da mercadoria em valor de uso e valor de troca encontra suas origens na esfera da produção em um processo que também articula trabalho útil e abstrato. Esse jogo de contradições entre dimensões antagônicas em nenhum momento compromete o desenvolvimento da produção de mercadorias, pois estão articuladas inerentemente sem haver dicotomia.

Na mercadoria encontramos, pois, simultaneamente trabalho concreto e trabalho abstrato – mas não se trata, obviamente, de dois trabalhos: trata-se da apropriação do mesmo trabalho sob ângulos diferentes: do ângulo do valor de uso, trabalho concreto; do ângulo do valor de troca, trabalho abstrato (NETTO; BRAZ, 2012, p. 118).

A existência dessa contradição entre valor de uso e valor de troca permite entender que essa relação divergente não compromete o processo de intercâmbio de mercadorias, pelo contrário o fundamenta e induz, pois a permutação só se realiza na condição de que a satisfação das necessidades seja encontrada pela via do mercado. Em outras palavras, é o valor de uso das mercadorias que estão no mercado que invoca os sujeitos, com suas necessidades, para este espaço legislado pela troca, tenha um valor que condiciona para efetivar a existência do outro.

Esse jogo da duplicidade da mercadoria e do trabalho na sociedade mercantil incide nas relações sociais, uma vez que os sujeitos se aproximam uns dos outros pelo mercado, resultando daí um processo conduzido pelo valor de troca, que através do trabalho abstrato, prepondera sobre o valor de uso e o trabalho útil. Isso significa dizer que a produção das mercadorias incide ofensivamente nas relações sociais que passam a obedecer a um propósito baseado pelo mercado, o processo de troca. Assim, a existência dos indivíduos se limita à representação das mercadorias que portam e se expressam no mercado para a troca, pois:

o processo de troca é um processo social em que intervêm indivíduos independentes uns dos outros, fazendo-o unicamente por sua qualidade de possuidores de mercadorias; existem uns para os outros porque suas mercadorias existem também; e assim é que não aparecem senão como agentes conscientes do processo de troca” (MARX, 2008, p. 68 – 69).

Concernente a essa discussão Marx (2008, p. 69 - 70), em seguida, exemplifica que:

Nesse processo em que as mercadorias se relacionam umas com as outras na qualidade de valores de uso, não adquirem uma nova fixidez de forma econômica. Antes, desaparece a forma determinada que as caracteriza como tais mercadorias. O pão, ao passar das mãos do padeiro às do consumidor, não modifica o seu modo de ser como pão. É o inverso que se dá; é o consumidor, o primeiro que se relaciona com o pão, como a um valor de uso, como a esse alimento determinado, enquanto que na mão do padeiro era suporte de uma relação econômica, um objeto sensível: suprassensível.

No modo de produção capitalista, sendo um estágio em que as mercadorias alcançam o mais alto grau de relevância, o conflito entre trabalho abstrato e útil se intensifica com a preponderância do primeiro sobre o último, uma vez que não é possível suprimir a dimensão do valor uso das mercadorias e, por isso, seu trabalho útil na sociedade, transforma-se em mais subsumido e subalternizado. Segundo Chagas “[...] a sociedade do capital, articulada pelo trabalho abstrato, é uma sociedade formal que não é uma sociabilidade efetiva, já que ela, embora precise do trabalho útil-concreto e o conserve, está em oposição a ele, negando-o, excluindo-o” (2009, p. 28).

Na verdade, o que se deve desmistificar na mercadoria é que seu caráter existencial está longe de ter a finalidade de suprir as necessidades humanas, pois o que se esconde nesse simulacro que a reveste é a sua intencionalidade de poder de troca, visto que “o capitalista não produz valores de uso por amor, mas somente porque são portadores de valores de troca” (TEIXEIRA, 2000, p. 69), assim,

embora cadeira e sapatos sejam úteis à sociedade, o capitalismo não os produz tendo em vista simplesmente os valores de uso, mas produz esses valores de uso por serem o substrato material do valor de troca; ou seja, só produz um valor de uso que tenha um valor de troca (CHAGAS, 2009, p. 28).

Não é à toa que um dos alicerces que sustenta a mercadoria é a divisão social do trabalho, mesmo nas formações sociais mais simples que se expressa de forma incipiente através da diferenciação por elementos fisiológicos como sexo e idade no seio familiar, é ela que permite que haja a troca de produtos qualitativamente diferentes, a mercadoria, porém esta independe da divisão social do trabalho para existir. Com isso, “ela (a divisão social do trabalho) é condição de existência para a produção de mercadorias, embora, inversamente, a produção de mercadorias não seja condição de existência para a divisão social do trabalho” (MARX, 1996, p. 171, grifo nosso).

Daí a importância de compreender que o esforço em problematizar a divisão social do trabalho é importante para enxergar os fenômenos atuais em que se insere o trabalho na produção de mercadorias. Esse é o propósito no qual o subitem se destina a ser tratado a seguir.

1.2 Divisão social do trabalho e o trabalho na lógica burguesa

Para entender a divisão social do trabalho é necessário sempre reportar às alterações estruturais, pois ela é constructo do grau de desenvolvimento das forças produtivas de uma determinada nação ou sociedade, uma vez que as forças produtivas requisitam e exigem novas configurações e que devem ser atendidas pela divisão social do trabalho. Portanto, a divisão

social do trabalho caminha a *pari passu* com as demandas postas pelas forças produtivas e torna-se a gradiente que mede a situação do nível de complexidade delas em um determinado tempo e espaço. Conforme Marx e Engels (2008, p.45) afirmam:

O quanto as forças produtivas de uma nação estão desenvolvidas se mostra objetivamente pelo grau de desenvolvimento atingido pela divisão social do trabalho. Uma vez que não se trata de uma simples extensão quantitativa de forças produtivas já conhecidas (aproveitamento de terras não cultivadas, por exemplo), cada nova força produtiva traz como consequência um novo desenvolvimento da divisão do trabalho.

Dentro desse plano, a divisão social do trabalho é expressão concreta dos estágios que a sociedade vivencia e atinge seu clímax quando se alicerça com a separação dos diversos ramos do trabalho (agricultura, manufatura e comércio) onde estabelece o distanciamento entre cidade e campo, a separação de cada ramo em postos de trabalho específicos e a estratificação do trabalho no percurso de uma única mercadoria. Esse movimento está explícito consecutivamente no percurso: divisão do trabalho geral, particular e em detalhe que Marx (1996, p. 466) identificou:

Se se considera apenas o próprio trabalho, podemos designar a separação da produção social em seus grandes gêneros, como agricultura, indústria, etc., de divisão do trabalho em geral, a diferenciação desses gêneros de produção em espécies e subespécies, de divisão do trabalho em particular, e a divisão do trabalho dentro de uma oficina de divisão do trabalho em detalhe.

Pode-se afirmar que a divisão social do trabalho mais minuciosa onde se expressa através da departamentalização das atividades no espaço da produção da mercadoria se relaciona dialeticamente e é reflexo da divisão do trabalho mais ampla da sociedade ao ponto de uma divisão se expressar na outra. Assim, “a manufatura produz, de fato, a virtuosidade do trabalhador detalhista, ao reproduzir, dentro da oficina, a diferenciação naturalmente desenvolvida dos ofícios, que já encontrou na sociedade, e ao impulsioná-la sistematicamente ao extremo” (MARX, 1996, p. 456).

Da mesma forma que os trabalhos artesanais se configuravam com autonomia uns com os outros no processo de confecção, com a divisão social do trabalho mais detalhada, no advento da manufatura, a departamentalização do próprio processo produção se torna cada vez mais isolada ao se resumir e estratificar o trabalho a uma parte do produto sendo que essa relação não é senão pela a passagem da mercadoria de mão em mão, pois “[...] seu princípio peculiar da divisão de trabalho causa um isolamento das diversas fases de produção, que como outros tantos trabalhos parciais e artesanais se autonomizam reciprocamente” (MARX, 1996, p. 460).

Daí evidenciar que a proposital fratura da produção limita a intervenção dos sujeitos e restringe suas habilidades a um caráter técnico, extraíndo o que há de mais estratégico nos indivíduos para a produção da riqueza sem levar em consideração as consequências como o empobrecimento do sujeito diante do trabalho. Ofensivamente, “a divisão do trabalho é uma aplicação habilidosa das energias do homem; intensifica a produção da sociedade – o seu poder e os seus prazeres – mas diminui a capacidade de cada homem individualmente considerado” (MARX, 2001, p. 162 – 163).

Para isso, a mercadoria atinge a dimensão locomotiva de uma processualidade que é produto de diferentes habilidades específicas do trabalho ocupado por sujeitos diferentes, onde “estabelecer e manter a conexão entre as funções isoladas requer transporte ininterrupto do artigo de uma mão para outra e de um processo para outro” (MARX, 1996, p. 460).

A processualidade que existe na divisão social do trabalho para a obtenção de um resultado esperado extrapola o universo da indústria e atinge todas as esferas produtivas do mercado um exemplo disso está expresso nos postos de trabalho do setor de serviços do salão da beleza. Hoje, para alcançar o atendimento de todas as demandas que são postas no cotidiano dos salões de beleza, os/as profissionais cabeleireiros/as recorrem a ajudantes que operam em procedimentos menores para otimização do tempo: enquanto o/a cabeleireiro/a está terminando de realizar o procedimento em um/a cliente, seu/sua ajudante já está lavando o cabelo do próximo.

Ele faz coisas que [...] tira um peso que me sobrecarrega. **Por exemplo: eu cortar um cabelo ter que ir lavar e depois ter voltar pra finalizar, eu fazer uma escova, uma chapinha e depois ter que molhar a mão na água fria pra poder fazer outra lavagem. Isso tanto prejudica a minha saúde quando me cansa, me estressa, já o [assistente] tira esse peso, entendeu? Eu faço uma parte, ele faz outra. Então eu vou [...] tendo mais tempo para respirar pra poder dar continuidade. O [assistente] faz essa parte pra mim, quer dizer ele é um auxiliar. Auxiliar já quer dizer assim: ele [...] antecipa coisas, ele lhe facilita as coisas, uma maioria da parte ele faz pra ti, ele já te entrega quase pronto.** “Olha eu não sei terminar, mas eu já fiz uma parte”, né? “Eu não sei escovar, mas eu já lavei”. Já o [outro assistente]: “Eu não sei cortar, mas eu sei limpar o salão. Então, eu já limpei”. Então eles me tiram um bocado da responsabilidade, do peso, da carga do trabalho. Então eles me aliviam. [...] eu não sobreviveria sem eles, se eu sobreviver é escapando muito cansada porque o trabalho fica muito pesado pra mim sozinha (Lilás, alterações minhas omitindo o nome dos envolvidos).

Ou seja, a profissão de cabeleireiro/a como inserida nos postos de trabalho do setor de serviço também sofre os rebatimentos da divisão social do trabalho que se expressa na “departamentalização” das atividades dentro do mesmo setor produtivo, mas que tem influência, como foi mencionado anteriormente, na separação entre cidade e campo e entre os ramos de produção (agricultura, comércio e indústria).

Paradoxalmente, pode-se constatar um processo híbrido no âmbito produtivo da indústria da beleza, pois ao lado dessa especialização também vigora a exigência de uma força de trabalho polivalente, caso seu objetivo seja estar ativa no mercado. Vale ressaltar que essa exigência é uma típica caracterização do regime de acumulação flexível¹⁶ que contesta os modelos de rigidez da organização do trabalho anteriores (taylorismo e fordismo). Essa contradição pode ser ilustrada na fala:

[...] eu sou da época em que o cabeleireiro tinha que aprender muitas coisas, já lá em São Paulo não. Em São Paulo tem [...] o maquiador e o que faz penteado, [...] tem o escovista, tem o químico, tem o que corta, entendeu? Agora eu não, eu consegui me sobressair [...] em várias técnicas em química, em penteado, em maquiagem porque senão vêm outras pessoas na frente e acaba [...] tendo tanto destaque como você, né? (Amarelo)

Uma das características da divisão social do trabalho é que além de corresponder às manifestações do nível de propriedade (agricultura, indústria e comércio) reflete também as formas como os indivíduos se relacionam com o fruto do seu trabalho. Nisso “cada nova fase da divisão do trabalho determina igualmente as relações entre os indivíduos no que diz respeito ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho” (MARX; ENGELS, 2008, p. 46), uma vez que a produção de mercadorias tem como condição necessária a amálgama entre divisão social do trabalho e propriedade privada dos meios de produção nos diversos setores. Netto e Braz (2012, p. 93) afirmam que:

Para que haja produção de mercadorias, duas condições são absolutamente necessárias. A primeira diz respeito à existência, mesmo que incipiente, de divisão social do trabalho: para que se produzam diferentes mercadorias (ânforas, tecidos etc.), é preciso que o trabalho esteja de algum modo repartido entre diferentes homens (ou diferentes grupos de homens). Mas essa condição, necessária, não é suficiente para a produção de mercadorias: ela deve se articular à propriedade privada dos meios de produção – só pode comprar ou vender uma mercadoria aquele que seja o seu dono e, para tanto, é necessário que os meios com os quais a produziu, pertençam a ele.

É necessário ponderar que essa articulação entre a divisão social do trabalho e a propriedade privada tem uma funcionalidade fulcral não só na produção de mercadorias, mas para a partilha do lucro nos diversos níveis de propriedade (agricultura, indústria e comércio) e subsidiar o processo de acumulação de capitais. Daí afirmar que a divisão do trabalho se

¹⁶ A acumulação flexível é marcada pela colisão direta ao modelo rígido do fordismo com o “Toyotismo ou ohnismo é um modelo produção japonês que se difundiu nos anos 1980” (MEDEIROS; CAVALCANTE; OLIVEIRA, 2014, p. 151) e se subsidia na flexibilização dos processos e dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. Dentre as diversas estratégias estavam “[...] a alta tecnologia da microeletrônica, objetivando a ampliação da produtividade da massa trabalhadora. Trouxe como consequência o aumento da taxa de exploração da força de trabalho; no plano ideológico, ‘conquista’ a mente do trabalhador: ‘buscava capturar a consciência operária a partir de iniciativas educativas extra fábrica’” (MEDEIROS; CAVALCANTE; OLIVEIRA, 2014, p.151).

encontra diretamente proporcional à concentração de capitais por meio da propriedade privada como ressalta Marx e Engels (2008, p. 102):

Na divisão do trabalho já está dada, desde o começo, também a divisão das condições de trabalho, dos instrumentos e dos materiais, e, com tal divisão, a fragmentação do capital acumulado entre diferentes proprietários, e, subsequentemente, a fragmentação entre capital e trabalho, bem como as diferentes formas de propriedade. À medida que a divisão do trabalho se desenvolve e a acumulação aumenta, mais se torna aguda a fragmentação. O próprio trabalho só pode subsistir sob o pressuposto dessa fragmentação.

Essa expressão da fragmentação toma nitidez com a dissociação do trabalho em dois segundo o nível de tempo destinado para a produção, enquanto o trabalho caracterizado pelo dispêndio de energia em um tempo médio se chama de trabalho simples, o trabalho de elevada extração se configura como um trabalho complexo. Assim, “trabalho mais complexo vale apenas como trabalho simples *potenciado* ou, antes, *multiplicado*, de maneira que um pequeno *quantum* de trabalho complexo é igual a um grande *quantum* de trabalho simples.” (MARX, 1996, p. 173, grifo nosso).

Porém, essa distinção não para no tempo de trabalho, mas repercute de forma significativa no preço dos diferentes trabalhos quando gera no espaço de produção a hierarquia salarial dos postos, onde a atividade que exige um maior nível de qualificação para a execução tem maior remuneração que as demais especializações. Contudo, ambos os trabalhos são de inferior valor às atividades que exigem o conhecimento de todo o processo produtivo, como afirma Marx (1996, p.465) “[...] surge a simples separação dos trabalhadores em qualificados e não qualificados. Para os últimos os custos de aprendizagem desaparecem por inteiro, para os primeiros esses custos se reduzem, em comparação com o artesão, devido à função simplificada”. Além disso, a não qualificação ou diminuição do conhecimento do trabalho surge aqui como uma tendência para benefício do capital, já que:

A desvalorização relativa da força de trabalho, que decorre da eliminação ou da redução dos custos de aprendizagem, implica diretamente uma valorização maior do capital, pois tudo que reduz o tempo de trabalho necessário para reproduzir força de trabalho amplia os domínios do mais-trabalho (MARX, 1996, p. 466).

Consequentemente, o antagonismo assentado na separação entre cidade e campo expressa no plano do trabalho uma divisão acentuada na distinção entre o espiritual e manual, que desencadeiam em complexidades nas relações sociais por meio do trabalho. Isso nutre tanto a preponderância da cidade sobre o campo, condição da propriedade privada, como intensifica a ampliação de um trabalho que atua diretamente na esfera da reprodução da sociabilidade na criação do valor. Marx e Engels (2008, p. 83) asseguram que:

Com o surgimento da cidade aparece, também, a necessidade de administração, de política, de impostos, etc., em suma, a necessidade de organização comunitária e, por conseguinte, da política em geral. Foi quando se manifestou pela primeira vez a divisão da população em duas grandes classes, divisão que se assenta diretamente na divisão do trabalho e nos instrumentos de produção. A cidade é de fato o local da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades, enquanto o campo mostra exatamente o fato oposto, isto é, o isolamento e a dispersão. A oposição entre a cidade e o campo só pode existir no âmbito da propriedade privada.

Trata-se aqui de fazer o exercício de caracterizar como o trabalho se configura dentro das relações mercantis do capital, pois mais que produzir objetos seu objetivo final é a geração de lucro, ou seja, a acumulação de riquezas independentemente das formas corpóreas que a mercadoria assume. Iamamoto (2012, p.65) genialmente afirma:

Mas é preciso também dar conta da *forma social do processo de trabalho*, isto é, das *relações sociais através das quais se realiza* aquele trabalho concreto, pois, nesta sociedade, o objetivo não é apenas produzir produtos ou serviços que satisfaçam as necessidades sociais. O objetivo é também a produção da riqueza e a reprodução ampliada do capital inicialmente investido. No desvendamento dessas relações sociais está a chave para decifrar o processo de criação e de valor (grifo da autora).

Esse tipo de concepção nos distancia da unilateralidade de entender o trabalho apenas como relação sujeito-natureza, que não estabelece as bases necessárias em que se aleita o trabalho dentro das *atuais* relações sociais, assim, afasta-nos de cair no anacronismo de restringir o trabalho apenas no papel da transformação do macaco em homem, onde não havia valor de troca, e considerar que hoje o trabalho está interligado a outros elementos para além do clima, a alimentação, a constituição fisiológica do homem, a domesticação de animais. Não se trata aqui de abandonar estes elementos mencionados no debate sobre o trabalho, mas de apreender a complexidade que o trabalho tomou dentro das relações sociais burguesas baseadas no valor de troca.

Marx já havia constatado isso quando analisou o trabalho dentro da sociedade capitalista. Para o autor “os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios” (MARX, 1996, p. 298).

Esta passagem de Marx é fundamental para entendermos como deve ser apreendido o trabalho no contexto atual, identificando toda a complexidade que compõe a sociedade de classes. Nesse sentido, é importante fazer o exercício de desmembrar a afirmação de forma sucinta no intuito de desfazer todos os enganos que permeiam no debate. Chagas (2009) aos passos de Marx nos ajuda a refletir que:

[...] ele [o trabalho] não deve ser entendido, como alguns pensam, apenas como mediação necessária do intercâmbio material entre homem e a natureza, pois Marx fala, em *O Capital*, que o trabalho envolve: **1. o próprio trabalho, que é também intercâmbio entre trabalho e trabalho (os diversos ramos de trabalho), ou seja, uma atividade social, coletiva, tendo em vista a um fim;** 2. Uma atividade que se

aplica à natureza, o objeto universal do trabalho humano; e 3. os seus meios, ferramentas, instrumentos, com os quais o homem transforma a natureza (p. 27, grifo nosso).

Isso permite afirmar que um trabalho direcionado ou existente de outro trabalho é considerado trabalho por Marx. Pode-se dizer mais: que a relação entre os sujeitos também estão no processo de trabalho porque o trabalho é eminentemente social.

Dentro das relações sociais mercantis o trabalho passa a ter como função precípua a produção de mais-valor, base para o processo de valorização e expansão do capital. A relação homem-natureza permanece ocupando um lugar de destaque, pois ela está presente desde o trabalho concreto até os postos de trabalho mais complexos da sociedade, ou seja, os mais distanciados do elementar metabolismo orgânico entre indivíduo e natureza, mas que essa definição para trabalho em si não dá conta do papel que esta categoria ocupa na sociedade salarial.

Quando Marx descreve minuciosamente o trabalho produtivo ele já caracteriza como uma atividade englobada no processo de valorização do capital

Assim, hoje, a dependência do sujeito para com a natureza permanece tanto para manter a sociedade no avanço das forças produtivas, uma vez que “o homem depende da natureza, mas a natureza independe do homem”. Não é possível enxergar uma atividade que não precise de meios e instrumentos de trabalho que, por sua vez, não tenham sido extraídos da natureza, a relação sujeito-natureza é imprescindível para uma sociedade e razão pela qual o trabalho permanece como a mediação central da qual o intercâmbio sujeito-sujeito se sustenta.

É a qualidade dos produtos, é a matéria-prima dos produtos por serem importados e estar a mais anos no mercado. **Produtos com mais de 50 anos de mercado têm uma matéria prima melhor, né? Uma qualidade melhor. É mais caro, mas você consegue ter um acabamento melhor no cabelo de uma cliente, facilita seu trabalho e dão uns truques especiais que essas linhas que chegaram agora não fazem [...]** (AMARELO).

Esse processo nos confirma que o trabalho está interligado na produção das mercadorias e atravessa os diversos ramos produtivos, a *cooperação* que Marx (1996) afirma está presente fielmente no nicho do mercado da beleza. Assim, a profissão de cabeleireiro/a tem importância na produção para o sujeito que extrai a matéria-prima dos produtos e o contrário também é correto, ou seja, há uma relação de importância mútua no processo da produção e circulação de mercadorias que valorizam o capital. Marx (1996b, p. 137) sustenta que:

Com o caráter cooperativo do próprio processo de trabalho amplia-se, portanto, necessariamente o conceito de trabalhado produtivo e de seu portador, do

trabalhador produtivo. Para trabalhar produtivamente, já não é necessário, agora, pôr pessoalmente a mão na obra; basta ser órgão do trabalhador coletivo, executando qualquer uma de suas subfunções.

Exemplificando melhor: o trabalho do/a cabeleireiro/a é tão produtivo quanto do sujeito que extrai a matéria-prima para a fabricação dos cosméticos porque ambos estão inclusos em um processo de valorização do capital, a chave para a compreensão está nas relações sociais que se estabelecem no marco da sociedade burguesa com a intensificação da divisão social do trabalho. De nada importa para o capital se houve o investimento em fábrica de cosméticos ou em salão de beleza, o ciclo é o mesmo e obedece às mesmas regras do capital. Pode-se assegurar que, analogamente, a relação que se estabelece entre cabeleireiros/as com os/as produtores/as de cosméticos é a mesma que Marx comparou entre professores e a máquina de fabricar salsinhas:

Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. **Se for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, então um mestre-escola é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha as cabeças das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa fábrica de salsichas, não altera nada na relação.** O conceito de trabalho produtivo, portanto, não encerra de modo algum apenas uma relação entre a atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, a qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital (MARX, 1996, p. 138, grifos meus).

Por isso, na sociedade de classes a relação entre os trabalhos sujeito-natureza e sujeito-sujeito não é de conflito e antagonismo, mas sim de complementaridade, ambos seguem o trajeto necessário para a obtenção do lucro, enquanto uma está na produção a outra na circulação, isto é, uma necessariamente precisa da outra para atingir o lucro. Dessa forma,

O desencadeamento do processo imediato de produção ocorre na *esfera da circulação*, no mercado de mercadorias e de trabalho, onde se efetua a metamorfose do valor capital na forma dinheiro para a forma mercadoria requerida pelo movimento da produção. Depende, ainda, da esfera da circulação para a realização dos valores contidos nos produtos criados no processo de produção, como etapa necessária ao seu ingresso no âmbito do consumo propriamente dito (IAMAMOTO, 2012, p. 68, grifo da autora).

Ao caracterizar a complexidade que o trabalho tomou na sociedade burguesa não significa dizer que não existam no trabalho marcas que remetem e revigoram o “arcaico”, próprias de sociedades tribais, como é o caso da divisão sexual do trabalho. Isso é o que tratarei mais explicitamente no próximo item e quais os rebatimentos para o segmento que transgride os modelos enrijecidos do sexo na sociedade, os sujeitos que compõem a diversidade sexual.

1.3 Divisão Sexual do Trabalho: elemento para se pensar o trabalho e a transgressão do sexo

A divisão do trabalho por sexo está presente na forma mais elementar a mais complexa da sociedade e o que vai expressar o nível de complexidade em que uma sociedade alcança são as formas de propriedade, já que propriedade e divisão do trabalho caminham juntas, uma reflete a outra. Na forma mais rudimentar, a família foi a primeira forma de propriedade onde os critérios etários e de sexo eram considerados para a execução dos diferentes trabalhos como afirmam Marx e Engels (2005, p. 59):

[...] na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em diversas famílias que se opõem entre si, envolve ao mesmo tempo a distribuição, e, com efeito, a distribuição desigual, quantitativa e qualitativamente, do trabalho como de seus produtos; isto é, envolve a propriedade, que já tem seu germe, sua primeira forma, na família em que a mulher e os filhos são escravos do marido. A escravidão na família, embora ainda rudimentar e latente, é a primeira propriedade, que aqui, aliás, corresponde exatamente à definição que deram os economistas modernos, pela qual a propriedade é o poder de dispor da força de trabalho de outrem.

Nesse sentido, é o universo determinado para a execução de uma atividade, de um “papel” de reconhecimento social que é imposto que, conseqüentemente, vai se construir a figura feminina, enquanto o seu reverso será o masculino. Com isso, mais que atividades diferentes, a divisão sexual do trabalho constrói sujeitos diferenciados e sexuados, ou seja, erige a subjetividade dos sujeitos, vale até ressaltar que o “[...] trabalho é produção de si: ‘Trabalhar não é apenas transformar o mundo, é também transformar a si mesmo, produzir a si mesmo’. O que implica que não se pode pensar o trabalho, inclusive sociologicamente, sem levar em conta a subjetividade” (DEJOURS apud KERGOAT, 2002, p. 50).

Nisso o universo ligado ao cuidado, ao zelo, ao detalhe, à delicadeza, à maternidade, ao privado está subjugado para sexo feminino, na sua contraposição está o masculino com atividades que são ligadas à caça, valentia (força), ao raciocínio e ao público.

Em algumas épocas, as marcas da divisão sexual do trabalho quando não tão bem definidas as suas fronteiras do limite técnico de cada atuação urge como necessário o enquadramento do trabalho dentro de um dos universos do sexo ao qual se destina. Um reflexo disso é que se pode mencionar que a atividade do cuidado com os cabelos começa a se polarizar quando a distinção da atuação não estava em habilidades específicas, mas porque os escravos cuidavam dos homens, enquanto as escravas cuidavam das mulheres e não é à toa que aqui a discrepância entre os sexos já era evidente, pois os salões nas praças estavam restritos para o homem.

A sexualização dos espaços público/privado pela díade masculino/feminino é produto de relações sociais que remontam ao princípio da sociedade escravista onde se reforça os “papeis” sexuais e sociais do trabalho por meio de elementos biológicos e fundados por valores patriarcais de reprodução. Assim, enquanto o homem estava para a caça a mulher para a coleta, afinal a mulher não poderia sair da vista do homem senão seria uma ameaça à hereditariedade no reconhecimento do seus herdeiros. Santos (2009, p. 20) assegura que:

Esse processo [controle da sexualidade da mulher] tornou gradativamente a mulher presa e restrita à vida privada. Já que só a mulher pode realmente saber quem é o pai de seus(as) filhos(as), e, para que não crie filhos(as) de outros pais e não tenha que dividir riquezas e força de trabalho, o marido precisa mantê-la longe da vida pública e sob constante vigilância. Todavia, essa mudança da sociedade igualitária à instauração da dominação/exploração de homens sobre mulheres não se deu de forma amena e muito menos natural.

Ou seja, não se quer dizer que as mulheres não tenham direcionado suas atividades para o cuidado do cabelo, mas que passou invisível pela história, uma vez que seja mulher livre ou escrava o espaço direcionado da divisão sexual do trabalho para o sexo feminino é o ambiente doméstico na reprodução da família. No que se refere a divisão sexual do trabalho na Era Cristã, pode-se afirmar que “tanto a mulher livre como a mulher escrava tinham seu espaço de trabalho pertencente à esfera doméstica, pois eram responsáveis pela manutenção da subsistência, cujos campos incluíam a alimentação *e a higiene do homem e crianças*” (Menicucci apud Nogueira, 2004, p. 04, grifo nosso).

Isso nos leva a concluir que se, por um lado, os homens tinham um local específico onde se ofertavam serviços de cuidado como o cabelo e barba, foi através do encargo da mulher na esfera privada da higiene dos filhos que se gestou o perfil feminino de hoje para a profissão de cabeleireiro/a que, em contraste com o barbeiro, tem a flexibilidade de atuar para ambos os sexos. Afinal, filhos ou filhas sempre passavam pelas mãos das mães.

[...] Aí cozinha é um serviço doméstico que ficava antigamente *pras* mulheres, **as mulheres elas não trabalhavam eram direto no serviço doméstico e, com isso, ela já tinha que cuidar dos filhos, então elas cuidavam dos cabelos dos filhos. Então isso é serviço de mulheres que não é de hoje, é dos antepassados como serviços domésticos, como cabelo, como todas outras profissões** (Azul).

Em suma, a profissão de cabeleireiro/a tem a marca feminina tanto por sua história como pelos/as agentes que a compõem ao ter raiz na atribuição da mulher para atividades mantenedoras do cuidado dos/as filhos/as, o que perdurou por muito tempo como trabalho doméstico juntamente com as profissões de cozinheira e empregada doméstica entre outras.

Porém, a divisão sexual do trabalho não só diferencia o que é trabalho masculino e feminino como também hierarquiza, pois um trabalho masculino vale mais que o feminino em

todas as sociedades. Assim, a dicotomia entre trabalhos considerados “valorizados” em relação a outros gera, respectivamente, na responsabilidade para os sexos masculino e feminino e desdobra na inferioridade do trabalho feminino direcionado para uma importante esfera da manutenção da sociedade, a reprodução.

[...] o fato de ter havido uma separação entre trabalho produtivo e o improdutivo, aliado às relações sociais de gênero, que definem para as mulheres as atividades no campo da reprodução, contribui decisivamente para que o valor (ou melhor, o não-valor) do trabalho feminino se caracterizasse como algo natural e necessário para a sociedade (DANTAS; MONTEIRO, 2003, p. 26)

Nesse sentido, é na articulação dos princípios de separação e hierarquia que se sustenta a divisão sexual do trabalho. Em suma: a divisão sexual do trabalho é marcada pela preponderância do homem em relação à mulher através da discrepância valorativa dos papéis que existe dentro da sociedade, “[...] caracteriza-se pela designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva assim como, ao mesmo tempo, a captação dos homens das funções com forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc)” (KERGOAT, 2002, p. 50). Kergoat e Hirata (2007, p. 599) explicam como funciona a articulação desses princípios:

Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie.

Esses princípios se expressam nas profissões de hoje que também carregam a marca do sexo feminino, o que se chama de *feminização do mercado de trabalho* (CISNE, 2012, p. 118) e, por sua vez, atingem a escala de reconhecimento social inferior pela própria ideologia patriarcal que governa as relações sociais. Isso acontece porque a divisão sexual do trabalho está sempre remetendo ao sexo de um grupo que vai ser definidor da posição que a profissão ocupa no espaço público, é uma coextensão que remete aos atributos do sexo de um grupo na sociedade. No caso masculino, “[...] o trabalho assalariado é ‘natural’, coextensivo da virilidade. Ou, em outras palavras, o conceito de trabalho foi pensado de modo coextensivo ao de virilidade” (KERGOAT, 2002, p. 51).

Da mesma forma são as profissões ligadas ao feminino onde se apresentam como um “híbrido” do público-doméstico e, por isso, consideradas como menos qualificadas ou “menos complexas”, uma vez que “este ‘menos complexa’ vem a ser a justificação de desprestígio e de desvalorização do trabalho feminino” (CISNE, 2012, p. 114). Não é à toa que essas

profissões são uma coextensão das habilidades que a ideologia naturalista atribui às mulheres como “típico” do universo feminino e que servem de estratégia para os auríferos lucros do capital. Segundo Cisne (2012, p. 144):

A subordinação da mulher e os dons ou habilidades ditas femininas são apropriados pelo capital para a exploração da força de trabalho, pois, as atividades e trabalhos desenvolvidos por mulheres – ao serem vistos como atributos naturais, extensões de habilidades próprias do gênero feminino – são consideradas dons e não trabalho.

Consequentemente, o que se espraia de forma hegemônica é que o trabalho feminino esteja relegado a um grau de desqualificação tão expressivo ao ponto de ser encarado na sociedade como “ajuda”, “cuidado” e, por isso, não remunerado como é comum em muitos assentamentos e comunidades rurais, ou seja, as atividades laborais das mulheres no público são sempre considerados como extensão dos seus esforços domésticos, já que estes são impostos como prioridade. Como se pode aprofundar:

[...] a participação das mulheres nesses assentamentos e comunidades rurais dá-se de forma ampla no que diz respeito às atividades domésticas, religiosas, no serviço público – enquanto agentes de saúde e professoras, coordenadoras, diretoras e auxiliares de serviços gerais nas escolas locais -, no acréscimo da renda familiar com a confecção de artesanato, contribuindo ainda na produção agrícola, sendo esta atuação entendida como “ajuda”, complemento da renda familiar (MEDEIROS; CAVALCANTE; OLIVEIRA, 2014, p. 151).

Para entender esse fenômeno dentro da divisão sexual do trabalho, surge a necessidade de diferenciar e opor os conceitos de *qualidade* e *qualificação* (KERGOAT, 2002, p. 52) onde cada um é imposto para um sexo e, consequentemente, vai revelar a posição valorativa que ocupa na sociedade. Assim, se o sexo masculino na sua dimensão individual e coletiva é considerado como uma qualificação, fruto da construção social; por sua vez, o sexo feminino, individual ou coletivamente, é entendido como um produto da educação privada ou uma qualidade “imane” do sexo e, por isso, confere um título de menor valor em relação à qualificação. Nas palavras de Kergoat:

É preciso opor qualidades e qualificação; além do mais, à essa primeira oposição, é preciso acrescentar a seguinte: a qualificação masculina, individual e coletiva, é construída socialmente; as qualidades femininas remetem ao indivíduo ou ao gênero feminino (ou antes ao gênero tal como se encarna em cada “indivíduo”), e são adquiridas por meio de um aprendizado erroneamente vivenciado como individual, por ocorrer na esfera dita do privado; assim, elas não são valorizadas socialmente. Daí uma relação de força em sua desvantagem com os empregadores, e sabemos que é destes também que a qualificação vai resultar (2002, p. 52).

Assim, as mulheres que buscam se inserir no mercado de trabalho enfrentam outro obstáculo: a pretensa ideia de que elas são inferiormente qualificadas em relação aos homens, mas esta afirmação reveste de forma proposital uma educação sexista em que as mulheres em

todas as fases da vida são direcionadas apenas para as atividades do âmbito reprodutivo, ou seja, não é que as mulheres não sejam “menos qualificadas”, mas que elas ousaram romper com os limites de uma educação que lhe foi imposta. Sobre isso menciona Kergoat:

[...] em vez de dizer que as mulheres operárias têm uma formação nula ou mal adaptada ao tipo de empregos industriais que lhes são propostos, formação adquirida de início por um aprendizado (a ‘profissão’ de futuras mulheres quando eram meninas) e em seguida por uma ‘formação contínua’ (trabalhos domésticos). As mulheres operárias não são operárias não qualificadas ou ajudantes porque são malformadas pelo aparelho escolar, mas porque são bem formadas pelo conjunto do trabalho reprodutivo (apud CISNE, 2012, p. 117).

A forte presença do fenômeno da feminização do mercado de trabalho não está deslocada das alterações do cenário macroeconômico como a reestruturação produtiva (CISNE, 2012, p. 120). Na forma aparente pode expressar um avanço quando as mulheres saem das paredes domésticas para ocupar os postos de trabalho no mercado, mas logo surgem questionamentos de como e em que condições se desenvolvem esse processo de inserção. Afinal, ainda é comum as mulheres estarem responsáveis pelas atividades domésticas, o que se constata uma intensificação da exploração da força de trabalho feminina que passa a ser extorquida por dois espaços, o público (produtivo) e o privado (reprodutivo). Então, qualquer pensamento que defenda ou acredite que as mulheres vivem uma emancipação não passa de ilusão.

As atividades domésticas permanecem sob a responsabilidade direta ou indireta da mulher, seja por meio da dupla jornada de trabalho (trabalho extradomiciliar e domiciliar), seja pelo cumprimento de sua obrigação em dar conta do trabalho domiciliar mediante a ajuda de uma substituta no período de sua ausência, que pode ser uma filha ou a avó da família, como é comum no Brasil (CISNE, 2012, p. 121).

Aqui, longe de entendermos que essa sobrecarga do trabalho feminino como uma “complementaridade” entre espaços público e doméstico, o que há é um “conflito” ou “tensão” entre os deveres familiares e profissionais em que a mulher está encarregada. Assim, busca “[...] evidenciar a natureza fundamentalmente conflituosa da incumbência simultânea de responsabilidades profissionais e familiares às mulheres” (KERGOAT; HIRATA, 2007, p. 604).

Porém, para complexificar a categoria divisão sexual do trabalho é importante entender que ela pode desmembrar elos e conexões a campos bem afastados da esfera produtiva como a instituição heterossexualidade. Essa linha de raciocínio é acompanhada por Kergoat ao afirmar que “[...] pelo fio do ‘trabalho’ assim redefinido, consegue-se apreender nas malhas da análise campos tão tradicionalmente afastados do assalariado como, por exemplo, a norma da heterossexualidade” (2002, p. 50).

Esta passagem de Kergoat em articulação com a assertiva de Marx e Engels (2005, p. 59) sobre a divisão social do trabalho nos confluem a seguir uma linha de pensamento para pensar as consubstancialidades da sexualidade com o trabalho. Primeiramente, os autores afirmam que na divisão social do trabalho

[...] ocorre ao mesmo tempo a contradição entre o interesse individual ou da família isolada e o interesse coletivo da totalidade dos indivíduos que se relacionam entre si; e esse interesse coletivo não existe apenas na representação, como ‘interesse geral’, *mas se apresenta, antes de tudo, na realidade concreta, como dependência recíproca dos indivíduos entre os quais o trabalho é dividido* (grifo nosso).

Diante disso, se entendemos que a divisão social do trabalho repercute na dependência dos indivíduos no plano aparente, mas que no geral o que existe é um conflito, o mesmo esquema também serve para a divisão sexual do trabalho, que concretamente existe a dependência entre os sexos que camufla um conflito entre os grupos de cada sexo (homens e mulheres).

Isso nos leva a concluir que se a divisão sexual do trabalho se expressa no plano concreto com a dependência entre os sexos é porque ela instaura como regime o princípio da heterossexualidade compulsória em que um sexo esteja direcionado para o seu oposto. Ou seja, se a figura feminina se constrói pelo avesso da masculina através da inserção em universos socialmente construídos e diferenciados, o público e o privado, é sumariamente porque se exige a complementaridade entre os sexos opostos, o que direciona para a heterossexualidade e a consumação da família.

Por muito tempo e ainda hoje vigora a lógica do parentesco que pressupõe, dentro das relações familiares, a existência da heterossexualidade, uma vez que esta é que estrutura e caracteriza a família assentada na divisão sexual do trabalho. Rubin (1993, p. 12) comprova esse raciocínio quando afirma que a divisão sexual do trabalho faz dos sujeitos não só homens e mulheres, mas sim heterossexuais ao se filiarem na dependência entre os sexos na menor unidade economicamente viável, a família. Um exemplo disso é que se evidencia que para um pai exista uma mãe, para um tio uma tia, para um avô uma avó, “a divisão sexual do trabalho nada mais é que um artifício para instituir um estado de reciprocidade e dependência entre os sexos” (LÉVI-STRAUSS apud RUBIN, 1993, p. 11).

A constituição da família nos parâmetros patriarcais e heterossexistas são funcionais para o capitalismo, pois permite a possibilidade de abastecer e renovar o quadro da força de trabalho no mercado, por este motivo é que a família nuclear burguesa se torna uma engrenagem dentro do capitalismo que assimila a vida do operário ao mesmo patamar da vida útil de uma máquina. Quem nos ensina a pensar assim é Marx (2012, p. 44) ao afirmar que:

Do mesmo modo, devem ser incluídos, nos custos de produção da força de trabalho simples, os custos de reprodução pelos quais a espécie operária é posta em condições de se multiplicar e de substituir os operários usados por novos. O desgaste do operário é, portanto, levado em conta do mesmo modo que o desgaste da máquina.

Então, vale acrescentar que a divisão sexual do trabalho mais do que construir sujeitos sexuados (homens ou mulheres) a partir da inserção em universos de distintos sexos direciona sua sexualidade para a heterossexualidade onde a necessidade de universo de um sexo será suprida pelo complemento do seu oposto. Em suma: a divisão sexual do trabalho além de construir sujeitos sexuados (homem ou mulher) forma sujeitos heterossexualizados (RUBIN, 1993).

Um profícuo estudo etnográfico relatado por Fry e MacRae (1985) de uma tribo indígena do Paraguai chamada de Guaiaqui ajuda a perceber a relação da divisão sexual do trabalho com os “papeis” sexuais na sexualidade dos moradores da tribo. Inicialmente, o estudo relata que dentro da tribo a divisão sexual do trabalho é a forma econômica de subsistência onde homens carregam ou confeccionam arcos; enquanto as mulheres, cestos e, como o todo trabalho constrói sujeitos, “cada um desses dois instrumentos simboliza dois ‘estilos’ de existência, ou seja, os homens caçam, as mulheres carregam” (FRY; MACRAE, 1985, p. 33).

Porém, ocorre que os homens (mais precisamente dois no relato) que não sabiam caçar, não possuía arco, viúvos e pela rejeição das mulheres da tribo, um dos homens se vê obrigado a acompanhar e a conviver com as mulheres da tribo onde deixou os cabelos crescer, aprendeu a fabricar cestos e, por vezes, se relacionava sexualmente com os homens da tribo de forma “passiva”¹⁷ sem que ferisse a masculinidade dos que lhe procuravam. Dessa forma, era através da divisão sexual do trabalho e do papel sexual que o sujeito ocupava na tribo que definia o seu sexo. No caso masculino,

[...] parece claro que entre os guaisqui a masculinidade se baseia em dois pontos fundamentais: no uso do arco e num papel “ativo” nas relações sexuais. Por outro lado, a feminilidade se baseia no uso do cesto e relações sexuais “passivas”. Quando um homem que uma das regras básicas da masculinidade, ele se torna uma pessoa mal-vista (Chachu). Porém, ele pode recuperar uma certa posição na sociedade cruzando a barreira entre os sexos e assumindo o papel social e sexual da mulher (Idem, p. 35).

Em outras palavras, havia a linearidade entre a sexualidade e a divisão sexual do trabalho dos sujeitos da tribo em que a “atividade” sexual estaria ligada à caça para o sexo masculino, ao contrário do feminino em que a “passividade” se vincula à coleta, em alguns

¹⁷ Refere-se o termo “passiva” para definir a postura sexual de “receptor” ou “penetrado” nas relações sexuais sejam heterossexuais ou não.

casos, os sujeitos poderiam transgredir os limites do sexo anatômico, mas nunca as convenções sociais da tribo, por exemplo: passividade e caça ou atividade e coleta.

Isso nos confluí a refletir que existem consubstancialidades entre a sexualidade e o trabalho e só nos resta desbravar pelo oceano a fora. Afinal, onde estão os sujeitos que transitam ou se negam às fronteiras dos sexos no trabalho? Como é esse trabalho que desempenham? Quem são esses sujeitos que transgridem os limites do sexo e os rebatimentos que sofrem é o que tratarei a seguir.

.

CAPÍTULO II

TINTAS QUE SE MISTURAM E PRODUZEM CORES: a sexualidade e a consubstancialidade das relações sociais de sexo, classe e “raça”

Este capítulo tem a finalidade de entender como em cada modo de produção se erige uma força imaterial que estabelece coesão com as alterações nos modos concretos de vida, assim, além da dominação no plano econômico há também uma dominação ideológica que fortalece e legitima a existência das classes sociais. Longe aqui de entender que essa construção ideológica, que atinge a dimensão do consenso na sociabilidade burguesa, é natural e imutável, pois ela é fruto de uma construção histórica em que os sujeitos constroem dentro das condições objetivas que se defrontam.

Nesse sentido, a sexualidade também é mediada por fatores históricos e mutáveis em conformidade com cada estágio do modo de produção. Ela se torna um suporte fulcral para garantir a reprodução de uma sociabilidade, no caso das regidas pela manutenção da propriedade privada, a heterossexualidade como obrigação.

Consequentemente, aqueles/as que não comungam dessa convenção estão submetidos/as à opressão que tanto reforça um patamar de inferioridade e, por isso, hierarquiza dentro das relações sociais, bem como reforça da alienação da classe trabalhadora ao pô-la em conflito aos segmentos que a compõe. Diante disso, torna-se necessário se apropriar do debate da consubstancialidade das relações sociais, uma vez que há a consubstancialidade entre sexo (inclusive sexualidade), “raça” e classe para desvelar as armadilhas da opressão, dominação e exploração na sociedade burguesa.

Em seguida, a partir dos elementos encontrados pelos estudos feministas da apropriação do trabalho da mulher nos espaços domésticos e públicos me embaso para lançar questionamentos de como os sujeitos da diversidade sexual se relacionam com o trabalho e em quais postos de trabalho estes sujeitos se encontram, uma vez que ainda se vivencia a carência de estudos que refletem o modo de vida do segmento LGBT com o enfoque no trabalho à luz da perspectiva marxista.

Assim, os questionamentos da divisão sexual do trabalho permanecem importantes para compreender o debate da economia política da diversidade sexual que se torna o debate central para elucidar o objeto da pesquisa.

2.1 A sexualidade na história

Ao passo da história, é necessário salientar que um modo de produção para alicerçar sua sociabilidade recorre sempre ao surgimento de um aparato ideológico que alcance legitimidade dentro das relações sociais e cumpra um papel de fortalecer e reforçar sua importância enquanto modelo econômico. Noutras palavras, a dimensão imaterial e ideológica que se projeta através dos valores, da política, da ética, da cultura e da moral na esfera cotidiana da vida social não são autônomas ou simples especulações do imaginário, mas têm relação dialética e se sustenta no terreno das condições objetivas e históricas da sociedade. Marx e Engels afirmam (2008, p. 52) que:

[...] a partir de seu processo na vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo vital. E mesmo as formulações nebulosas do cérebro dos homens são sublimações necessárias do seu processo de vida material que se pode constatar empiricamente e que se encontram sobre bases materiais. Desse modo, a moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, assim como as formas de consciência que elas correspondem, perdem toda a aparência de autonomia. Não têm história nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção material e relações materiais, transformam, a partir da sua realidade, também o seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida é que determina a sua consciência.

Esse conjunto de normas que se expressa na sociedade surge com a funcionalidade de regimentar as condutas no plano da reprodução social dos indivíduos e alcança uma aparente “naturalidade”, mas que não passa de uma herança da construção histórica dos sujeitos antecessores dentro dos limites objetivos encontrados. Isso quer dizer que as circunstâncias materiais são o terreno em que vivem os sujeitos ativos e atuantes na construção da sua história. Assim, os sujeitos longe de se reproduzirem e sobreviverem como imaginam, estão dentro das condições objetivas, pois “são os homens os produtores de suas representações, de suas ideias, etc., mas os homens reais e atuantes, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento das forças produtivas e das relações a eles correspondentes [...]” (MARX; ENGELS, 2008, p. 51).

O aspecto da reprodução dos indivíduos é em si um dos elementos necessários para alcançar a hegemonia de um modo de produção e, por conseguinte, de uma classe sobre a outra que além do domínio material com a propriedade privada também estabelece um domínio espiritual com as formas de produção da consciência. Isto significa dizer que a consciência hegemônica que circunda nas relações sociais tem materialidade, os sujeitos se encontram imersos a uma dominação material e ideológica, como sustentam Marx e Engels (2008, p. 78) “a classe que dispõe dos meios de produção material dispõe também dos meios

de produção espiritual, o que faz com que sejam a elas submetidas, ao mesmo tempo, as ideias daqueles que não possuem os meios de produção espiritual”.

Assim, os reflexos do pensamento dominante na vida dos sujeitos se expressam no modo em que vivem seu contexto desde a adoção de um pensamento com concepções subsidiadas nos valores e princípios que se propagam como folclore até a forma mais aparente como a construção em que se projetam para si os padrões estéticos. Na sociedade de classes não é diferente do que acontecia na Roma Antiga que, como foi mencionado, se as mulheres dos imperadores serviam de base para os modelos de beleza, aqui as representações são embasadas por quem controlam a produção do espírito com os meios midiáticos.

[...] você tem que tá atualizado das tendências, do que o povo tá, da moda. **Eu acabei de falar: Caio Castro vem aí com o cabelo lindíssimo é só o que vai dar [...] quando entrar essa novela no ar. Lindo, lindo, lindo o corte de cabelo logo na cabeça dele, a cabeça dele já é perfeita aí o corte ficou perfeito. Aí vem o povo com a cabeça de abóbora quer porque quer e tem que saber** (Verde).

Consequentemente, pode-se afirmar que existe um padrão de beleza de imposição, ou seja, a beleza tem uma personificação ligada a elementos tidos como convencionais e que deve ser reproduzido. Logo, a afirmativa de que beleza é relativa cai por terra dentro da sociedade de classes, pois a beleza é padronizada e escraviza os sujeitos a segui-la. Assim, a profissão de cabeleireiro/a não está isenta dos rebatimentos do mercado da beleza que valoriza princípios hierárquicos convergentes de sexo, raça e classe e se materializa nas exigências da clientela para esses/as profissionais.

Isso porque a construção da subjetividade dos sujeitos se estabelece através da articulação das suas condições objetivas, tanto com relações sociais que tecem quanto com o plano econômico em que se inserem. Por isso, não se deve compreender “[...] a subjetividade como um simples reflexo das determinações da base econômica, como um mero produto do econômico e sim como um componente inseparável dos processos de formação da vida humana” (CHAGAS, 2013, p. 65).

Esse cunho analítico oferece um consistente subsídio para entender as formações sociais e históricas na perspectiva de totalidade, desmitificando a pretensa “autonomia” que as ideias alcançam no cotidiano e surge como via única para suscitar elucubrações no caminho em vista às mudanças concretas de projeções, reflexões e hábitos dos sujeitos. Como afirma Gramsci (1999, p. 250 – 251):

A estrutura e as superestruturas formam um “bloco histórico”, isto é, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção. Disto decorre: só um sistema totalitário de ideologias reflete racionalmente a contradição da estrutura e representa a existência das condições objetivas para a subversão da práxis.

Marx e Engels (2008, p. 79) afirmam que apartar as ideias da dimensão material dos seus produtores compromete a análise histórica das formações sociais e exemplifica, pois, que caso o contrário, “no tempo em que a aristocracia dominava, os conceitos de honra, fidelidade, etc., dominaram, ao passo que na época do domínio da burguesia dominaram os conceitos de liberdade, igualdade, etc.” (2008, p. 79).

Tal entendimento é importante e valioso para desvendar a real relação de complementaridade entre produção e reprodução social em que uma se expressa na outra em planos distintos, Gramsci (1999, p. 238) expressa que “[...] as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, distinção entre forma e conteúdo puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem forças materiais”.

Do mesmo modo que houve o alcance da dominação de uma classe sobre a outra no plano econômico por meio da apropriação privada dos meios de produção, consequentemente, a classe detentora não vai medir esforços para ampliar seu campo de dominação para o plano ideológico, necessário campo caso queira solidificar sua hegemonia. Por isso, há a necessidade da formulação de ideias da classe burguesa na reafirmação dos seus interesses por meio de um seleto grupo de representantes. Nos dizeres de Marx e Engels (2008, p. 79):

[...] no interior dessa classe [burguesa] uma parte aparece como pensadores dessa classe (seus ideólogos ativos, que teorizam e fazem da formação de ilusões que essa classe tem a respeito de si mesma sua principal substância), enquanto os demais se relacionam com essas ideias e ilusões de forma mais passiva e receptiva, já que são, na realidade, os membros ativos dessa classe e possuem menos tempo para produzir ideias e ilusões acerca de si.

No que se refere à sexualidade, a ideologia também não poderia deixar de se fazer presente ao passo da história, ou seja, longe de ser “natural”, própria de uma concepção essencialista e engessada, sem diálogo com a história, a sexualidade é um elemento fruto da construção social¹⁸ e é ancorada por concepções diferentes conforme o tempo, pois “[...] a sexualidade é mediada por fatores históricos e culturais” (VANCE, 1995, p. 16). Relação pela qual se torna imprescindível fazer o exercício da dialética, pois da mesma forma que

¹⁸ No debate da sexualidade, duas correntes antagônicas são predominantes que são a essencialista e a construtivista. Enquanto a corrente essencialista defende que o sexo advém de uma dimensão estritamente biológica sem influências da história e se reduz a dimensão puramente anatômica em um axioma infrutífero que “[...] reduz a complexidade do mundo à suposta simplicidade imaginada de suas partes constituintes e procura explicar os indivíduos como produtos automáticos de impulsos internos” (WEEKS, 2000, p. 29), a construtivista social amplia sua concepção e enxerga “[...] que a sexualidade humana não é compreensível em termos puramente biológicos. [...] A fome da barriga não dá pistas sobre a complexidade da culinária. O corpo, o cérebro, os genitais, e a capacidade para a linguagem são necessários para a sexualidade humana. Mas eles não determinam seus conteúdos, suas experiências e suas formas institucionais” (RUBIN, 1984, p. 11). Por isso, faremos o importante exercício de pensar que “[...] o órgão mais importante nos humanos é aquele que está entre as orelhas. A sexualidade tem tanto a ver com nossas crenças, ideologias e imaginações quanto com nosso corpo físico” (WEEKS, 2000, p. 25)

entendemos as necessidades humanas como produto histórico, vale o mesmo para desvendar o percurso da sexualidade nos diversos contextos históricos, afinal:

[...] só podemos compreender as atitudes em relação ao corpo e à sexualidade em seu contexto histórico específico, explorando as condições historicamente variáveis que dão origem à importância atribuída à sexualidade num momento particular, compreendendo as várias relações de poder que modelam o que vem a ser visto como um comportamento normal ou anormal; aceitável ou inaceitável (WEEKS, 2000, p. 29).

Muitos estudos comprovaram que a sexualidade nos diversos modos de produção não é condizente com a forma pela qual a enxergamos hoje. Um exemplo é que nas sociedades fundacionais, onde ainda não havia grandes avanços tecnológicos, não havia as mesmas restrições às relações sexuais de hoje e até mesmo as relações homossexuais eram comuns e socialmente aceitas, enquanto as relações heterossexuais eram direcionadas ao cumprimento de rituais para a reprodução como Okita (2007, p. 27) relata em um de seus estudos: “as relações na tribo eram unicamente homossexuais, tanto do homem como da mulher. Só nas ocasiões cerimoniais, duas ou três vezes por ano, existia a relação heterossexual, visando unicamente a reprodução”.

Um bom destaque que se deve colocar é o que concerne à sexualidade trans, haja vista existirem comprovações históricas de variadas formas de encará-la. A travestilidade também se fazia presente e venerada nos ritos religiosos de certas tribos ao ser considerada um elemento místico de reverência e esses sujeitos como importante ente de interlocução com as divindades, onde “[...] eram consideradas possuidoras de poderes especiais e consultadas sobre assuntos importantes, sendo muitas vezes destacadas nas cerimônias religiosas” (OKITA, 2007, p. 24).

Dentre as várias interpretações que justificam essa ocorrência, está a de que a miscelânea da binaridade entre masculino-feminino destoa às convenções enrijecidas e, por isso, concediam poderes sagrados, pois ambiguidade e poderes excepcionais têm relação comum, já que “um homem que se transforma em ‘homem-mulher’ ou uma mulher que se transforma em ‘mulher-homem’ são fundamentalmente ambíguos. Ambiguidade é sempre uma possível fonte de criatividade” (FRY; MACRAE, 1985, p. 57).

Conforme Rubin (1993), em determinadas tribos, homens e mulheres poderiam, caso facultassem, mudar de sexo por meio de um ritual para casar. Configurava-se como um matrimônio heterossexual, pois ambos os sujeitos preservavam a binaridade homem-mulher ao cabo que o sexo social era posto em evidência sobre o anatômico. Por mais que enxerguemos um possível e relevante avanço para as relações sexuais ainda havia a prisão ao sexo não podendo ultrapassar as fronteiras de homem-mulher, visto que “uma pessoa não

podia ser um pouco de ambos os gêneros – ele (a) poderia ser masculino(a) ou feminino(a), mas não um pouco de cada” (RUBIN, 1993, p. 12).

De fato, a identidade de gênero exclusiva advém da distinção polarizada dos sexos, como se o princípio de existência de um sexo fosse necessariamente a negação do outro em uma relação mútua e a raiz para tal princípio não é natural, e sim social. A instauração de limites impostos rigidamente sobre os sujeitos atinge uma escala de opressão globalizada obrigando a todos/as a se “encaixarem” em um dos sexos, não abrindo margens para a liberdade da construção da personalidade sem o julgo dessa convenção. Como confere Rubin:

No entanto, a ideia de homens e mulheres são duas categorias mutuamente exclusivas deve advir de outra coisa que uma inexistente oposição “natural”. Longe de ser uma expressão de diferenças naturais, a identidade de gênero exclusiva é a supressão de similaridades naturais. Ela requer repressão: nos homens, da versão local das características “femininas”, quais que sejam elas; nas mulheres, da definição local das características “masculinas”. A divisão dos sexos tem por efeito reprimir alguns traços de personalidade de virtualmente todo mundo, homens e mulheres. O mesmo sistema social que oprime as mulheres nas suas relações de troca, oprime todo mundo pela sua insistência numa divisão rígida da personalidade (1993, p. 12).

Assim, os sujeitos que ousarem transitar pelos dois universos do sexo, além de quebrarem a lógica das fronteiras que são instauradas, põem em xeque o modelo heterossexual, como instituição que governa os corpos e regula a vida dos sujeitos, e lançam bases para novas formas de se pensar o sexo. Essa sucessão de efeitos em uma única manifestação aparece para os demais como uma turbulência nos esquemas convencionais que permeia no imaginário do sexo, o que resultará como produto a respostas marcadas por uma violência que tem como intencionalidade conservar os modelos enrijecidos dos padrões sexuais, o que chamamos de homofobia¹⁹. A materialização da homofobia pode ser constatada no cotidiano dos sujeitos transgressores na seguinte passagem:

Passam a olhar diferente porque tem pessoas que não sabem se montar. Vamos supor: **pessoas que uma hora que vestem uma blusa feminina em cima e uma calça de homem em baixo aí ficam de destaque para os outros verem. Aí ninguém sabe nem o que aquela pessoa é. Mas aí se você vai se montar, se monte por completo [...]** (Vermelho).

Ou seja, os sujeitos que questionam o binarismo da polarização entre homem e mulher, masculino e feminino são os que instabilizam esta lógica limitante de reger a vida em apenas dois polos. As pessoas das sexualidades trans são a personificação da transgressão não apenas dos sexos, mas de toda uma lei dicotômica em que surge como parâmetro da

¹⁹ A homofobia se caracteriza como um estágio de manifestação da abjeção aos sujeitos que se contrapõem às convenções dominantes que moldam os sexos, assim, os sujeitos que transgridem o heterossexismo são submetidos às diversas formas de violência no intuito de “correção”. Por isso, se entende a homofobia como “[...] a *discriminação contra as pessoas que se mostram, ou a quem se atribui, algumas qualidades (ou defeitos) atribuídos a outro gênero*. A homofobia engessa as fronteiras do gênero” (WELZER-LANG, 2001, p. 465, grifos do autor).

sociabilidade dos sujeitos. Logo, são consideradas uma “ameaça” para a perpetuação dos valores tradicionais binários, por isso a importância da violência a essas pessoas no heterossexismo, pois são “indigeríveis” nesse regime.

Se de um lado, esta sociabilidade é iminentemente marcada por sujeitos que devem obedecer ao pré-requisito de ser ou homem ou mulher para serem aceitos/as, por outro, a rebeldia dessa regra com as pessoas trans demonstra que essa sociabilidade está fadada à pobreza dos sujeitos, pois é através delas que se permite pensar nas quão múltiplas e infinitas são as possibilidades de expressar a subjetividade para além do que se possa enxergar.

Em outras palavras, aquilo que se enxergava como conflitante e antagônico no imaginário dos sexos e do mundo aparece sintetizado no corpo das pessoas de sexualidade trans. O corpo das pessoas trans revela que o que se enxergava impossível de conciliação e de inimaginável possibilidade de ocupar o mesmo espaço põe em xeque os modelos enrijecidos dos sexos.

Uma das contribuições para que se produzisse a solidificação das fronteiras do sexo foram as sucessivas alterações que incidiram na sociabilidade no plano concreto que reorganizou todo o modo de vida dos sujeitos. Afinal, era preciso se adaptar a um novo contexto que exigia novas respostas.

Foi assim que o surgimento da propriedade privada, do excedente, da domesticação de animais e de uma agricultura mais avançada foi alterando, conseqüentemente, as relações sociais e lançando protoformas para uma sociabilidade de classes por meio da ordem patriarcal, neste caso o escravismo. Ao passo que as formas de reprodução da sociedade fundacional não condiziam frente às novas exigências que se colocavam para a perpetuação da propriedade privada, novas relações de produção foram se estabelecendo entre os indivíduos em conformidade com as alterações relacionadas (OKITA, 2007). Noutras palavras, quando há a colisão entre as forças produtivas e as relações de produção, enxerga-se a transição para um novo modo de produção.

Um exemplo é que se estavam diante de um modo de produção em que cercavam as propriedades de terra, ao mesmo passo também era preciso que se cerceassem o sexo dos sujeitos para vigorar essa nova base material. Assim, os sujeitos são controlados e disciplinados conforme as exigências que o plano objetivo impõe²⁰.

Analogamente, pode-se ilustrar esse processo na seguinte passagem em que Marx e Engels (2008, p. 58) explicitam: “[...] ainda que essa teoria, essa teologia, essa filosofia e essa moral, etc., entrem em contradição com as relações existentes, isso só é possível ocorrer

²⁰ Para melhor aprofundamento, consultar Santos (2009) que faz o exercício de articular as condições concretas com a instauração da dominação masculina sobre as mulheres.

porque as relações sociais existentes estão em contradição com as forças de produção existentes [...]”.

Na transição de um modo de produção ao outro, não se quer dizer que todos os elementos que vigoravam nas relações de produção anterior devem ser extirpados e abolidos para a emergência da sucessora, como se houvesse um rompimento ao negar e eliminar todos os resquícios que ligam e remete uma a outra. Nesse processo, o que se constata é um “filtro” dos valores, princípios e ideias que podem ser funcionais e ocupar um espaço relevante dentro da nova formação social. Assim, enquanto alguns elementos resistem ou adquirem nova roupagem outros são descartados e ficam obsoletos. Como afirma Gramsci (1999, p. 240):

De fato, toda fase histórica deixa os seus traços nas fases posteriores; e estes traços, em certo sentido, tornam-se o seu melhor documento. O processo de desenvolvimento histórico é uma unidade no tempo pelo que o presente contém todo o passado e do passado se realiza no presente o que é “essencial”, sem resíduo de um “incognoscível” que seria a verdadeira “essência”. O que se “perdeu”, isto é, o que não foi transmitido dialeticamente no processo histórico, era por si mesmo irrelevante, era “escória” casual e contingente, crônica e não história, episódio superficial, sem importância, em última análise.

Essas alterações não foram instauradas pelo plano subjetivo dos indivíduos, mas pelas condições objetivas em que os distintos sexos se defrontaram em um determinado contexto histórico, uma vez que “isto não quer dizer que foi um plano consciente do homem, nem indica uma luta sexual entre homens e mulheres pela dominação. Foram as condições materiais que provocaram essa mudança” (OKITA, 2007, p. 31).

Nesse momento, encontramos rigidamente os traços das restrições sexuais nas relações. O casamento heterossexual emerge como uma solução que corresponde a todas as expectativas de manutenção do patrimônio, pois só ele é capaz de perpetuar a propriedade privada pelo princípio de herança através da reprodução biológica. Aqui a sociedade dirige seus primeiros passos por caminhos restritos e limitados onde a sexualidade passa pelo julgo dos ditames da riqueza material e não dos sujeitos. Não cabem mais aqui os deleites da liberdade sexual e, por isso, a homossexualidade. Conforme Okita:

Na verdade, o comportamento homossexual nunca constituiu uma grande ameaça à reprodução. Na sociedade livre das restrições sexuais, a homossexualidade existia inter-relacionada com o heterossexualismo. Na sociedade patriarcal, com a reprodução dentro da família tornando-se uma obrigação social, a homossexualidade, sendo um elemento imprevisível e não reprodutivo, é considerada anti-social (2007, p. 51).

No plano ideológico, para fortalecer a propriedade privada era necessário colocar a sexualidade sob o espectro da conotação pejorativa, somente tolerado dentro dos limites do casamento, consequentemente, da heterossexualidade. Daí evidenciar que as primeiras

retaliações à homossexualidade caminham a *pari passu* com as primeiras formas de disciplinamento da sexualidade, visto que esta “era uma forma de expressão pessoal incompatível com a nova ordem patriarcal, somente sendo permitido dentro dos limites rígidos da família monogâmica dominada pelo homem” (OKITA, 2007, p. 33).

Porém, ainda não era suficiente só a heterossexualidade do matrimônio, mas o controle da sexualidade da mulher por meio da monogamia, este pressuposto era necessário para assegurar que os descendentes seriam consanguineamente do proprietário, assim, “para assegurar a fidelidade da mulher e, por conseguinte, a paternidade dos filhos, a mulher é entregue incondicionalmente ao poder do homem. Mesmo que ele a mate, não faz mais que exercer um direito seu” (ENGELS, [1974], p. 65).

Destarte, a mulher passa a ter em volta de si os olhos vigorosos da família monogâmica na vigilância da sua sexualidade no propósito de que atenda os reais desejos da sexualidade masculina, conferindo um caráter de servidão. Conforme Rubin (1993, p.13) “a sexualidade feminina preferida seria aquela que correspondesse ao desejo de outros, em lugar daquela que ativamente desejasse e procurasse uma resposta”. Outrossim, a família monogâmica surge como eufemismo para um objetivo intencional bem delineado em todas as sociedades que vigoram, o controle da sexualidade da mulher, pois “[...] o que define desde a origem o caráter específico da monogamia que é monogamia só para a mulher e não, para o homem. E ainda hoje tem esse caráter” (ENGELS, [1974], p. 69). Nessa linha de raciocínio, Okita (2007, p. 32) acrescenta que as relações homossexuais juntamente com as heterossexuais ocasionais se confrontavam com a lógica monogâmica, pois:

Era de grande interesse dos novos senhores, que seus bens e seu nome passassem para seus filhos e isto pré-condicionava a monogamia da mulher. Só assim ele teria certeza da paternidade de seus filhos. Relações homossexuais, assim como heterossexuais casuais, ficaram fora desse sistema de herança da propriedade.

O controle da sexualidade feminina, por meio da assimetria dos sexos, surge como um dos pilares estruturantes de uma *organização social do sexo* que introduz a lógica patriarcal e de parentesco através do casamento, o que corrobora para a instauração e fortalecimento da estabilidade da heterossexualidade compulsória como parâmetro para as relações familiares. Em suma, esse emaranhado de elementos conflui para entender que a organização social do sexo se sustenta na tríade do gênero, da heterossexualidade obrigatória e a coerção da sexualidade feminina (RUBIN, 1993, p.11).

Assim, as relações de dominação/exploração/opressão dos homens sobre as mulheres passam a estar explícitas a partir do controle da sexualidade feminina para a

heterossexualidade em que cria e impõe um arsenal de mecanismos que variam da coerção ao consenso ou compulsão, como termo utilizado por Rich (2010, p. 26).

Algumas formas de o poder masculino se manifestar são mais facilmente reconhecidas do que outras, ao reforçar a heterossexualidade sobre as mulheres. No entanto, cada um das quais eu listei vem adicionar-se ao feixe de forças pelo qual as mulheres têm sido convencidas de que o casamento e a orientação sexual voltada aos homens são vistos como inevitáveis componentes de suas vidas – mesmo se opressivos e não satisfatórios. O cinto de castidade, o casamento infantil, o apagamento da existência lésbica (exceto quando vista como exótica ou perversa) na arte, na literatura e no cinema e a idealização do amor romântico e do casamento heterossexual são algumas das formas óbvias de compulsão, as duas primeiras expressando força física, as outras duas expressando o controle da consciência feminina.

Note-se que: se de um lado, o homem impõe imperativos heterossexuais sobre a sexualidade da mulher no propósito de restringir para fins reprodutivos matrimoniais, por outro, o que passa despercebido por ele é que esta imposição é “um tiro no pé” para sua sexualidade, pois limita suas alternativas de obtenção afetiva e de prazer. Ou seja, aprisionar a sexualidade de um sexo para a heterossexualidade é necessariamente encarcerar o outro.

Por isso, por mais que a heterossexualidade seja a expressão mais explícita da dominação do poder masculino sobre as mulheres os seus tentáculos também atingem aos homens. Não é à toa que meninos e meninas, desde a mais tenra idade, têm como parâmetro da sexualidade a linearidade de um sexo sempre estar direcionado para o seu oposto. Se analisarmos: meninas sempre escutam histórias de princesas que, por sinal, seguem um padrão de feminilidade em que, ao final, sua felicidade é projetada na companhia de um príncipe; no caso dos meninos, sempre vivenciam um contexto em que os super-heróis, que seguem o padrão de virilidade, são corajosos e ao final da aventura recebem como troféu uma mulher. Em outras palavras, o que se projeta é que, o que é para a mulher um complemento (o príncipe) é para o homem apenas uma recompensa (a mocinha).

Ainda podemos inferir mais: que esse modelo de disciplinamento dos sexos na infância, além de construírem sujeitos sexuados (homem e mulher) forma sujeitos heterossexualizados, ou seja, são formações de sujeitos diferentes que canalizam para um objetivo central em comum, a heterossexualidade. Posteriormente, se dá prosseguimento à família e, consecutivamente, a novos sujeitos biológicos com a mesma formação. Enfim, a heterossexualidade se torna uma herança que passa de geração a geração até que surja alguém ou grupo que questione essa convenção.

Dessa forma, os sujeitos que transgridem a heterossexualidade vivenciam um contexto adverso a sua existência, já que em todas as esferas da vida social em que se inserem a heterossexualidade aparece como um imperativo e, por conseguinte, esses sujeitos são

considerados ameaça a estabilidade da heterossexualidade obrigatória e que, na verdade, são²¹.

Porque perante a cultura das pessoas [...] homossexualidade sempre é um erro, né? É um vício, é uma escolha, é uma [...] forma de agredir a sociedade, né? **Nós vivemos numa sociedade educada só para a [...] heterossexualidade ainda hoje a gente entende [que] a sociedade é construída para a heterossexualidade** mesmo com o avanço e a quantidade de homossexuais que já existe no mundo, né? (Lilás).

Mesma com a força expressiva no cenário político que o segmento LGBT vem construindo historicamente na luta por reconhecimento, ainda são os postulados heterossexistas que vigoram nas relações sociais e a família é uma esfera importante para legitimar esse regime.

Dessa forma, torna-se ainda mais um agravante quando reportamos ao contexto privado em que o primeiro núcleo social em que se inserem é de natureza estruturada nos pressupostos patriarcais, a família, e que lhe exigem necessariamente a reprodução da árvore genealógica dessa instituição, através da heterossexualidade. Por isso, não é estranho que a família manifeste os posicionamentos contrários ou aversivos contra aqueles/as que abalam suas estruturas de manutenção, o que ocasiona na constatação de que homossexuais jovens “[...] que sofreram grandes constrangimentos e violência psíquica e física dentro do próprio lar quando foram descobertos: insultos, agressões, tratamentos compulsórios destinados à ‘cura’ de sua orientação sexual, expulsão de casa e até casos de extrema execução” (MOTT, 2000, p. 148). Podemos ter um retrato fiel dessa afirmação na seguinte passagem:

Quando a minha [mãe] descobriu; descobriu não, teve a certeza. Que ela sempre vivia me dizendo se descobrisse que eu era veado, ela me botava pra fora de casa que ela não queria veado dentro de casa. **Uma outra vez que ela mandou eu engrossar a voz, foi justamente nesse dia, que ela disse: “Engrossa essa voz, tenha jeito de homem que eu não quero veado dentro de casa”. E quando descobriu, tive que sair de dentro de casa e não foi nem uma ou duas vezes não e ir morar com minhas irmãs** (Verde).

Ou seja, a educação familiar é sexista ao reproduzir o patriarcado e o heterossexismo para os/as descendentes para que conduzam os passos do pai e da mãe, caso haja resistência dos filhos, inicia-se as formas mais intensas de disciplinamento através da coerção.

As violências aos sujeitos que transgridem a heterossexualidade não iniciam a partir do momento da manifestação da palavra, pois as formas explicitamente concretas em que os sujeitos vivem, por intermédio do corpo, já são margens para ser alvo das diversas retaliações

²¹ Episódios históricos importantes que demarcam momentos de questionamento ao modelo heterossexista podem ser mencionados a autoafirmação enquanto sujeitos transgressores da heterossexualidade que conforme Sedgwick (2007, p. 26) “‘O armário’ e ‘a saída do armário’, ou ‘assumir-se’, agora expressões quase comuns para o potente cruzamento e recruzamento de quase todas as linhas de representação politicamente carregadas, têm sido as mais magnéticas e ameaçadoras dessas figuras [homossexuais]” (grifos meus).

e disciplinamento. Em outras palavras, a necessidade de manter o ordenamento dos corpos não inicia quando esses sujeitos utilizam a palavra ou o discurso, mas quando expressam concretamente sua transgressão pelo corpo, “que **eu [...] tinha um andaduzinho que rebolava muito. Aí meu pai ficava brigando, ficava brigando. Aí isso e aquilo**” (Vermelho).

Assim, na minha casa meus irmãos sempre me tratavam de forma diferenciada: batiam, diziam literalmente “esse menino vai ser veado.”, “**o comportamento dele é de [...] mulher**”. Eles diziam assim pra mamãe: “**A senhora corrija o comportamento dele, isso tem que ser largado na peia**”, “**se ele vier pra perto de mim com esse tipo de fala fina assim como mulher eu vou bater**”. Eles sempre diziam assim pra mamãe: “A senhora não manda ele ir pra escola comigo porque eu não quero que meus amigos da escola me vejam com ele” (Lilás).

Isto significa dizer que o forte pensamento da coesão e harmonia por princípios consanguíneos que reina na família nuclear burguesa se revelam frágeis ao não atingirem aqueles/as que transgridem a heterossexualidade. A família não se mede seus esforços ao manifestar a opressão ao segmento LGBT, assim a família revela que a consanguinidade não é um impeditivo para consolidar a heterossexualidade com a homofobia.

Dessa forma, a opressão não advém aleatoriamente do discurso que permeia nas relações sociais, mas de uma base material e concreta em que pode se manifestar no/na oprimido/a através do corpo. Assim, o corpo incorpora obediência ou rebeldia às representações sociais que se expressam hegemonicamente dentro do universo de seu contexto. Por isso, enxerga-se o arsenal conjuntural em que permite enriquecer as análises do corpo dentro de uma constelação de mediações necessárias com as relações sociais, já que “[...] encontra-se efetivamente inserido num caleidoscópio de relações e de instituições sociais, de forças históricas e políticas, onde está sujeito a formas de controlo e disciplina, constituindo também foco de contestação, resistência e luta social” (FERREIRA, 2013, p. 504).

A ideia de que os discursos estão plasmando desvinculado da base material ofusca a visão dos/as oprimidos/as do conflito de classe e, conseqüentemente, da história, pois como afirma Wittig “o conjunto desses discursos levantam uma confusa cortina de fumaça para os oprimidos, que lhe fazem perder de vista a causa material da sua opressão e os assume em uma sorte de vazio ahistórico”²² (2006, p. 46, tradução nossa).

Vale ressaltar que a sexualidade não esteve apartada da produção e da proliferação de discursos em volta de si em cada contexto histórico, pois ela se tornou um apêndice necessário para algo concreto: a legitimação da ordem burguesa em que seus privilégios eram

²² “El conjunto de estos discursos levanta una confusa cortina de humo para los oprimidos, que les hace perder de vista la causa material de su opresión y los sume en una suerte de vacío ahistórico”.

alcançados através da racionalização intensificada da prática do sexo²³, o que Foucault (2014, p. 28) chama de *polícia do sexo*, “[...] isto é, necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor da proibição”. A sociabilidade burguesa marca a inédita postura de associar a prática do sexo não a conceitos metafísicos, mas a objetivos concretos de “[...] natalidade, morbidade, esperança de vida, fecundidade, estado de saúde, incidência das doenças, forma de alimentação e de *habitat*” (2014, p. 28, grifo do autor).

Nesse sentido, a prática sexual esteve circunscrita e sob influência de um conjunto de elementos de regulação, pois “através da economia política da população forma-se toda uma teia de observações sobre o sexo. Surge a análise das condutas sexuais, de suas determinações e efeitos, nos limites entre o biológico e o econômico” (FOUCAULT, 2014, p. 29).

Isso se contrapõe em como o sexo era considerado na Idade Média onde havia forte influência do cristianismo que intensificava a repressão e introduzia a concepção que a homossexualidade era encarada como pecado através da hegemonia ideológica da Igreja. Concomitantemente à operação “caça às bruxas”, os homossexuais também eram levados à fogueira ou serviam de insumos em tais operações. Esse período alcançou um nível exponencial de repressão e até hoje se alastra algumas atitudes e práticas que remontam à época (OKITA, 2007).

Essa prática de ojeriza à homossexualidade traz reminiscência da contradição que foi abordada na antiguidade. Segundo Okita (2007) se por um lado, durante a antiguidade da Grécia helênica, a homossexualidade não era mal vista na maioria das cidades-Estado da mesma forma que também era a nudez, de outro, Atenas já havia adotado o patriarcado com todas as suas prerrogativas como também já havia predominantemente nas demais civilizações. Um exemplo disso foi Roma que com a influência do cristianismo fez com que o período medieval desse seu primeiro passo na ojeriza à pederastia, sodomia e outras práticas ditas “desviantes” com punições severas como castrações, mutilações, queimadura na fogueira entre outras.

O poder religioso no período medieval atingiu uma hegemonia tão expressiva sobre o controle do sexo que hoje ainda é possível enxergar “sequelas” que remontam a este tempo, como no caso das práticas de confissão. As confissões surgiram como intuito estratégico da Igreja de governabilidade dos desejos e práticas sexuais dentro do matrimônio, assim, a Igreja também passa a ocupar um papel de vigilância dentro do casamento. Foucault (2014, p. 21) afirma bem:

²³ Aqui se torna valioso ressaltar o legado de Foucault (2014) em *História da Sexualidade I: a vontade de saber* em que o autor faz a trajetória da sexualidade. Porém, não considero aqui que a história da sexualidade se restrinja às mutações do discurso sobre o sexo na história, mas como o sexo se torna uma forma de dominação material de uma classe sobre a outra em cada modo de produção.

Pois a Contrarreforma se dedica, em todos os países católicos, a acelerar o ritmo da confissão anual. Porque tenta impor regras meticulosas do exame de si mesmo. Mas, sobretudo, porque atribui cada vez mais importância, na penitência – em detrimento, talvez de outros pecados – a todas as insinuações da carne: pensamentos, desejos, imaginações voluptuosas, deleites, movimentos simultâneos da alma e do corpo, tudo isso deve entrar, agora, e em detalhe, no jogo da confissão e da direção espiritual.

Então, nem com o casamento se permanecia livre do poderio e controle da Igreja e não menos importante as práticas desviantes eram relegadas ao entendimento de mais nefasto e pecaminoso na terra. Dessa forma, as práticas “desviantes”, dentre elas a homossexualidade, eram consideradas o pecado mais hediondo e as causas de todos os malefícios terrenos, logo, deviam saná-las. Conforme Okita:

Num clima de pessimismo e medo, provocado pela desintegração da sociedade romana e o colapso de seu império, Justino prescreveu torturas, mutilações e castrações para os homossexuais, como prelúdio para a execução. O édito diz em determinado momento: “[...] certos homens possuídos pela excitação diabólica, praticam entre eles os atos mais degradantes contra a natureza: nós imploramos que se abstenham, para não serem visitados pela vingança divina [...] como resultado, cidades serão destruídas com seus habitantes e por causa desses crimes existem crianças famintas, terremotos e pestes”. A morte na fogueira tornou-se comum para o pecado tão horrível, que não pode ser mencionado na presença de cristãos (2007, p. 44).

Essas respostas à homossexualidade mudam conforme cada modo de produção, mas lógico que não é de forma abrupta, e sim com a mescla de elementos que são próprios de cada sociabilidade.

Na sociedade capitalista, a repressão se intensifica e se agrava aos sujeitos que transgridem a heterossexualidade compulsória, pois a emergência da burguesia no cenário reconfigura uma série de valores que já eram funcionais para o seu desenvolvimento. Isso demonstra que o capitalismo encontrou na homossexualidade uma condição favorável para a credibilidade da família nuclear burguesa, para a permanência da propriedade privada e para o abastecimento de força de trabalho nas indústrias. Aqui se pode fazer uma comparação com a afirmação constatada no que se refere a opressão da mulher, elaborada por Rubin (1993, p. 04) que “o capitalismo apenas se apropriou e reciclou noções de masculino e feminino que o antecedem por séculos”. Essa comparação é válida porque a própria autora feminista constata que homossexuais e mulheres estão subjugados ao mesmo sistema de opressão quando afirma que “a supressão do componente homossexual da sexualidade humana e, como corolário, a opressão dos homossexuais é, portanto, um produto do mesmo sistema cujas regras e relações oprimem as mulheres” (Idem, p. 12).

Não é à toa que o controle do sexo é polido por princípios patriarcais e heterossexistas que fazem dos sujeitos não só homens e mulheres, mas também heterossexuais, em outras palavras, a raiz está na construção rígida do sexo.

Nessa sociedade pautada na exploração do trabalho, a estratégia de aumentar os índices de lucratividade por meio da extração da mais-valia também pode ser respaldada por um conjunto de aparatos ideológicos que tanto reforça a exploração como aliena a classe trabalhadora ao ponto de torná-la estranha a si mesma. Isso é o que se pode chamar de opressão e repousa sua legitimidade de forma funcional e auxiliar nas relações sociais, pois “é funcional na medida em que expande e reforça a exploração e é auxiliar na medida em que divide a classe trabalhadora, ao naturalizar a opressão da classe trabalhadora contra a própria classe trabalhadora” (MARIANO; AYRES, 2013, p. 03).

Assim, a opressão à diversidade sexual é produto do processo de alienação da classe trabalhadora que impede seu alcance ao nível de consciência de “classe para si”²⁴ ao se conflitar entre os seus membros e não enxergar o inimigo em comum. Afinal, a alienação se espraia para toda a vida social, uma vez que “o produto do ser social não é apenas a mercadoria, mas também a cultura, a forma de vida, a linguagem, o conhecimento científico, a sociedade, enfim, a história” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 102).

Esse conflito dentro da classe trabalhadora se realiza porque a vida cotidiana dos sujeitos no capitalismo é terreno de insumos como “[...] *alienação* dos membros, na *naturalização* dos fenômenos (incorporando os valores hegemônicos) e *reificação* dos sujeitos, e na *desarticulação* do conhecimento e/ou ação na realidade” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 101, grifos dos autores). Isso impede que os sujeitos atinjam seu reconhecimento através da *consciência humano-genérica* e se limitem a considerá-los como *ser singular* (LUKÁCS apud NETTO, 2000, p. 68).

As pessoas hoje vivem muito [...] no superficial. Elas não pisam no chão, elas não vivem a realidade. [...] **A sociedade de hoje é assim: é um atropelando o outro, é um querendo ser melhor que o outro, é um querendo provar para o outro que ele é melhor do que o outro, é um querendo ter mais do que o outro, é um querendo passar com um carro mais bonito do que o outro. É um mundo de competição e esse mundo de competição é um mundo de destruição, de derrotas, de consequências, de tragédias porque vira uma rivalidade, uma disputa de poder: “Eu sou melhor do que você” [...]** (Lilás).

²⁴ A diferenciação entre *classe em si* e *classe para si* se encontra ao passo em que esta “[...] consciente de seus interesses e inimigos, se organiza para a luta na defesa destes” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 97), enquanto aquela se resume “[...] à mera existência de uma classe” (Idem, p. 97). Vale mencionar que a relação da classe em si e classe para si não é de ruptura e dicotomia, mas sim de duas dimensões onde “condição social (classe em si) e organização para a luta (classe para si) representam uma relação dialética do desenvolvimento das classes [...]” (Idem, p. 98).

A intensidade da alienação acirra a competição entre os sujeitos, assim, as pessoas se distanciam cada vez a dimensão humano-genérica e da possibilidade de uma realidade cotidiana adubada por sentimentos políticos em vista à emancipação.

Daí afirmar que o aprofundamento da alienação entre os sujeitos é inextrincável ao capitalismo já que é mais uma das estratégias de legitimação da classe burguesa de disseminar um conteúdo acrítico, ahistórico, alheio e conservador que distancia cada vez mais os sujeitos uns dos outros através da omissão das classes sociais. Com isso, “[...] produz um conhecimento acrítico, segmentado, incapaz de explicar os fundamentos da sociedade capitalista, da pobreza, da desigualdade social, tornando essa visão de mundo uma ideologia hegemônica” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 108).

Por isso, torna-se emergencial uma “(des)homogeneização” da classe trabalhadora também no sentido da sua sexualidade para atingir uma consciência de classe e endossar as significativas lutas rumo a construção de uma sociedade que contemple a emancipação humana dos sujeitos, uma vez que “a consciência de classe é inseparável das lutas de classes” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 111).

Enquanto isso as diferenças dos sujeitos permanecem hierarquizadas nas relações sociais, mas para analisar como essas diferenças engendram em processos de opressão é necessário abordar como elas são consubstanciadas e coextensivas umas às outras, o que será tratado no subitem a seguir.

2.2 A consubstancialidade das relações sociais de sexo, classe e “raça”

A opressão juntamente à exploração e a dominação formam a tríade canônica em que se opera e manifesta as relações sociais (KERGOAT, 2010, p. 95). Dessa forma, as relações sociais são permeadas pela *consubstancialidade*²⁵ do poder em um emaranhado de relações que legitimam e se inter cruzam umbilicalmente na dominação de um grupo sobre outro interagindo de forma mútua na composição da totalidade do campo social (PFEFFERKORN apud KERGOAT, 2010, p. 100).

Assim, a proposta de enxergar o conflito de grupos dentro das relações sociais que conformam um sistema não abandona a possibilidade de contradições existentes entre eles (KERGOAT, 2010). Os grupos (dominados e dominantes) não podem ser considerados como

²⁵ Kergoat (2010) explica que o termo *consubstancialidade* advém da teologia, mas é empregado como “unidade de substância” para entender o cunho analítico das diferentes relações sociais, porém “não pode ser aplicada inadvertidamente à análise das práticas sociais concretas” (p. 94). Assim, o conceito de consubstancialidade pode ser definido como “[...] *uma forma de leitura da realidade social*. É o entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca” (Idem, p. 100, grifos da autora).

determinados, pois emergem através dos desafios postos pela dinâmica das relações sociais, ao passo em que estas na sua multiplicidade determinam a totalidade do campo que estruturam, já que “juntas [as relações sociais] tecem a trama da sociedade e impulsionam sua dinâmica: elas são consubstanciais” (KERGOAT, 2003, p. 49, grifos meus).

Segundo Kergoat (2003, p. 49) os grupos sociais em questão têm papel importante, pois são eles os responsáveis pela “tensão” existente dentro das relações sociais que se lapidam nos desafios em produzir, reproduzir ou subverter os “modos de pensar e agir de uma sociedade” através do confronto entre os sujeitos. Dentre estes grupos sociais podem ser mencionados para o nosso debate aqueles que se impõem na resistência contra os mecanismos de dominação da sexualidade como parâmetro para as relações de poder em que estão:

[...] o feminismo e os movimentos de reforma sexual de vários tipos, os quais têm resistido às diversas prescrições e definições. Os códigos e identidades sexuais que tomamos como dados, inevitáveis e “naturais” têm sido frequentemente forjados nesse complexo processo de definição e autodefinição, tornando a moderna sexualidade central para o modo como o poder atua na sociedade moderna (WEEKS, 2000, p. 29).

Com isso, surge mais esquematicamente para o debate da consubstancialidade das relações sociais de poder a imprescindível articulação dos elementos que constituem o nó²⁶ como afirma Falquet (2008, p. 122) “[...] acho indispensável integrar plenamente em nossas análises os efeitos conjugados de várias relações sociais de poder: de sexo (inclusive a sexualidade), de classe e de ‘raça’”.

Dessa forma, cumpre-se aqui o papel de falar de uma relação de poder estruturada na heterossexualidade como um regime político, instituição ou mesmo heterossexismo conforme Falquet (2008), Rubin (1984), Wittig (2006), Rich (2001) e Welzer-Lang (2001) defendem. Inicialmente, esse processo é capitaneado pelo intuito de demarcar as fronteiras do aceitável, por isso entre os séculos XIX e XX há uma preocupação para a definição dos tipos e as formas de comportamentos sexuais que emergiam na sociedade moderna, assim “[...] é nesse esforço que a homossexualidade e a heterossexualidade se tornaram termos cruciais e opostos” (WEEKS, 2000, p. 44).

Isso porque o antagonismo entre os termos homossexualidade e heterossexualidade é que faz deles um jogo relacional de causa-efeito em que um se define pelo contrário do outro. Não é à toa que a definição da “heterossexualidade” como norma veio como consequência da busca por caracterizar a “homossexualidade” como anormal (WEEKS, 2000, p. 44). Ora,

²⁶ Sobre o nó muitas autoras feministas se detiveram ao aprofundamento do debate, no Brasil sua expoente mais significativa é Saffioti (2004) que afirma a conjugação entre gênero, raça e classe e salienta que “o nó formado por estas três contradições apresenta uma qualidade distinta das determinações que o integram. Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão” (p. 115).

estamos diante de termos que se conflitam entre si, enquanto um está para a norma; outro, para a transgressão. Isso explica que o esforço maior não se encontra em estabelecer o normal, mas o anormal, pois “uma norma talvez não necessite de uma definição explícita; ela se torna o quadro de referência que é tomado como dado para o modo como pensamos; ela é parte do ar que respiramos” (WEEKS, 2000, p. 45) ²⁷.

Não é distante enxergar que as sociedades ocidentais nos séculos XIX e XX foram o período em que enxergamos uma miríade de legislações baseada em um sistema hierárquico de valores sexuais que criminalizaram os sujeitos por terem sexualidades que destoam do regimento heterossexual (ver RUBIN, 1984).

O Estado, com suas legislações, teve um espaço notório na história como uma instância repressiva e disciplinadora da sexualidade ao adotar a coerção da força policial sobre as sexualidades com a instauração, em alguns países, de cruzadas “anti-homossexuais” (RUBIN, 1984). Esse é momento cume da ação do Estado diante dos sujeitos que compõem as diversas sexualidades dissidentes, além disso, mostra mais explicitamente o fortalecimento e legitimação da heterossexualidade como uma instituição, que segundo Falquet (2008, p. 132) “[...] contribui de modo central não somente na organização da aliança, da filiação e da herança, mas de modo mais fortemente ainda na construção e na naturalização dos sexos, mas também das raças e das classes”.

O Estado passa a fundamentar suas ações direcionadas aos sujeitos que compõem a diversidade sexual movido pelo pressuposto de uma hierarquização por meio do sistema de valor sexual embasado na sexologia que “[...] ao catalogar a infinita variedade de práticas sexuais, ela produziu uma hierarquia na qual o anormal e o normal poderiam ser distinguidos” (WEEKS, 2000, p. 45). Assim, canoniza a heterossexualidade dentro do casamento para fins reprodutivos longe do comércio, enquanto tudo que transgride esse modelo está marginalizado da sociedade, esse sistema de valor sexual está bem expresso em Rubin (1984, p. 15) ao afirmar que:

[...] a sexualidade que é “boa”, “normal”, e “natural” deve idealmente ser heterossexual, marital, monogâmica, reprodutiva e não-comercial. Deveria ser em casal, relacional, na mesma geração, e acontecer em casa. Não deveria envolver pornografia, objetos fetichistas, brinquedos sexuais de qualquer tipo, ou outros papéis que não o masculino e feminino. Qualquer sexo que viole as regras é “mal”, “anormal” ou “não-natural”. O sexo mal pode ser o homossexual, fora do casamento, promíscuo, não-procriativo, ou comercial. Pode ser masturbatório ou se localizar em orgias, pode ser casual, pode cruzar linhas geracionais, e pode se localizar em lugares “públicos”, ou ao menos em moitas ou saunas. Pode envolver o uso de pornografia, objetos fetichistas, brinquedos sexuais ou papéis pouco usuais.

²⁷ Um exemplo desse raciocínio foi a apreensão que Simone de Beauvoir (1970) fez ao referenciar o sexo feminino por “segundo sexo”, uma vez que o “primeiro” (o masculino) não confere o título de diferença.

Daí reforçar que se, por um lado, os sujeitos que se enquadram no topo hierárquico do valor sexual são bem reconhecidos socialmente, servem de exemplo e são acolhidos com os suportes estatais, por outro, os sujeitos que estão na base da pirâmide não contam com os mesmos privilégios, aqui a falácia de que o Estado é para todos/as cai por terra ao revelar também a exigência de um padrão sexual para os sujeitos.

Indivíduos cujo comportamento está no topo desta hierarquia são recompensados com saúde mental certificada, respeitabilidade, legalidade, mobilidade social e física, suporte institucional e benefícios materiais. Na medida em que os comportamentos sexuais ou ocupações se movem para baixo da escala, os indivíduos que as praticam são sujeitos à presunções de doença mental, má reputação, criminalidade, mobilidade social e física restrita, perda de suporte institucional e sanções econômicas (RUBIN, 1987, p. 14).

Por isso, a importância de mencionar as várias formas de repressão do Estado como o não reconhecimento das demandas dos sujeitos da diversidade sexual que emergem no cenário político, o que demonstra cada vez mais o caráter heterossexual do Estado. Não é à toa que, no Brasil, o Estado impede de forma apática e morosa medidas que criminalizem a opressão dos sujeitos que transgridem a heterossexualidade, caso muito conhecido no país com o Projeto de Lei Complementar – PLC 122/2006.

No Brasil, a importância de uma lei que penalize casos de violência e discriminação por conta da orientação sexual ou identidade de gênero se torna relevante não só porque existem pressões populares que tencionam para alcançar esse reconhecimento estatal, e sim porque resgata o pagamento de uma dívida histórica que o país tem com os pederastas e sodomitas que foram mortos nos séculos XVI e XVII.

[...] como demonstram as confissões e as denúncias que foram feitas perante o Santo Ofício, durante a Inquisição no Nordeste do Brasil, entre os anos de 1591 e 1620. Naquela época, as relações homossexuais constituíam o ‘nefândo pecado de sodomia’ e os ‘sodomitas’ poderiam ser condenados à morte na fogueira (FRY; MACRAE, 1985, p. 50)

Esse tipo de repressão à diversidade sexual não está só no passado, pois ainda se convive hoje com países que adotam a explícita repressão aos homossexuais, um exemplo disso é a constatação do Relatório *Homofobia do Estado* de maio de 2010 da ILGA (Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexos) ao alegar que a homossexualidade é considerada crime em 76 países e em 05 países tem como punição a pena de morte. Dessa forma, o Estado não deixa de ser um suporte fulcral para regular as mentes e regimentar os corpos para a heterossexualidade.

Muitos desses países são influenciados por concepções religiosas, pois pena de morte para homossexuais que eram considerados “hereges” remonta a práticas da Idade Média onde

“entre 1250 e 1300, a maior parte da Europa promulgou leis contra a atividade homossexual que previam pena de morte” (SPENCER apud FERREIRA, 2003, p. 33).

Afinal, ações como essa são movidas pela afirmação de São Paulo que a sodomia é o pecado mais nefando que ninguém ouse dizer o nome, pois até o ar se polui quando se emite a palavra. Até mesmo a sodomia era o motivo dos castigos terrenos, manifestados por fatores climáticos, sempre ao associar as cidades de Sodoma e Gomorra, pois “diversas tragédias da história humana foram atribuídas aos amantes do mesmo sexo: o dilúvio universal, a destruição de Sodoma, Gomorra e das cinco cidades circundantes” (MOTT, 2001, p. 49).

Pela própria origem da colonização brasileira ser de influência da Igreja católica e pelo expressivo papel que os padres tiveram no processo de catequização das tribos, a era colonial brasileira é marcada pelo pensamento judaico-cristão sem restrições onde “a prática da homossexualidade era ‘hediondo pecado, péssimo, horrendo, provocador da ira de Deus e execrável até pelo próprio Diabo’ (Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia, 1707) e que podia ser punida com morte na fogueira” (FRY; MACRAE, 1985, p. 60 -61).

Se antes, a fogueira era a punição mais severa para os sodomitas, hoje nas diversas manifestações religiosas ainda permanece como uma forte medida de intervenção para aqueles/as que desobedecem a heterossexualidade, porém outras medidas de “correção” ou “ajuste” são operadas sem perder o foco característico de ser violência.

Me comportar como homem, falar como homem do contrário eu não ficaria naquele âmbito familiar, entendeu? [...] **da própria pessoa de onde eu morava chamar um pai de santo e dizer assim: “Por favor, tenha uma conversa com esse menino e veja se ele realmente é viado!” e o Pai de Santo sentar comigo, [...] Fazer orações, me dar livros pra me poder ler, pra me corrigir aquele comportamento. Então eu era violentado [...] verbalmente, psicologicamente em todos os momentos** (Lilás).

Paralelamente à religião, a ciência também vai se apropriando da defesa da heterossexualidade e em nenhum momento elas aparecem como dissociadas, mas que encontraram bases diferenciadas para legitimar a opressão à diversidade sexual, pois “a condenação psiquiátrica de comportamentos sexuais invoca conceitos de inferioridade mental e emocional ao invés de categorias de pecado sexual” (RUBIN, 1984, p. 15). No Brasil, esse processo derivou de processos globais que aconteciam na Europa onde, no século XIX, iniciaram as primeiras intervenções médicas nas relações sexuais dentre elas a homossexualidade e a prostituição, assim, aparecia que a ideia de “saúde” da nação estava relacionada a “saúde” da família e, conseqüentemente, do controle da sexualidade (FRY; MACRAE, 1985, p. 61).

Vale ressaltar que essa concepção médica esteve ligada a muitas legislações que foram subsidiadas por concepções científicas que inseriam a homossexualidade como doença, ou

seja, o mesmo pensamento naturalista de uma suposta “natureza” da mulher e do negro, também se revestiu para a sexualidade afirmando que a natureza humana é subsidiada por pressupostos heterossexuais. Assim, esse *pensamento heterossexual* (WITTIG, 2006) se alastra para todas as sociedades no tempo e no espaço. Como afirma Wittig (2006, p. 51):

As categorias das que se tratam funcionam como conceitos primitivos em um conglomerado de toda sorte de disciplinas, teorias, ideias preconcebidas, que eu chamaria «o pensamento heterossexual» [...]. Se trata de «mulher», «homem», «sexo», «diferença» e toda a série de conceitos que estão afetados por esta marca, incluídos alguns tais como «história», «cultura» e «real». E por muito que se haja admitido nestes últimos anos que não há natureza, que tudo é cultura, segue existindo no seio desta cultura um núcleo de natureza que resiste ao exame, uma relação excluída do social nas análises e que reveste um caráter inelutável na cultura como na natureza: é a relação heterossexual. Eu a chamaria da relação obrigatória social entre o «homem» e a «mulher». [...] Havendo plantado como um saber, como um princípio evidente, como uma data anterior a toda ciência, a inelutabilidade desta relação, o pensamento heterossexual se entrega a uma interpretação totalizadora à vez da história, da realidade social, da cultura, da linguagem e de todos os fenômenos subjetivos. Não posso senão sublinhar aqui o caráter opressivo que reveste o pensamento heterossexual em sua tendência a universalizar imediatamente sua produção de conceitos, a formular leis gerais que valem para todas as sociedades, todas as épocas, todos os indivíduos²⁸ (tradução minha).

É embebida nesse pensamento que a ciência vai desenvolver uma série de estudos não só para definir a homossexualidade, mas também para encontrar bases sólidas de legitimar a opressão aos que transgridem a heterossexualidade. Esse pressuposto do estigma das sexualidades dissidentes passa agora a ser revestido de uma cientificidade médica que repercute até hoje onde “[...] muito do seu conteúdo contemporâneo deriva do opróbrio médico e psiquiátrico” (RUBIN, 1984, p. 14).

Dessa forma, os rebatimentos do pensamento científico se espriam no senso comum de forma exponencial, pois não é difícil nos depararmos com visões de que a homossexualidade é considerada uma fase da vida humana ou simplesmente uma “descoberta” sempre remetida à imaturidade. Isso encontra raízes no pensamento científico que em termos psicológicos “eles equalizam o masoquismo sexual com padrões de personalidade auto-destrutiva, sadismo sexual com agressão emotiva, e homoerotismo com imaturidade” (RUBIN, 1984, p. 15). Sem ilusão, ainda hoje se enxerga a vigência do

²⁸“Las categorías de las que se trata funcionan como conceptos primitivos en un conglomerado de toda suerte de disciplinas, teorías, ideas preconcebidas, que yo llamaría «el pensamiento heterossexual» [...]. Se trata de «mujer», «hombre», «sexo», «diferencia» y de toda la serie de conceptos que están afectados por este marcaje, incluídos algunos tales como «historia», «cultura» y «real». Y por mucho que se haya admitido en estos últimos años que no hay naturaleza, que todo es cultura, sigue habiendo en el seno de esta cultura un núcleo de naturaleza que resiste al examen, una relación excluída de lo social en el análisis y que reviste un carácter de ineluctabilidad en la cultura como en la naturaleza: es la relación heterossexual. Yo la llamaría la relación obligatoria social entre el «hombre» y la «mujer». [...] Habiendo planteado como un saber, como un principio evidente, como un dato anterior a toda ciencia, la ineluctabilidad de esta relación, el pensamiento heterossexual se entrega a una interpretación totalizadora a la vez de la historia, de la realidad social, de la cultura, del lenguaje y de todos los fenómenos subjetivos. No puedo sino subrayar aquí el carácter opresivo quereviste el pensamiento heterossexual en su tendencia a unversalizar inmediatamente su producción de conceptos, a formular leyes generales que valen para todas las sociedades, todas las épocas, todos los individuos”.

pensamento científico, uma vez que “chamar o homossexual de imaturo é apenas outra maneira de depreciá-lo sem chamá-lo de doente” (MACRAE; FRY, 1985, p. 74).

Em uma mistura de elementos que os médicos buscavam explicar a homossexualidade em termos biológicos estavam a miscelânea entre “[...] três direções: hereditariedade, defeitos congênitos e desequilíbrios hormonais” (FRY; MACRAE, 1985, p. 69 - 70), mas também até mesmo explicações em volta do meio não escaparam dos olhares clínicos, o que chamaram de “[...]meio ambiente social” (Idem, p. 65).

No que se refere aos procedimentos de “cura” para a homossexualidade, pode-se dizer que eram infinitos e não impunham limites para a imaginação médica, que fatores biológicos ou ambientais sempre estavam ali com um propósito em comum: a “cura” para a homossexualidade. Há registros de procedimentos médicos ou “ação médico-correccional” (Idem, p. 69) dos mais variados que transitam da forma pedagógica/ “médico pedagógico” (Idem, p. 66), com o controle emocional, às físicas em que a tortura é uma das características.

Nos casos dos indivíduos cuja homossexualidade é resultante do meio ambiente, propõe-se ‘medidas pedagógicas. [...] Em muitos casos, sobretudo quando está em jogo o filho único, em que é predominante a influência materna, a solução será o afastamento do ambiente familiar, afim de que a creança (sic) possa privar com pessoas da sua idade e de sexo contrário. [...] É preciso suprimir os carinhos e facilidades do ambiente familiar. [...] Em tais casos é inútil a internação em colégios onde haja dormitórios coletivos, sem fiscalização rigorosa, na convivência exclusiva com creanças (sic) do mesmo sexo’ (Idem, p. 66).

Também não se pode deixar de relatar nos casos em que envolvia a necessidade de procedimentos físicos nas operações, momentos esses marcados pela tortura.

[...] as técnicas usadas muitas vezes são cruéis e humilhantes, chegando a se assemelhar bastante à tortura. Tal é o caso da chamada ‘terapia de aversão’, onde se procura condicionar um reflexo de repulsa a estímulos que causam prazer, mas são considerados mal-adaptativos como, neste caso, o comportamento homossexual. Geralmente, o método consiste na aplicação de um medicamento que cause enjoo logo após a apresentação de fotografias ou a recriação de situações que se deseja que o paciente deixe de gostar. Condiciona-se, desta forma, um homossexual masculino a sentir enjoo toda vez que vir um homem do tipo que antes considerava atraente. Nesta técnica, às vezes substitui-se o medicamento que causa enjoo pela aplicação de choques elétricos (Idem, p.75 – 76).

No Brasil, há registros de que muitas dessas execuções tinham como foco vítimas homossexuais marcadas por um recorte de classe, aqui não tem como distanciar ou segmentar uma opressão da outra, pois elas atuam consubstancialmente e coextensivamente. Afinal, para esse segmento da classe trabalhadora era comum um reforço dobrado com uma ação conjunta de um suporte médico aliado à força policial, ou seja, a opressão nunca esteve tão intensificada com a aliança de um poder disciplinar com um repressivo.

[...] na década de 1930 havia uma clara convivência entre a polícia e os médicos, pois os delinquentes “homossexuais” de uma certa classe social eram encaminhados para o Laboratório de Antropologia Criminal do Instituto de Identificações de São Paulo, onde os médicos levaram adiante suas pesquisas sobre as causas biológicas e sociais da homossexualidade, com ênfase sobre biótipos e ambientes sociais dos indivíduos em questão (Idem, p. 67).

Se hoje, no Brasil, a homossexualidade saiu do rol de doenças do INAMPS (Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social) desde 1985, foi porque essa conquista se alcançou através da luta do movimento homossexual. Aliás, o mesmo também aconteceu em 1973 com a Associação Americana de Psiquiatria (FRY; MACRAE, 1985). Por isso, ainda se rememora que a transexualidade permanece como um “transtorno mental” e se comprova que a conquista para a sua retirada só se atinge com a luta dos sujeitos coletivos no cenário político.

Com isso, os rebatimentos da ciência médica na defesa da heterossexualidade são históricos e se alastram aos dias de hoje, pois o pensamento heterossexual não se sustenta somente em conceitos metafísicos e divinos, mas se fortalece em bases de reconhecimento significativo na sociedade. Nisso, Wittig (2006, p. 50) acrescenta que a cientificidade é basilar para a hegemonia do pensamento heterossexual, já que “este poder que tem a ciência ou a teoria de atuar material e realmente sobre nossos corpos e mentes não tem nada de abstrato, ainda que o discurso o seja. É uma das formas de dominação, sua verdadeira expressão. Eu diria melhor um de seus exercícios”²⁹ (tradução minha).

Nesse sentido, o pensamento científico conflui para uma objetividade de legitimar a opressão aos homossexuais, o que impede qualquer margem para discussão ou contestação, já que não vai surtir efeitos proporcionais a cientificidade, que se apresentará para o oprimido como algo dado onde “[...] não tens direito a palavra porque seu discurso não é científico, nem teórico, equivoca-te em nível de análise, confundes discurso e realidade, apoia-se um discurso ingênuo, desconheces esta ou aquela teoria”³⁰ (WITTIG, 2006, p. 50, tradução minha). Melhor pode ser explicada por Fry e MacRae (1985, p. 78) essa objetividade do pensamento científico para o oprimido homossexual:

É uma coisa afirmar que promiscuidade é ruim; é outra insistir que é doença. É uma coisa propor que o homossexual assuma sua homossexualidade “numa boa”; é outra coisa dizer que ele é saudável. A primeira afirmação é sujeita a discordância e disputa, enquanto a segunda tende a ser mais facilmente aceita por carregar o carimbo da autenticidade da “ciência médica”.

²⁹ “Este poder que tiene la ciencia o la teoría de actuar material y realmente sobre nuestros cuerpos y mentes no tiene nada de abstracto, aunque el discurso que produzcan sí lo sea. Es una de las formas de la dominación, su verdadera expresión. Yo diría más bien uno de sus ejercicios”.

³⁰ “[...] no tienes derecho a la palabra porque tu discurso no es científico, ni teórico, te equivocas de nivel de análisis, confundes discurso y realidad, sostienes un discurso ingenuo, desconoces esta o aquella ciencia”.

Em suma: a cientificidade que endossa o pensamento heterossexual nos impede de vislumbrar novas possibilidades para se pensar os sujeitos e esfumaça nossa visão ao horizonte que pretendemos alcançar, assim, caso queiramos alcançar o nível de emancipação humana será preciso que estejamos dispostos a abolir os princípios díades que permeiam a sexualidade e começarmos a pensá-la de forma mais ampla.

Ao falar da homossexualidade e da heterossexualidade, dos homossexuais e dos heterossexuais, a ciência médica faz com que se acredite que o mundo a de fato dividido entre uma categoria e outra. Esta maneira de ver as coisas combate outras maneiras de compreender a sexualidade humana [...]. Combate também uma outra possível maneira de compreender a sexualidade humana como simplesmente *sexualidade* (MACRAE; FRY, 1985, p.78, grifos dos autores).

Se Marx (2012, p. 45) fez a seguinte reflexão: “um negro é um negro. Só em determinadas condições é que se torna escravo” e que, nos mesmos passos, Rubin (1993, p. 02) seguiu ao tratar da mulher: “uma mulher é uma mulher. Ela só se torna uma doméstica, uma esposa, uma mercadoria, uma prostituta ou ditafone humano em certas relações”. Aqui surge como necessário seguir o mesmo trajeto elaborado pelos autores:

Ora, o que é ser Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti, Transexual ou tantas outras formas transgressoras de expressão da sexualidade? É sexualidade. Uma explicação é tão boa quanto a outra: sexualidade é sexualidade. Essas expressões só se tornam segmentadas e hierarquizadas apenas em dadas relações sociais e condições históricas que a fazem consideradas como crime, pecado e doença, conseqüentemente, pelo Estado, Igreja e Ciência. Fora desse contexto, são apenas infinitas formas de manifestar a realização da sexualidade humana.

É apenas em uma sociedade estruturada nos pilares sólidos do heterossexismo que existe transgressão porque necessariamente existe uma norma e é reproduzida na regulação das mentes e regulamentação dos corpos para a heterossexualidade.

Não é estranho também se identificar a “raça” e o extrato de classe social dos oprimidos da diversidade sexual quando segundo o *Relatório de Assassinato de Homossexuais (LGBT) no Brasil do ano 2013/2014* do Grupo Gay da Bahia – GGB constata que 53% das vítimas são pardos ou pretos e oriundos de profissões como profissionais do sexo, cabeleireiros, professores e estudantes.

Isso confirma a síntese de Toitio (2013, p. 03 - 04) que acrescenta a sexualidade como um dos elementos constitutivos do *nó* que fundamenta as relações de poder no marco do capitalismo, o que estava relegado no debate feminista brasileiro que se limitava na tríade gênero, raça/etnia e classe.

A ideia do nó nos lembra que, ao menos nas sociedades capitalistas, todo indivíduo pertence a uma classe, deve possuir um gênero (homem ou mulher) e é racializado. Contudo, esse indivíduo deve também ter uma expressão sexual e uma identidade de gênero, de forma que, sobretudo para aqueles que transgridam as formas e modelos sexuais dominantes, sexualidade também é uma relação de poder que se expressa nas formas de opressão e nos mecanismos de controle sobre o “sexo”.

Vale ressaltar que a categoria sexo está aqui longe de ser considerada como um atributo restrito no plano natural ou que repousa em um dado biológico sobre o corpo, pois o sexo é um elemento imbuído de historicidade dentro das relações sociais. Cisne (2012) expõe as contribuições de autoras que cindem com a naturalização do sexo e acrescenta a explicação do termo “relações sociais de sexo” pelas feministas, uma vez que serve “[...] para definir papéis e relações entre homens e mulheres na sociedade, por entenderem o sexo também como socialmente determinado e este ser interpretado e traduzido na experiência e vivência da sociabilidade. Portanto, o sexo não se inscreve apenas no campo biológico” (FERREIRA apud CISNE, 2012, p. 82).

Aqui as relações sociais de sexo significam o sentido estrutural, o que na linguagem francesa se expressa em *rapport*, assim, longe de se restringir a dinâmica microsocial das relações ou *relations*, uma vez que seu enfrentamento exige um caráter coletivo e político de embate entre os grupos sexuais ou sexualizados. Dessa forma, “uma *rapport* social é uma relação antagônica, construída em torno de uma problemática. É uma relação de produção material e ideal” (KERGOAT apud CISNE, 2012, p. 111, grifo da autora).

Com a adoção do termo relações sociais de sexo, Cisne (2012) expõe que há uma aproximação com o marxismo, pois *rapport sociaux* ajuda a “elucidar a **estrutura** de classe para compreender a **dinâmica** histórica” (BIDET-MORE; BIDET apud CISNE, 2012, p. 112, grifos dos autores). Porém, a mesma autora afirma que isso não se quer dizer que as relações sociais de sexo devem ser resumidas às relações das classes sociais.

Além disso, Cisne (2012) também aponta outro elemento importante que dá alicerce para a aproximação com o marxismo, o fato de que os primeiros passos do debate das relações sociais de sexo [*rapport sociaux de sexe*] estiveram ligados aos estudos de uma categoria basilar para o feminismo, a divisão sexual do trabalho. Logo, não se perdeu de vista a importante articulação do trabalho nas análises feministas.

No que se refere ao *gênero*, dentre os diversos argumentos em que expressam o limite dessa categoria está a importante relação que se tomou com a categoria sexo, pois esta foi consequentemente “biologizada” em detrimento do gênero, o que acarretou o prejuízo compreensivo dos elementos sociais e históricos envolta do sexo. Cisne (2012, p. 114) assegura que:

[...] se por um lado o conceito de gênero contribuiu para a ruptura com o naturalismo ao enfatizar a construção social das mulheres e dos homens, por outro, contribuiu para a biologização do conceito de sexo, o que leva ao risco de deixar de fora a análise social e histórica dos corpos sexuados. Ou seja, essa dicotomização sexo/gênero pode levar à naturalização do sexo, não o concebendo, também, como construção social e histórica.

Diante disso, a categoria sexo contém a carga de exploração/dominação³¹ dos homens sobre as mulheres em uma linha de encarceramento e subordinação na medida em que se constitui “[...] como uma norma cultural que governa a materialização dos corpos” (BUTLER apud CISNE, 2012, p. 81)³². Isso faz com que a categoria sexo assuma a dimensão de um produto imanente da sociabilidade. Em outras palavras, o sexo surge como justificativa respaldada na natureza dos corpos para uma opressão na diferença sexual. Nas palavras de Wittig (2006, p. 22) “a ideologia da diferença sexual opera em nossa cultura como uma censura, na medida em que oculta a oposição que existe no plano social entre os homens e as mulheres pondo a natureza como sua causa”³³ (tradução minha).

Pode-se mensurar os efeitos da opressão à diversidade sexual no que se refere o sexo por meio da opressão que as pessoas trans enfrentam por questionarem e não se enquadrarem nas exigências que são postas socialmente sobre o sexo, uma vez que ainda estão inseridas em uma sociabilidade que utilizam medidas que encarceram estes sujeitos ao biológico na busca por uma definição. Em linhas gerais, a sociabilidade heterossexista repousa sobre definições biológicas, aqui os sujeitos são definidos pela morfologia do corpo e não pela sua história que este carrega.

Quando eu coloco elas, os homens trans (eu até vi uma muito masculino, um homem: cabelo curto, comportamento de homem, você só consegue ver ela como mulher porque tem seios). [...] “Olha eu coloco ela no grupo de trabalho com os homens e os homens adoram, não tem nenhum tipo de rejeição”, porque ela é mulher, ela é um homem trans, mas **ela tem uma vagina, ela é uma mulher. Então ele vai fazer uma “selfie” com ela, ele vai pra balada com ela, porque ele vai está com uma mulher porque ela é do sexo feminino.** Agora pergunta se ele quer fazer um trabalho com uma travesti, se vai fazer uma selfie e postar no facebook por mais que ela seja uma mulher (Lilás).

Daí mencionar que a categoria sexo se materializa no cotidiano dos sujeitos e utiliza mecanismos de controle para manter as relações de poder entre os sexos, o que faz dela um importante elemento para se debater o modelo hierárquico das relações entre homem e mulher e na busca para a sua supressão. Assim, da mesma forma que a categoria sexo nasce de uma sociabilidade respaldada na diferença morfológica do corpo seus mecanismos de manutenção

³¹ Ver Saffioti (2004).

³² Cisne (2012, p. 83) em seguida adverte que a corrente do pensamento de Butler é um risco, pois “as abordagens desconstrutivistas enfatizam exageradamente as diferenças, não propõem uma alternativa ao movimento feminista e distanciam-se da prática política”.

³³ “la ideología de la diferencia sexual opera en nuestra cultura como una censura, en la medida en que oculta la oposición que existe en el plano social entre los hombres y las mujeres poniendo la naturaleza como su causa”.

também são de natureza social. Essa linha de raciocínio está bem respaldada na passagem da autora Wittig (2006).

[...] que a categoria sexo é uma categoria totalitária que para provar sua existência tem seus inquisidores, sua justiça, seus tribunais, seu conjunto de leis, seus terrores, suas torturas, suas mutilações, suas execuções, sua polícia. Forma o espírito e o corpo, porque controla toda a produção mental. Possui nossos espíritos de tal maneira que não podemos pensar fora dela. Por esta razão devemos destruí-la e começar a pensar realmente, do mesmo modo que devemos destruir os sexos como realidades sociológicas se queremos começar a existir. A categoria sexo é uma categoria que determina a escravidão das mulheres, e atua de forma muito precisa por meio de uma operação de redução, como no caso dos escravos negros, tomando a parte pelo todo, uma parte (a cor, o sexo) pela qual tem que passar todo um grupo humano como através de um filtro. (p.28, tradução minha)³⁴.

No que se trata do controle sobre o sexo, gênero e sexualidade fazem uma comunhão, uma vez que “a ‘imbricação’ entre gênero e sexualidade tem como mediação o sexo: que pode ser pensado no sentido de sexo masculino e sexo feminino, em suas dimensões culturais e biológicas, ou como prática ou desejo sexual” (TOITIO, 2013, p. 04). Vale salientar que em nenhum momento se pode perder de vista que sexualidade e gênero são categorias independentes. Isso porque, por muito tempo, a sexualidade foi considerada pela grande parte dos estudos feministas uma derivação da disparidade entre os gêneros como Vance (1995, p. 11 - 12) menciona ao diferenciar os estudos de Gayle Rubin dos anteriores “a maioria das análises feministas anteriores [trata-se das elaborações teóricas antecessoras a Rubin] considerava a sexualidade uma categoria totalmente secundária cuja organização era determinada pela estrutura da desigualdade de gênero” (grifo nosso).

Nesse sentido, o salto significativo na distinção entre sexualidade e gênero permite explicitar onde e em que essas duas categorias se entrelaçam mutuamente, mesmo que vivenciadas pelos sujeitos de forma inextricável e como se relacionam na dinâmica das macrodeterminações. Assim, Vance (1995, p. 12) explicita melhor a formulação:

[...] a sexualidade e o gênero são sistemas distintos entrelaçados em muitos pontos. Embora os membros de uma cultura vivenciem esse entrelaçamento como natural, sem costuras e orgânico, os pontos de conexão variam historicamente e nas diversas culturas. Para os pesquisadores da sexualidade, a tarefa não consiste apenas em estudar as mudanças na expressão do comportamento e atitudes sexuais, mas em examinar a relação dessas mudanças com alterações de base mais profundas no modo como gênero e a sexualidade se organizam e inter-relacionam no âmbito de relações sociais mais amplas.

³⁴ “la categoría de sexo es una categoría totalitaria que para probar su existencia tiene sus inquisidores, su justicia, sus tribunales, su conjunto de leyes, sus terrores, sus torturas, sus mutilaciones, sus ejecuciones, su policía. Forma el espíritu y el cuerpo, porque controla toda la producción mental. Posee nuestros espíritus de tal manera que no podemos pensar fuera de ella. Por esta razón debemos destruirla y empezar a pensar realmente, del mismo modo que debemos destruir los sexos como realidades sociológicas se queremos empezar a existir. La categoría de sexo es una categoría que determina la esclavitud de las mujeres, y actúa de forma muy precisa por medio de una operación de reducción, como en el caso de los esclavos negros, tomando una parte por el todo, una parte (el color, el sexo) por la cual tiene que pasar todo un grupo humano como a través de un filtro”.

Certamente, a sociedade heterossexual instaura a categoria “sexo” para fundar a opressão e o encarceramento das mulheres em um patamar hierárquico inferior dentro das relações sociais, o que, conseqüentemente, torna-se uma engrenagem econômica para a manutenção da hegemonia da heterossexualidade como um modelo político. Nas palavras da feminista francófona:

A categoria sexo é produto da sociedade heterossexual que impõe às mulheres a obrigação absoluta de reproduzir “a espécie”, é dizer, reproduzir a sociedade heterossexual. A obrigação de reproduzir “a espécie” que se impõe às mulheres é o sistema de exploração sobre o que se funda economicamente a heterossexualidade. A reprodução consiste essencialmente neste trabalho, esta produção realizada pelas mulheres, que permite aos homens se apropriar de todo o trabalho das mulheres. Há que incluir aqui o trabalho a apropriação do trabalho que está associado “por natureza” à reprodução: criar filhos, as tarefas domésticas. Esta apropriação do trabalho das mulheres se efetua exatamente da mesma maneira que a apropriação do trabalho da classe trabalhadora pela classe dominante³⁵ (WITTIG, 2006, p. 26, tradução minha).

Nesse propósito de apropriação do trabalho feminino pelos homens através de uma ideologia naturalista é que se funda o conceito de *sexagem* (GUILLAUMIN apud CISNE, 2012, p. 146), uma vez que aparece “como um prolongamento dos conceitos de escravidão e servidão” (FALQUET apud CISNE, 2012, p. 146). Porém, se foi possível alcançar um nível de denúncia da *sexagem* ao enxergar a sua existência e identificar os locais em que se materializa tanto na sua forma individual (através da família) quanto coletiva (nas Igrejas, no Estado e nas empresas) como afirma Guillaumin (apud CISNE, 2012, p. 146) o mesmo avanço não se teve com os sujeitos da diversidade sexual.

Cabe aqui tentar identificar como se desenvolve ou o que particulariza o trabalho daqueles que explicitamente transitam entre as fronteiras do sexo ou que negam as polarizações. Então, onde estão inseridos esses sujeitos na esfera do trabalho? Existem caracteres que os diferenciam dos demais? Existem condicionantes que confluem para os postos de trabalhos em que enxergamos a absorção desse público?

Os questionamentos de Toitio (2013, p. 11) também nos ajudam a caminhar rumo a desvelar ou suscitar novos questionamentos sobre o universo em que os sujeitos da diversidade sexual estão inseridos no trabalho e quais os rebatimentos conjunturais que incidem no trabalho e na vida desses sujeitos.

³⁵ “La categoría de sexo es el producto de la sociedad heterossexual que impone a las mujeres la obligación absoluta de reproducir “la especie”, es decir, reproducir la sociedad heterossexual. La obligación de reproducción de “la especie” que se impone a las mujeres es el sistema de explotación sobre el que se funda económicamente la heterossexualidad. La reproducción consiste esencialmente en este trabajo, esta producción realizada por las mujeres, que permite a los hombres apropiarse de todo el trabajo de las mujeres. Hay que incluir aquí la apropiación del trabajo que está asociado “por naturaleza” a la reproducción: criar a los hijos, las tareas domésticas. Esta apropiación del trabajo de las mujeres se efectúa exactamente de la misma manera que la apropiación del trabajo de la clase obrera por la clase dominante”.

Uma questão particularmente não explorada é sobre as condições de vida das/os trabalhadoras/os LGBT, sendo que muitas/os estão distribuídas/os em postos de trabalho “precário” como salões de beleza, supermercados, telemarketing, prostituição etc. Pode se pensar se houve impacto das políticas neoliberais e da “reestruturação produtiva”, iniciadas no Brasil durante os anos 1990, sobre essas/es trabalhadoras/es e, também, averiguar se a ofensiva sobre as classes trabalhadoras contribuiu para a construção da opressão dessas LGBT, assim como ocorreu com a opressão da mulher.

Afinal, não é muito distante da nossa realidade enxergar os postos de trabalhos que têm a maior absorção do segmento LGBT, isso não significa dizer que a diversidade sexual não esteja em diversos postos de trabalho, mas que dentre estes existem alguns que podem manifestar explicitamente a transgressão ao lado de outros que não são tolerados. Podemos encontrar isso na passagem:

E quando você se veste de mulher aí é que há [...] rejeição, a aversão a nosso respeito é que piora. **Então, a gente sofre muito mais, né? Não existe emprego no comércio para as travestis porque [...] eles entendem que essas pessoas estando com aquelas características dentro daquele emprego pode afastar clientes. [...] ainda hoje ainda temos uma dificuldade de termos mais profissionais travestis e transexuais dentro do ensino, [...] dentro do nível escolar por conta da homofobia de mães não permitir que o filho tenha uma professora travesti (Lilás).**

De fato, existem várias profissões que o segmento LGBT pode ocupar no mercado de trabalho, mas são infinitas as que não se pode trabalhar se estiver explicitamente manifestada uma orientação sexual ou identidade de gênero dissidente. Em outras palavras, existem profissões em que o sexo deve estar explicitamente manifestado como se fosse um atributo essencial para a operação do trabalho, um exemplo disso pode ser contatado entre os dois polos: no feminino, o chamado trabalho *care* (trabalho doméstico ligado ao cuidado de crianças e idosos) em que tem uma marca de sexo e “raça” nítida, ao revés, no masculino, pode-se referir as forças militares ou profissões com um prestígio social elevado em que se enxerga a vinculação a atributos do sexo masculino. Essas exigências são visíveis ao ponto de qualquer pessoa enxergar como “naturalidade” a seguinte afirmação constata isso: **“Obviamente você ser um juiz, você ser [...] um capitão, né? Acho que até o próprio médico [...] que acha que tem que ser homem, tem que ser macho para fazer aquilo ali, né?”** (Amarelo).

A partir daí é que surge a necessidade de se pensar como e onde estão alocados no mercado de trabalho aqueles sujeitos que não cumprem com todas as imposições dos dois universos do sexo e como são direcionados para determinadas atividades que são facilmente enxergadas no cotidiano como profissionais do sexo, maquiadores, cabeleireiros, estilistas, decoradores, dançarinos de forró e, no caso da lésbica, a figura da caminhoneira, entre outras.

Isso nos ajuda a pensar que a divisão sexual do trabalho pode estar dividida em duas pelo simples fato de ser fruto de uma sociedade heterossexista e patriarcal que promulga a dependência entre os sexos e, conseqüentemente, os faz heterossexuais. Mas que de nenhuma maneira se pode pensar da mesma forma no que tange a sexualidade, já que esta sempre existiu na história humana de forma heterogênea longe dos princípios díades.

Por isso, a relação entre heterossexualidade e divisão sexual do trabalho segue de forma inextrincável, consistente e sólida, pois enquanto a primeira conflui para a dependência entre os sexos no plano reprodutivo a segunda, por sua vez, reordena no plano produtivo. Dessa forma é que “[...] a heterossexualidade constrói e naturaliza os sexos – tanto para a sexualidade como para o trabalho” (FALQUET, 2008, p. 133).

Assim, se para se construir homens e mulheres a sociedade atribui “papeis” sociais diferentemente opostos para os sujeitos através do sexo, existem aqueles que frontalmente enfrentam esses papeis e são escalados para trabalhos que explicitam a posição social que esses sujeitos ocupam. Ou seja, o trabalho que o segmento LGBT ocupa pode muitas vezes se expressar como consequência de toda uma trajetória de transgressão da heterossexualidade.

Isso porque já se pode ser comprovado em alguns trabalhos elaborados que identificam o perfil da classe trabalhadora, as condições de trabalho em que se inserem e em qual setor do mercado ela é mais absorvida. Vale aqui mencionar o trabalho de Martinelli (apud Toitio 2013, p. 11) que enxergou absorção de segmentos como mulheres, homossexuais e travestis em um setor bem funcional para a lógica lucrativa e que, ao mesmo tempo, não abala os pilares da heterossexualidade, o setor de telemarketing.

Ela mostra como um trabalho de baixa qualificação, de pouquíssima autonomia por ser regulado pela pressão do fluxo informacional e subordinado a um rígido script (roteiro), de alta rotatividade e que produz diversos prejuízos às/aos trabalhadoras/es (lesões por esforço repetitivo, estresse, depressão etc.), absorve uma força de trabalho composta majoritariamente por mulheres, homossexuais e, também, travestis, todas/os sem qualificação e experiência. Trata-se de uma parcela da classe trabalhadora que tem dificuldades de se inserir e se fixar em postos de trabalho mais qualificados e melhor remunerados, o que é visto com bons olhos pela empresa pois, em geral, são funcionárias/os mais “dedicadas/os”. Isso tudo naturalizando a construção social da mulher (“a mulher tem mais paciência para ouvir reclamações”, por exemplo) e de gays, lésbicas e travestis, cujos “trejeitos” e “performances” podem ser escondidos ou disfarçados “atrás do telefone”.

Então, o que se pretende impulsionar aqui é a problematização de que se a sociedade é toda estruturada em homens e mulheres com todas as exigências que lhe são impostas tanto no plano do trabalho quanto nas demais esferas da vida social, ou seja, se existe um espaço destinado para cada sexo na sociedade seja com todas as regalias ou desvantagens, o que acontece com aqueles/as que não comungam com essas exigências? Na esfera do trabalho

onde estão alocados os sujeitos que transgridem a heterossexualidade? Se se inserem ficam confortáveis com sua identidade de gênero ou orientação sexual dissidente?

Assim, o mote para entender como se configura essa lógica heterossexista advém de próprios questionamentos de como a divisão dos sexos e, conseqüentemente, do trabalho não comporta a infinidade de sujeitos da sociedade, já que se pode compreender “a divisão através do sexo é porque a sociedade entende de que homem é homem e mulher é mulher. **Então nessa sociedade metade é homem e metade é mulher, mas se ela fica diferente dessas duas coisas aí já começa as dúvidas: ‘Vou botar aonde?’[...]**” (Lilás).

Lançar os diversos questionamentos que suscitei anteriormente e tomá-los como base de estudo já nos permite desmembrar os elementos que se consubstanciam trabalho e sexualidade por meio dos processos de trabalho do segmento LGBT, que é o que tratarei a seguir com a profissão de cabeleireiro.

CAPÍTULO III

O DESEMBARAÇO DOS FIOS QUE LIGAM A TRANSGRESSÃO AO TRABALHO: os processos de trabalho dos/as cabeleireiros/as LGBT do *Divas Day*

No município de Iguatu é nítido enxergar um grande contingente do segmento LGBT nas atividades de cabeleireiro, este contingente é majoritariamente composto por homens gays ou bissexuais, travestis e mulheres transexuais, ou seja, não é possível identificar as lésbicas. Isso também foi um dos questionamentos que se pôs à reflexão. O fato de a pesquisa estar voltada para a categoria profissional de cabeleireiros não significa aqui dizer que a população LGBT não esteja em outros espaços de trabalho, mas que nos salões de beleza é possível expressar de forma mais explícita sua sexualidade dissidente, afinal, não é coincidência que a Associação de Homossexuais do município promove serviços de beleza de cunho caritativo.

Assim, o que se pretende alcançar nesse capítulo é a análise, por meio dos diversos questionamentos que foram lançados durante a construção da pesquisa, da consubstancialidade entre sexualidade e trabalho com o recorte dos/as profissionais cabeleireiros/as participantes do *Divas Days* no município de Iguatu. Por isso, aqui se encontrará mais expressamente os elementos da sexualidade LGBT dentro dos processos de trabalho da profissão de cabeleireiro/a.

Através de questionamentos sobre a divisão sexual do trabalho comungado com os questionamentos dos espaços de trabalho que os sujeitos que transgridem a polaridade dos sexos ocupam que, neste capítulo, proponho avançar ao levantar outros questionamentos oriundos das problematizações anteriores no curso do trabalho.

Assim, sem abrir mão da vertente do materialismo histórico dialético procurarei compreender quais os elementos que particularizam a esfera de trabalho dos LGBT e entender qual a singularidade desse componente dentro da heterogênea classe trabalhadora.

Em seguida, o subitem 3.1 iniciará com a abordagem do universo da amostra sobre o que se trata o *Divas Days* como acontece, quem são seus agentes, qual a visão dos participantes e como está inserido dentro do contexto macrossocial.

Por fim, no subitem 3.2 faço o estudo sobre o processo de trabalho dos cabeleireiros LGBT no município de Iguatu onde busco desvelar os fenômenos que se apresentam, uma vez que é de onde partirei para compreender a especificidade da consubstancialidade entre trabalho e sexualidade transgressora.

3.1 O *Divas Days*: uma análise preliminar

A atividade do *Divas Days* pode ser definida como um “Dia de Diva” em que tem o propósito de ofertar gratuitamente em uma praça do centro da cidade ou de algum bairro periférico serviços de beleza para pessoas sem condições financeiras para frequentar um salão. Assim, configura-se como uma atividade de cunho caritativo da Associação de Homossexuais do município que mobiliza os profissionais do mercado da beleza da localidade.

Divas Days é [...] o dia de diva. É um dia de beleza. É um dia de transforme-se. É pegar uma pessoa bem carente e levar esse *Divas* pra uma comunidade mais carente. É pegar uma senhora agricultora, uma moça [...] de condição financeira muito pouca, precária, entendeu? De desempregados. E dizer assim: “Hoje é seu dia. Hoje eu vou maquiar você. Hoje eu vou fazer o seu cabelo. Hoje eu vou fazer o seu penteado. Hoje é o seu dia”. É fazer essa pessoa que nunca teve essa oportunidade nem essa condição financeira de ir pra um salão ficar linda, ficar bela é... nesse dia ela ter tudo isso de graça porque ela merece. Então *Divas Days* é um dia de beleza para uma pessoa carente, uma pessoa necessitada que não pode ir até um salão e fazemos aquele momento de graça (Lilás).

Essa atividade reúne cerca de 20 profissionais (15 entre homens homossexuais ou bissexuais, travestis e mulheres transexuais e 5 heterossexuais) entre cabeleireiros e maquiadores, além disso conta com a ajuda de profissionais de limpeza que auxiliam na manutenção do espaço, na organização e servindo café para os beneficiados e com profissionais cabeleireiros que ainda estão se inserindo no mercado de trabalho. Dessa forma, o *Divas Days* aparece também como uma oportunidade da primeira experiência no início da carreira de um cabeleireiro, principalmente, daqueles que ainda estão no processo de formação como pode ser retratado na fala:

Ela [Lilás] via meu desempenho, aí eu fui escolhido. Fui, recebi o convite para participar do *Divas Days*. E foi um momento que eu ia pra praça, meu Deus do céu, eu nunca fui numa praça, nunca fui cortar um cabelo, escovar um cabelo pra todo mundo ver ali. Ainda hoje eu tenho no meu fecebook, [...] Tem as fotos lá eu escovando o cabelo da menina, só que eu deixei metade liso e metade cacheado. (risos). Por causa da energia. Mas tá lá por causa da energia, mas graças a Deus foi um momento que ficou marcado pra sempre na minha vida, que foi o *Divas Days*. Foi bom demais. Todo mundo com a fardazinha lá, organizado, todo mundo chic lá, cabelo escovado, tudo arrumadinho. Foi ótimo o momento, maravilhoso (Vermelho).

A gratificação pela participação no *Divas Days* não é um caso isolado, pois segundo a responsável pela atividade é possível enxergar a empolgação de muitos/as alunos/as que cursam a profissão nas datas que se antecedem “[...] 20% são profissionais novos em que faz curso comigo ou então em outra instituição que estão loucos para botar em prática

aquilo que aprenderam [...] quando chega essa época, [...] eu sinto o interesse deles em contribuir com a ação [...]”(Lilás).

Isso leva a afirmar que também aparece de forma intencional para a realização da atividade a iniciação de profissionais que estão passando pelo processo de formação, assim, o *Divas Days* também tem o propósito de “lançar” o nome dos/as novos/as profissionais para o mercado da beleza local.

A atividade *Divas Days* é considerada importante para os/as participantes cabeleireiros/as sempre na busca por quebrar o imaginário da sociedade que privilegia a heterossexualidade. Assim, é que uma atividade caritativa surge como uma estratégia de aceitabilidade de um público que é socialmente discriminado. Afinal, essa afirmação pode ser constatada em uma das falas que afirma que essa atividade “[...] chega a tirar um pouco essa má impressão que os outros têm da gente, né? Porque só quem pode ser solidário e ajudar alguém são só os *héteros*, o homem e a mulher. A gente eles acham que a gente nunca pode. Algumas pessoas pensam assim, né?” (Amarelo).

Da mesma forma, o cunho assistencialista dessa atividade também se torna um dos motivos para a participação dos membros, pois a necessidade de alcançar um bom reconhecimento à vista da sociedade ainda é uma preocupação para o segmento LGBT que aparece como um “dever”, como se pode enxergar na passagem: “[...] **eu achei que era meu dever de tá participando daquele evento, principalmente, pela classe**. Pra mostrar que [...] a classe não é uma classe que só vê somente para si, **temos que mostrar que também somos sociais**” (Verde).

Aqui já se pode enxergar uma remissão a um nível de *consciência reivindicatório* (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 103) diferenciado ao que se refere da alienação, uma vez que já é possível alcançar a dimensão de identidade, de pertencimento a um grupo que está inserido em um contexto adverso a sua existência. Nestes termos, o indivíduo já não se percebe isolado, e sim coletivo em que as medidas de enfrentamento às adversidades que se defrontam no cotidiano se alcançam através da organização. Como afirmam os autores:

Na vida cotidiana, na fábrica ou outros espaços coletivos, ao se relacionarem entre si e constituírem grupos, os indivíduos percebem a identidade das suas situações. A situação percebida como individual agora é vista como coletiva, comum. Ao identificar as semelhanças nas condições de vida, ou de algum aspecto dela, os indivíduos podem desenvolver uma identidade e uma consciência reivindicatória, que deriva numa ação grupal reivindicatória (Idem, p. 103).

Consequentemente, pelo o fato do *Divas Days* ser um momento em que o segmento LGBT está reunido em um único propósito e se caracterize como um espaço coletivo, faz com que esses sujeitos se reconheçam como cabeleireiros/as LGBT, logo, como um extrato da

classe trabalhadora que compartilha uma sexualidade transgressora. Assim, é nesse solo que se enxerga nitidamente a interseção entre trabalho e sexualidade e que dificilmente alguém conseguirá apartar essas dimensões dessa atividade, ou seja, os/as cabeleireiros/as que estão no momento do *Divas Days* compartilham coletivamente da mesma simbiose, classe e sexualidade.

Dessa forma, a expressão da relação inextrincável entre trabalho e sexualidade como elementos que particularizam os agentes que constroem o *Divas Days* permite caracterizar que esta atividade *pode* potencializar a organização do segmento LGBT com um recorte nítido de classe. Aqui a classe social não divide a diversidade sexual, mas a fortalece, o que conflui a definir o *Divas Days* como uma latente *possibilidade* de construção de outros espaços que canalize para um caráter político no sentido mais amplo que as medidas paliativas como a oferta de serviços de beleza. Em outras palavras, um sentido que não se dimensione a necessidade de atingir uma aceitabilidade na sociedade com atividades de cunho assistencialista, mas de forma combativa mostrando a existência de um segmento que exige seu reconhecimento no cenário político através da luta.

Na atividade *Divas Days* se pode enxergar contradições ou fragilidades que são expressas pelos próprios integrantes que participam. Em outras palavras, o *Divas Days* não é composto por pensamentos homogêneos e os direcionamentos que se desembocam caminham para a fragilização como se pode conferir na passagem: **“É tanto que eu estou até desacreditando um pouco do *Divas Days* talvez na próxima edição eu já não vou mais, não pelo fato de [...] eu não querer fazer minha parte social, não isso, mas sei lá **é o próprio evento em si que já não [...] me convém**”** (Verde).

Esse desestímulo dos participantes do *Divas Days* pode ser identificado pelas próprias críticas que tecem à forma como as pessoas responsáveis conduzem a operacionalização da atividade e, conseqüentemente, surge tanto como motivo de desestímulo e reflexão da participação nas próximas edições como não participar. É o que afirma um dos entrevistados: **“A última vez eu fui solicitado quase dez horas da noite [...] anterior. É tanto que eu disse um não, mas eu pensei, pensei, pensei e no dia seguinte eu fui mesmo que a pessoa não estivesse me esperando, mas eu fui”** (Verde).

Existem também algumas exigências que muitos/as profissionais fazem para que possam contribuir na realização da atividade e que não são atendidas como pode ser relatado na passagem:

[...] inclusive eu não fui. **Por que [...] eu não fui? Porque era muita maquiagem para levar, não tinha quem viesse me pegar, nem nada, nem maleta, nem**

maquiagem, nem nada, simplesmente deixaram pra lá? Eu pelo menos fiz a minha parte, né? Eu não ia cobrar nada (Amarelo).

Dessa forma, os relatos dos/as entrevistados/as permitem averiguar que todas essas críticas confirmam que o *Divas Days* não é uma atividade construída coletivamente no seu planejamento, pois eles não se reconhecem na construção da atividade desde o início, mas apenas na fase terminal ou operacional. Consequentemente, o *Divas Days* deixa de ser um espaço rico em que possa existir as diversas contribuições dos/as participantes no planejamento e, por conseguinte, se reconhecerem no fruto da atividade. Assim, apesar da potencialidade de ser um espaço coletivo, o *Divas Days* se aproxima de uma atividade restrita ao operacional pontual, fragmentada apenas para notabilidade e se afasta cada vez mais da possibilidade de construção de algo amplamente político.

Para saber melhor como esses/as participantes sobrevivem através do trabalho, irei agora me deter na busca de atender os objetivos da pesquisa que será o que tratarei no subitem a seguir.

3.2 Os Processos de Trabalho e a Transgressão da Sexualidade: cabeleireiros/as LGBT do *Divas Days* em foco

Conversas sobre a liturgia da Igreja, maternidade, festas ou eventos da cidade, o cabelo de uma atriz que passou na televisão, o animal que deu no jogo do bicho, fofocas de escola, enfim tudo se torna um assunto que permeia o ambiente de trabalho de um/a cabeleireiro/a, o que caracteriza esse espaço para além de um cunho comercial e, consequentemente, o/a cabeleireiro/a está para além do meramente técnico.

Um ambiente de trabalho que foge da rigidez e da disciplina da lógica produtiva instaura também uma configuração do trabalho que não se restringe às habilidades técnicas de profissional, afinal, não custa nada conversar um pouco enquanto a tinta ou a escova progressiva está agindo no cabelo. Assim, uma outra exigência se apresenta tão importante quanto cuidar dos cabelos para os profissionais, o atendimento.

Isso leva a concluir que o *serviço* do/a profissional cabeleireiro/a engloba também um bom atendimento aos/às clientes e que, muitas vezes, é caracterizado como um suporte emocional, o que chamam de *trabalho emocional*³⁶ (GAVIRIA, 2011, p. 21) aos/às clientes como foi afirmado em todas as entrevistas:

³⁶ “O trabalho de cabeleireiro é um serviço prestado aos clientes que trazem expectativas sobre sua aparência pessoal, o que os gostam, o que os ficam bem, os convém. Em geral, as e os cabeleireiros se autodefinem como profissionais que não somente conhecem os aspectos técnicos de seu trabalho e podem fazer corretamente o que a clientela lhe pede senão que desejam os diversos gostos a orientá-la sobre o que é mais conveniente. Vários se identificam com uma sorte de ‘missão

A partir do momento que a pessoa procura um profissional pra mudar o visual é porque está precisando de algo. **Primeiro: estético, não tá se sentindo bem da maneira que tá e se ele procura um profissional pra fazer o que ele quer ali com certeza já vai tá elevando o ego dele cem por cento como acontece muito.** Chega gente com o cabelo: “Ah... como eu ‘tô’ bem, meu deus o que estava fazendo com aquele cabelão?” (Verde).

Se Gaviria (2011, p. 20) ao pesquisar os/as cabeleireiros/as de Bogotá, identificou que “[...] ‘trabalhar a psicologia do cliente’ é muito importante para atrair e manter a clientela, pois escutar seus problemas e abrir um espaço para que se ‘desabafem’ cria um ambiente de confiança” (tradução minha)³⁷. Aqui em Iguatu se enxerga o mesmo fenômeno:

A gente chega até a ser um pouco psicólogo com a cliente. Elas gostam de desabafar um pouco. Elas têm até a gente como uma “amiga íntima”, alguma coisa assim parecida. Porque elas chegam até muitas vezes arrasada e a gente acaba [...] deixando ela com o autoestima lá em cima, superando ela com mais do que com aquilo que ela precisava fazer no salão, né? (Amarelo).

Porém, o/a profissional deve saber a dosagem da sua intervenção no problema em que o/a cliente lhe apresenta, pois a mesma ferramenta que lhe garante uma clientela fiel pode, na mesma proporção, gerar constrangimentos e perda do seu público, como afirma Gaviria (2011, p. 20 – 21) “existe um limite para o exercício da escuta do cabeleireiro, pois ‘um deve se por no lugar da pessoa, mas não entrar nos problemas das pessoas” (tradução minha)³⁸. Tal entendimento aparece como consenso para os/as profissionais pesquisados/as em Iguatu, onde acrescentam que “se o profissional não tiver um limite. [...] **Eu digo isso porque eu conheço [...] eles [profissionais] entram tanto na vida pessoal da sua cliente que acaba tendo problema com outra cliente que tem problema com a outra**” (Amarelo).

Nesses atributos é que associam a profissão de cabeleireiro/a ao trabalho do cuidado³⁹, pois segundo pesquisas definem este trabalho como a capacidade de abrir mão das suas emoções para dispor ao outro/a fisicamente e emocionalmente. Assim, a escuta passa ser um

modernizadora’ que deseja renovar a imagem da clientela, melhorando assim seu estado de ânimo e sua autoestima” (GARIVIA, 2011, p. 19).

Texto original: “El trabajo de peluquería es un servicio que se presta a clientes que traen expectativas sobre su apariencia personal, lo que les gusta, les queda bien o les conviene. En general las y los estilistas se autodefinen como profesionales que no solamente conocen los aspectos técnicos de su trabajo y pueden hacer correctamente lo que la clientela les pide sino que aspiran en diversos grados a orientarla sobre lo que más le conviene. Varios se identifican con una suerte de ‘misión modernizadora’ que aspira a renovar la imagen de la clientela, mejorando así su estado de ánimo y su auto-estima”.

³⁷ “‘trabajar la psicología del cliente’ es muy importante para atraer y conservar la clientela, pues escuchar sus problemas y abrir un espacio para que se ‘desahoguen’ crea un ambiente de confianza”.

³⁸ “Existe un límite para el ejercicio de escucha del estilista, pues ‘uno debe ponerse en el lugar de la persona mas no enterarse de los problemas de la persona’”.

³⁹ “O trabalho do cuidado supõe a capacidade de se por no lugar do outro/a, de entender as suas emoções e necessidades particulares, controlando as próprias. É estar física e emocionalmente ao serviço do cliente, compreender e responder a suas necessidades” (GARIVIA, 2011, p. 20).

Texto original: “El trabajo de cuidado supone la capacidad de ponerse en el lugar del otro-a, de entender sus emociones y necesidades particulares, controlando las propias. Es estar física y emocionalmente al servicio del cliente, comprender y responder a sus necesidades”.

elemento importante e que é predominante dentro do salão e no trabalho dos/as cabeleireiros/as.

[...] tem clientes que traz problemas pro salão pra conversar contigo, pra se abrir: problemas de relacionamento, problema de família, problema pessoal mesmo. E quando ela se abre contigo é buscando uma resposta e você naquela hora você tem que ser psicólogo, você tem que ser [...] uma resposta positiva você tem que ser pra ela. Tem que encontrar uma forma de ser positiva essa resposta, pelo menos dá a ela um norte para o problema que ela tá sofrendo e, imediatamente, guardar aquilo pra você e pra ela, né? **Que a partir do momento que você escuta que você resolve o problema de uma cliente, que não é do cabelo, que próprio... que é da vida dela e você conta pra outras pessoas que você resolveu, que ela melhorou porque você resolveu ou então expõe para outras pessoas você está automaticamente tirando toda a sua postura de um profissional. Eu acho que a postura do profissional, a maneira que ele se impõe é a parte principal.** Se ele não tiver postura ele não é profissional nem aqui nem na China (Lilás).

A “postura” também é recorrente no trabalho dos barbeiros que Teles (2012) identificou no seu estudo sobre a profissão no estado de Sergipe. Porém, essa “postura” dos barbeiros não é assimilada ao *trabalho emocional* como no caso dos/as cabeleireiros/as, pelo contrário, é a ausência desse elemento que caracteriza a “postura” do barbeiro e sempre de forma coextensiva à representação da figura masculina como afirma o autor “[...] o barbeiro deve evitar brincadeiras, ser sério, mostrar honradez, compromisso, chegando até a sisudez. Necessita prezar pelo trabalho que desenvolve. Pensar na dignidade da profissão, que pode ser confundida com a dignidade de homem” (TELES, 2012, p. 54).

Em síntese, ambas as profissões tanto o/a cabeleireiro/a quanto o barbeiro carregam consigo um caráter para além do meramente técnico, enquanto o primeiro tem a possibilidade de ter uma aproximação maior na relação com a clientela onde o profissional se serve emocionalmente à escuta, em contraposição, o outro tem uma relação mais neutra e impessoal que se compara com “respeito”. Teles (2012, p. 55) demonstra bem sobre esse perfil do barbeiro para além do técnico onde “tornar-se barbeiro não é só fazer uma barba, saber amolar uma navalha ou saber cortar cabelo de homem. É também [...] ter ‘respeito’ e saber respeitar os clientes de ‘respeito’, no sentido de seriedade esperada ou requerida de pessoas do sexo masculino”.

Daí configurar que um dos elementos que contrapõe a profissão de cabeleireiro com barbeiro é a marca, respectivamente, da presença e ausência do que definem de *trabalho emocional*. Aqui como nos demais trabalhos não se enxergam conflitos entre cabeleireiros e barbeiros, a fronteira dos sexos aparece bem delimitada para cada profissão mesmo que ambas estejam vinculadas ao mesmo objeto, o cabelo.

A divisão por sexo não deixa de cumprir o seu papel de delimitar os locais de sociabilidade e, conseqüentemente, de construção do ser homem e ser mulher de forma

oposta. Da mesma forma que banheiros servem de mesma utilidade, independente dos sexos, mas se valem de princípios biológicos para segmentar o uso, o mesmo foi utilizado para definir o cuidado aos cabelos com a utilização de elemento biológico que mulheres e crianças não têm: a barba.

Eles cortam muito cabelo masculino e fazem barba, por isso eles têm esse nome de barbeiro porque é um salão que só se encontra homem. Você não vai encontrar uma mulher cortando cabelo no barbeiro. **Barbeiro foi um nome que conseguiu definir assim: pra cada lugar que vai cada um, se trata de barbeiro é um salão pra homem, cabeleireiro é o salão que atende aos dois sexos, independente se for masculino ou feminino** (Azul).

A complementaridade entre os dois ramos pode ser refletida pela visão dos/as profissionais cabeleireiros/as ao afirmarem a ausência do *trabalho emocional* nos serviços dos barbeiros e, ao mesmo tempo, ao contrapor que esse elemento é importante para sua profissão.

Porque uma coisa é eu lhe atender homem, eu lhe conhecendo lá do jogo, eu posso lhe atender brutalmente, **os barbeiros não são umas pessoas muito simpáticas ou pessoas preparadas para atender, não. Porque não é uma necessidade deles, entendeu? Homem sabe como tratar homem.** Eu acho que o cabeleireiro tem que tá preparado pra isso, um bom atendimento (Azul).

Em outras palavras, o homem não é educado para ouvir e atender de forma receptiva em nenhuma das instâncias em que se insere, incluem-se as profissões, assim, barbeiros estão sempre em oposição aos/às cabeleireiros/as qualquer fuga de assimilação com o feminino é necessária para se delimitar no mercado, como menciona Ramirez (2011, n. p.):

O trabalho da barbearia se centra na ‘apresentação’, mas nunca na produção da beleza. Esta se considera e, portanto, tabu para os homens. O manejo da aparência é um âmbito em que se atuam e materializam as diferenças entre homens e mulheres, daí que o enfeite masculino deve evitar cuidadosamente qualquer aproximação ao padrão feminino e exacerbar, pelo contrário, a oposição entre ambos (tradução minha)⁴⁰.

Contudo, os homens e mulheres que estão inclusos no segmento LGBT contam também nos seus ambientes de trabalho com um intenso *trabalho emocional* ao ponto de exceder para as expressões corporais e que, aos olhos de outros pesquisadores, pode aparecer como ligado ao reconhecimento positivo de um trabalho, mas o que demonstra na pesquisa é a própria liberdade da frouxa rigidez que o trabalho informal e o ambiente permitem.

Que mesmo eu se eu trabalhasse no salão [...] se eu trabalhasse em outro salão para outra pessoa jamais eu poderia [...] me descontraír como eu me descontraio sendo dono. Porque às vezes eu tô cortando um cabelo de um cliente eu começo a sambar [...] É. Aí eu começo a brincar com o cliente, aí ele olha pra mim e pergunta se eu tô

⁴⁰“El trabajo de barbería se centra en la “presentación”, pero nunca en la producción de belleza. Esta se considera como una actividad femenina y, por tanto, tabú para los varones. El manejo de la apariencia es un ámbito en el que se actúan y materializan las diferencias entre hombres y mujeres, de ahí que el adorno masculino debe evitar cuidadosamente cualquier acercamiento al patrón femenino y exacerbar, por el contrario, la oposición entre ambos.”

doido, aí eu respondo que tô pirado. Aí tudo isso vai da pessoa e eu jamais ia me sentir, eu tenho certeza às vezes eu digo: “Eita! se eu trabalhasse pros outros eu já tinha [...] sido despedido porque eu não ia aguentar”, daqui acolá eu tenho as minhas loucuras e até agora [...] não me fez mal ainda (Verde).

Assim, se Ramírez afirma que “o trabalho emocional desempenhado por alguns gays no trabalho da beleza, lhes permite partilhar suas performances ‘femininas’ como janelas para o ótimo desempenho de seu ofício”⁴¹ (2011, sem página, tradução minha), na pesquisa realizada não é isso que se evidencia, pois a expressão corporal ou “performance” dos profissionais gays no espaço de trabalho não estão vinculadas à necessidade de se sobressaírem no mercado, mas de empenhar um trabalho menos forçoso e que tanto este ambiente de trabalho (salão) como a relação que se tem com ele (dono) permitem.

O fato dos profissionais serem proprietários do estabelecimento permite uma maleabilidade no espaço de trabalho em que dentro dos elementos recorrentes que podem ser destacados é a flexibilidade dos horários de atendimento “[...] o pessoal vinha 8:00 eu digo: ‘eu só abro 10:00’, eu não abro 08:00. O cliente chega aqui ‘Ah, você não tá trabalhando de noite?’, ‘eu fecho 19:00, eu não trabalho 22:00 da noite’” (Verde). Porém, as exigências dos profissionais não se limitam até aí, pois, conseqüentemente, os profissionais constroem as relações pessoais se estabelecem no local de trabalho como afirma um dos pesquisados: “no meu caso é o cabeleireiro, eu quem fiz o meu espaço porque aqui a banda toca de acordo com a minha orquestra, de acordo com a minha varinha de maestro” (Verde).

Isso leva a concluir que também fica sobre o julgo do/a profissional-proprietário/a a forma com que se tecem as relações pessoais no salão de beleza ao ponto de existir diversos tipos de salões conforme o desejo dos/as profissionais. Entre os entrevistados é possível enxergar essa autonomia no seguinte trecho.

[...] no meu a minha clientela já é bem selecionada nessa parte. Como é mais para estúdio, eu atendo por horário marcado, não é aquele salão que tem aquela “muvuca” de gente e chega uma cliente mais fina com a bolsa cara e tem a outra cliente que *buchicha*, tem aquele pequeno recalque, já sabe de histórias da vida passada dessa mulher que o marido deixou. E tem sempre [...] aquela “picuinha”, aquelas “conversinhas” paralelas dentro do salão e as clientes chegam a descobrir e chegam até deixar de frequentar o salão por causa disso, devido algumas clientes mal educadas, mal vistas também, né? Porque se incomodar assim com a vida do outro não é bem legal. Cada um no seu quadrado, né? (Amarelo).

Evidentemente, essa flexibilidade do trabalho no salão de beleza vai permitir com que se enxerguem elementos do espaço de trabalho que remetem ao/à proprietário/a, afinal ele/a é um dos componentes importantes na construção do espaço. Assim, dentro do universo da diversidade sexual se podem encontrar elementos particulares que a caracterizam como forma

⁴¹ “El trabajo emocional desplegado por algunos gays en el trabajo de belleza, les permite negociar sus performances ‘femeninas’ como ventajas para el óptimo desempeño de su oficio”.

de uma *cultura de resistência* (PARKER, 2002). Na pesquisa foi possível identificar que o salão de beleza do segmento LGBT é um espaço maleável para expressar a cultura de resistência da diversidade sexual através da preservação de seus elementos culturais como as gírias, os rituais do segmento dentre outros. Como se pode enxergar:

No atendimento da última cliente, o profissional receitou alguns remédios e cremes para queda de cabelo, mas enquanto fazia o corte, sua irmã (manicure) atendia outra cliente. Ambos conversavam e se relacionavam utilizando linguagens do universo LGBT com os dialetos e termos (*ocô, arô, erê...*). O movimento do salão estava pouco e a cliente que estava sendo atendida diz que não entende a linguagem, mas em nenhum momento isso intimidou os dois que continuaram a conversar normalmente com os códigos. Porém, de forma bem superficial, a cliente conseguiu dizer sobre qual assunto estavam tratando e riu porque o motivo pelo qual não entendeu é o fato de não saber o nome das pessoas que estão envolvidas no assunto (Trecho do Diário de Campo).

Essa linguagem do segmento foi identificada em outros trabalhos que tem como objeto o segmento LGBT como Pelúcio (2005, p. 224) enxergou e definiu que ao retratar o modo de vida das travestis elas “[...] adotam uma série de termos vindos do ioruba-nagô, compondo uma espécie de gíria conhecida como bajubá, pajubá ou bate-bate, linguagem comum no Sul do Brasil”.

No que se refere aos rituais que são preservados, o nome de “batismo”⁴² dos gays que trabalham no salão é respeitado e legitimado ao ponto de alcançar o patamar de reconhecimento e referência em substituição do nome de registro pelo próprio empregador. Esse fenômeno dificilmente se pode enxergar nos postos de trabalho formais ou que exigem uma disciplina heteronormatizadora. Pode-se ver nitidamente em um dos registros do diário:

[...] fui fazer observação de campo no salão de Verde, chegando lá descobri que ele tem uma auxiliar chamada de [Laranja] *Blond*. [Laranja] *Blond* quebra os modelos convencionais de representação tem em sua construção elementos tidos como femininos e masculinos, não vi como representação de uma identidade travesti nem consegui aproximá-la de algo, da mesma forma que entendi que não necessariamente ela tenha que se inserir nos esquemas de identidade (Trecho do Diário de Campo).

O ritual do “batismo”, além de atribuir um nome feminino pode também incorporar elementos que remetem à personalidade do sujeito “batizado”, o que difere do batismo convencional religioso que nem sequer permite que as pessoas adquiram historicidade para que se reconheçam no nome. Diferentemente do religioso, o “batismo” dentro do segmento

⁴² O “batismo” aqui se refere ao ritual como um dos elementos da *cultura de resistência* (PARKER, 2012) comum dentro da comunidade LGBT em que consiste em atribuir um nome feminino a “bicha” que está iniciando o processo de sociabilidade dentro do grupo. Assim, as “bichas” veteranas batizam àquela que se insere no grupo através da conversão do seu nome do masculino para o feminino ou, se impossível, adotam um outro diferenciado. Conforme em uma das entrevistas o “batismo” “[...] **vai de acordo com o nome da pessoa se o nome não for um nome que possa transformar em um nome feminino, elas [bichas] criam**” (Laranja).

LGBT é imbuído de uma carga histórica e preserva esse elemento que particulariza a subjetividade do sujeito, assim, enquanto este amplia a concepção de sujeito como produto histórico àquele repousa suas concepções em dados fisiológicos. Para entender um pouco do “batismo” como um ritual dentro do segmento é possível descrevê-lo e identificá-lo dentro de uma das falas dos interlocutores que explica sucintamente como foi seu processo de “batismo”.

Blond surgiu porque quando eu me descobri gay, **eu sempre gostei de usar meu cabelo em tons loiro. Então teve uma época em que eu era completamente loira.** Daí, quando eu cheguei à Iguatu, eu comecei a fazer amizades aí eu logo fui batizada como era de tradição aqui no Iguatu: quando chegava uma “bicha” nova, batizar. Então eu fui batizada como *Blond* e daí todo mundo ficou me conhecendo como *Blond* (Laranja).

Aqui é possível identificar a familiaridade que alguns sujeitos da diversidade sexual têm com a aparência e principalmente com o cabelo, o que torna uma forma de assimilação, aos olhos dos demais, com a sua sexualidade dissidente. Por isso, o corpo expressa ser um aporte fundamental em que se permitem a materialização das experiências sexuais e a construção do sujeito, uma vez que “os sentidos que damos a nossos corpos e suas possibilidades sexuais tornam-se, de fato, uma parte vital de nossa formação individual, sejam quais forem as explicações sociais” (WEEKS, 2000, p. 33).

Assim, o cabelo, como uma parte do corpo, permite que os sujeitos possam expressar a quebra das normas convencionais no mesmo paralelo que a sua sexualidade. Ratifica-se que esse processo pode ser constatado também com outro sujeito da pesquisa ao afirmar que “aí comecei a usar brinco tal e tal aí, de vez em quando, **pintava o cabelo, ele [pai] ficava brigando nas vezes em que eu botava uma cor muito louca no cabelo ele brigava, mas aceitava na boa.** Com um tempo ia se acostumando. Aí foi até hoje” (Vermelho).

Em outras palavras, alguns sujeitos da pesquisa no processo de autoafirmação da sua *identidade* sexual sentiu a necessidade de expressar sua sexualidade na materialidade que o corpo proporciona, ou seja, o corpo se torna instrumento material em que expressa sua sexualidade: para um corpo convencional, uma sexualidade padrão; para um corpo “estranho”, uma transgressora. Porém, essa realização também pode ser expressa de forma material em algumas atividades laborais como foi apontado na pesquisa.

Durante a pesquisa, descobri que, dentre os profissionais que executaram outras profissões anteriores a cabeleireiro, um significativo número de profissionais já executou a atividade de dançarino de banda de forró e afirmaram que foi uma estratégia que encontraram de um trabalho que possa expressar livremente sua sexualidade ainda que dentro de *certos* limites.

O trabalho de dançarino de forró pode ser caracterizado como uma atividade artística em que há uma exponencial utilização e expressão do corpo tanto nas gestualidades como nos atributos físicos dos sujeitos, estes são muito caracterizados como uma *presença* que exige no palco de elementos artísticos. Neste caso, o corpo se torna necessariamente um instrumento que deve informar os elementos que particularizam a atividade, a arte, da mesma forma que existe a exigência da *neutralidade* e a *padronização* na aparência dos corpos em muitos postos de trabalho formais.

Pode-se constatar essa necessidade de transformar o corpo com atributos artísticos em um dos relatos dos entrevistados sobre sua preparação para concorrer ao processo de seleção de dançarino: “[...] **Então, [...] pinteí meu cabelo de loiro porque chamava muita atenção, tem que ter.** [...] Eu entendia que **no palco tem que ter homens muito chamativos: cabelos com cores, [...]**” (Lilás). Em outro relato de um dos profissionais, percebe-se que essa inerência da necessidade de manifestação de atributos artísticos no corpo com a dança evidencia a sua fiel relação quando aos olhos alheios aparece de forma naturalizada: “comecei na época **eu usava brinco, mas aí como eu era dançarino, né? Ele [pai] aceitava eu usar brinco**” (Vermelho).

No que tange à gestualidade, a atividade de dançarino de forró é uma daquelas que quebram o modelo de virilidade exigido aos homens que faz com que muitos homossexuais viris não se insiram na profissão, afinal, ser homem é fugir ao máximo de tudo que remete ao universo feminino, só assim poderá ser “dominante”. Como Welzer-Lang (2001, p. 465, grifo do autor) afirma “[...] para ser um homem, é necessário não ser associado a uma mulher. O feminino se torna até o polo de rejeição central, o inimigo interior que deve ser combatido sob pena de ser também assimilado a uma mulher e ser [mal] tratado como tal”.

Dessa forma, a atividade de dança acaba absorvendo um segmento dos homens que estão no grupo dos dominantes, mas que não partilham dos privilégios da dominação, pelo contrário, não estão isentos das hierarquias masculinas que legitimam a dominação de um grupo sobre outro dentro dos dominantes. Segundo Welzer-Lang (2001, p. 466) confirma que:

Mesmo sendo um homem, um dominante, todo homem está submetido às hierarquias masculinas. Nem todos os homens têm o mesmo poder ou os mesmos privilégios. Alguns, que eu qualifico de ‘Grandes Homens’, têm privilégios que se exercem à custa das mulheres (como todos os homens) mas também à custa dos homens.

É através de elementos que reportam à feminilidade que os sujeitos, homossexuais que abalam as estruturas da masculinidade, encontram em uma profissão o caminho para alcançar a materialidade de sonhos e projeções que só estavam na mente como uma figura. Assim, a dança por incorporar elementos que são antagônicos e confrontam com a masculinidade

absorve um segmento dos homens que não comungam com a virilidade que é imposta ao seu sexo como afirma a interlocutora em uma das entrevistas: **“No meu grupo eram seis homens, mas todos homossexuais até porque é uma categoria que atrai muito os homossexuais que é a dança, né? [...] sempre teve uma boa população de heterossexuais, mas sempre é a minoria. Nesse caso, do mundo da dança: heterossexuais é a minoria e homossexuais é a maioria”** (Lilás).

[...] eu acho que a dança como um todo ele atrai mais os homossexuais por eles se interessarem muito por isso. A dança é uma coisa que você se entrega, que você se joga, que você vive, já os homens por serem muito machistas eles acham que requebrar, entendeu? Que fazer um [...] giro, uma pirueta, que dançar no palco, que fazer expressões no palco é uma coisa para mulher ou para homossexual. Ainda hoje existe ouvir dizer que homem que se requebra muito, homem que dança muito é uma coisa meio homossexual, assim, como homem que usa brinco, homem que usa piercing, o homem que faz depilação, o homem que pinta o cabelo tem sempre... deixa de ser metrossexual e passa para os machistas a ser homossexual [...] (Lilás).

Além da gestualidade, outro elemento que reporta ao feminino e está incorporado na atividade de dança que pode ser mencionado na nossa análise é o figurino. Este elemento é um atributo carregado de detalhes e elaborações composto por cortes, nós, cavas e tecidos que complementam todo o universo da transgressão da virilidade e torna um importante papel para *subir no palco*: “só foi eu e menina dançar no palco sozinho a primeira vez, **arrumei umas roupas daqui emprestado, arrumei dali. Fui dançar**” (Vermelho).

Na época, o figurino [...] dos dançarinos de forró como dos bailarinos profissionais [...] tinha uma característica muito de mulher, entendeu? Onde os homossexuais [...] se sentiam realmente mulheres assim [...] viviam aquele momento porque vestiam uma roupa com um corte, com uma cava, com um nó que, de alguma forma, trazia uma referência feminina pra eles, entendeu? E naquela época não existia a cobrança de que o homem tem que ser muito homem e a mulher como realmente ela já era, mulher, não existia essa cobrança essa exigência. Então a gente era feliz naquela época. As roupas eram transparentes, entendeu? Os cabelos poderiam ser de todas as cores. Não existia a ocorrência de você ter que dançar meio machudo, meio grotesco, meio como rapaz. Você poderia viver aquilo, ficar à vontade. Então os homossexuais viviam a sua homossexualidade no palco. Eles dançavam realmente muito como meninas: o comportamento, o jogar do braço, o jogar de cabelo muito como meninas. Mas não existia essa cobrança: “Ei dança como homem!”, não tinha naquela época. O que importava é que era um homem e uma mulher, já hoje o rapaz tem que ser muito masculino no palco: bem malhado, uma altura bem à vista, bem aperfeiçoado, afeiçoado, bonito, entendeu? Tem que ter um perfil de beleza para ir pro palco assim como a mulher. Mas naquela época como não existia isso: eu fui feliz (Lilás).

Isso nos confluí a dizer que elementos tais como as vestimentas juntamente às gestualidades da atividade de dançarino, permitiam a realização de utilizar roupas que fogem do padrão convencional de homem e a livre manifestação do corpo com gestualidades que

aproximavam os homens homossexuais do universo feminino, logo, mais desviante dos papéis sociais imposto sobre seu sexo.

Contudo, além de importante, figurinos e gestualidades não só demarcam de forma material que a profissão de dançarino de forró passou por transformações, mas que também houve um tempo feliz em que permitia aos sujeitos à fuga da vivência diária de um sexo enrijecido ainda que dentro de certos princípios heterossexistas que foram intensificados no seu seio. Esta afirmação se valida porque já nesse tempo é possível enxergar insumos heterossexistas na profissão ainda que poucos, mas bem significativos como a necessária paridade entre homem e mulher, pois “tem, tem, **tem que ter um homem e uma mulher para exercer essa profissão**” (Vermelho).

Em outras palavras, não foi o bastante apenas impor a paridade dos sexos opostos na dança, ao passar do tempo, foi necessário também impor mais rigor: necessitou além dos elementos dos sexos convencionais, o enrijecimento e a padronização dos corpos de forma heterossexuada.

Essa reminiscência do heterossexismo dentro da profissão já pode ser enxergada quando as sexualidades que transgridam abruptamente a polaridade dos sexos não têm espaço para exercer esta profissão. Aqui a profissão de dançarino de forró segue as mesmas regras dos demais postos de trabalho formais ao rejeitar as sexualidades trans. Afinal, “[...] nem hoje tem como ir porque **nem hoje tem esse espaço pras travestis e transexuais [...] nos grupos, nas bandas**” (Lilás).

Porque já diferente dos travestis, já são mulheres, já estão traveçadas. Não tem possibilidade por mais que você seja o que for, você tem que pelo menos aparentar ser homem fisicamente para exercer essa função de dançarino independente da sua opção tem que ser masculino no palco não pode ser mulher (Vermelho).

As violências que os sujeitos que compõem o segmento LGBT sofrem nesse espaço de trabalho estão mais suscetíveis a serem enxergadas pelas sexualidades trans que enfrentam a obrigação em permanecer com o sexo que lhe é imposto mesmo que já sintam a necessidade de construir seus corpos. Assim, as pessoas trans vivenciam a contradição de que, se por um lado, pode vivenciar características que lhe remetem ao universo do sexo desejado, por outro, ainda permanece no cumprimento do papel masculino em um trabalho dicotômico entre homem e mulher.

Eu vivia aquilo como um patamar de extrema felicidade, entendeu? **Mas quando eu voltava pra casa era que eu ia imaginar: “Ah meu Deus do céu, mas ainda não sou eu, mas ainda estou vivendo algo que eu gosto, estou fazendo uma coisa que eu gosto”, né? [...] mas mesmo assim eu ainda não podia ser eu porque eu tinha que ir pro palco como um rapaz. Então eu tinha que fazer o trabalho do rapaz.**

Então eu vivi porque eu fazia uma coisa que eu gostava que era a dança, mas tinha que ser na pele de um homem. Então eu esqueci que eu era um homem e vivia. É tanto que hoje se eu ver a minha dança da época eu não gosto porque eu vejo uma mulher dançando. Eu ia dizer: “Meu Deus, o que é que esse homem queria no palco, é tão fêmea?”[...]. Mas, por eu estar vestido de homem, né? Era um homem, né? Pra eles. Foi isso que aconteceu (Lilás).

Dessa forma, as pessoas trans abrem mão da construção dos seus corpos, como o processo de hormonização, para permanecerem no posto de trabalho da dança ou, caso o contrário, fica relegado o espaço *fora dos palcos*, pois esses sujeitos em que a imagem não condiz com o papel que deve exercer não são prestigiados com a exibição.

Porque quando eu dançava eu não podia [...] quando eu tava no palco eu tinha que fazer o bailarino, o dançarino. Então eu não podia fazer o processo de hormonização e eu só passei a ser [Lilás] quando eu comecei meu processo de hormonização, a mexer no meu corpo, me trazer curvas de mulher, aparência de mulher porque até então eu não podia fazer a hormonização porque eu ia [...] subir no palco vestida de homem, não ia mais combinar, né? Seria uma mulher vestida com roupa de homem, então não ia ficar [...] isso ia me trazer um certo constrangimento. Então até 2006 eu ainda não podia me... me hormonizar pelo fato de eu fazer esse rapaz, esse ator no palco que era o que eu fazia, né? Então quando eu saí do palco, que foi em 2006, pra [...] começar meu processo de hormonização foi que eu passei a fazer só a produção da banda, a dança da dança pra eles. E eu ficava de olhar, de corrigir, de cobrar a perfeição do trabalho, mas aí eu já tava vivendo na transformação da borboleta (Lilás).

Acrescente-se isso com a idade e os problemas enfrentados pela instabilidade da profissão de dançarino e se pode afirmar que é uns dos motivos que fazem com que essa parte do segmento LGBT do *Divas Days* abandone a atividade e enverede para a profissão de cabeleireiro: “[...] o pessoal diz assim: ‘Hoje eu vou aposentar minhas chuteiras’, né? [...] **Então chega a época que você tem que abandonar suas sapatilhas, né? pra seguir uma outra profissão que cabe naquela idade que você está**” (Lilás).

Dessa forma, percebe-se que os limites dos corpos para esta profissão são mensurados através da idade: para a juventude a concepção de aproveitável e, por isso, posta a vista; enquanto para a velhice, a descartável. Como afirma Le Bretton (2011, p. 78) “lugar privilegiado do bem-estar e do parecer bem através da forma e da manutenção da juventude [...], o corpo é objeto de constante preocupação. Trata-se de satisfazer a mínima característica social fundada na sedução, quer dizer, no olhar dos outros”.

Ratifica-se a existência desse processo de substituição de corpos velhos por novos na seguinte passagem:

Mas com um tempo a gente cresce vai vendo que é outra coisa totalmente diferente que não dá pra toda vida aquilo ali pode ser uma profissão. **Porque com um tempo você vai envelhecendo e eles vão lhe trocando, aliás você vai amadurecendo e vão lhe trocando por outras pessoas. Você nesse caso não é insubstituível, não, você é substituível, no caso.** Aí eu vi que não [...] que dava pra mim, mas não era por muito tempo (Vermelho).

No plano conjuntural, pode-se constatar que a atividade de dançarino de forró é um dos postos de trabalho marcado pela precarização dos contratos e das condições de trabalho. Segundo Alves (2000, p. 69) o que marca o trabalho na sociedade contemporânea é o surgimento do “[...] novo estigma do mundo do trabalho, o desemprego estrutural e a precariedade de emprego e salário que atinge o pólo ‘moderno’ da classe operária”.

A precária forma contratual da atividade de dançarino de forró demarca o caráter de classe que absorve os sujeitos que a executam onde “[...] se elas [as bandas] toca por contrato você recebe, se toca portaria é perigoso você ir não receber nada ou só a metade. [...]Aí você quando chega lá e não recebe nada, é chato” (Vermelho). Além disso, contam-se também as condições de trabalho que estes sujeitos enfrentam e se submetem **“porque eu passei muita fome no começo: sede, viajava [...] Porque você vinha do sítio [...] e você vinha de lá pra cá não tinha nenhum conforto, vinha nas caixas de som, cinco horas da manhã com sede, com frio, com fome”** (Vermelho).

Longe aqui de entender que o caráter de classe trabalhadora desse segmento só pode ser enxergado no momento em que se estabelece uma relação contratual com o empresário, pois o fato de venderem sua força de trabalho como única condição de sobrevivência é o que os caracterizam enquanto tal, independentemente do estado em que se encontra seja em *actu* (de fato) ou *potentia* (em potencial) (MARX, 1996).

Assim, antes mesmo de estabelecer o vínculo empregatício (ainda que precarizado) com o/a empregador/a, estes sujeitos da diversidade sexual recorrem às diversas estratégias para alcançar o início do trabalho de dançarino de forró, ou seja, já enfrentam dificuldades por serem da classe trabalhadora e se inserirem na profissão. Como pode se constatar:

Eu fazia a cotinha: **“Por favor, me empresta cinquenta centavos hoje”, que era o dinheiro do ônibus.** Aí, **“Amanhã você vai me dar cinquenta centavos?”**, **eu fazia faxina, eu lavava a casa da minha amiga, eu lavava os pratos, eu fazia tudo que ela queria, na época eu não sabia fazer cabelo.** Assim eu conseguia o **dinheiro da passagem de volta.** E em um mês de ensaio [...] já dava pra ir pro palco e fui e foi a maior realização da minha vida (Lilás).

Comprova-se que não se deve apartar as condições objetivas de classe da vida dos sujeitos, pois na construção do sujeito o plano objetivo incide no subjetivo e vice-versa, estabelece uma relação que “sua manifestação vital é expressão e confirmação da vida social, porque a vida individual e a vida genérica do homem não são diferentes, embora a vida individual seja um modo especial ou mais geral de vida genérica” (MARX apud IAMAMOTO, 2012, p. 38).

Outra profissão que os sujeitos da pesquisa já executaram e que, por sinal, carrega a marca em comum de serem postos caracterizados pela divisão sexual do trabalho feminino

são as atividades de cunho doméstico seja em empresas e restaurantes ou em casas de família. Dentre elas estão cozinheiro e serviços gerais.

Um destaque que vale mencionar é a violência que o segmento LGBT sofre por estarem ocupando esses cargos. Diferentemente das mulheres, em que são educadas para ocuparem esses postos de trabalho e, por isso, não são postas em questionamento por estarem nestas profissões, os/as gays, bissexuais, travestis e transexuais cabeleireiros/as pesquisados/as sofrem retaliações por exercerem tais profissões seja no processo de inserção ao trabalho ou no acesso às políticas de qualificação profissional que a empresa oferece.

[...] quando eu fui contratado para trabalhar na casa de um pessoal muito rico e eles tinha três filhas mulher e uma recém nascida. Aí foi quando eu fiz a entrevista com a dona da casa, o marido dela estava viajando aí ela disse: “Pois eu vou só aguardar meu marido retornar de viagem que vai demorar uma semana ,aí eu ligo pra você”. Quando foi passado uma semana, ela ligou pra mim pedindo para eu comparecer a residência dela. [...] Ela fez esse relato: ela disse que quando ela me chamou pra ir foi contra a vontade do marido dela porque quando ele chegou de viagem que ela disse: “Olha eu arrumei um cozinheiro, eu arrumei uma pessoa pra cozinhar só que não é mulher, é um homem”, aí ele respondeu pra ela e disse: **“como é que você é louca de colocar um homem aqui dentro de casa pra cozinhar?”** ela disse: **“Não, mas ele não é um homem normal, ele é um gay”**, **“Principalmente, Piorou!”**. Aí ela disse: “Não, pois eu já mandei ele vir. Ele vai fazer o almoço e você vai ter que comer a comida dele e pronto (Laranja).

Daí enxergar que quebrar com os papéis impostos ao sexo é passível a questionamentos e pode chegar a ser tolerável, porém se torna inadmissível se os papéis do sexo são quebrados por aqueles que transgridam a heterossexualidade.

No entanto, quando os sujeitos que compõem a diversidade sexual se inserem no mercado de trabalho não significa dizer que estejam na posição de igualdade com os/as demais funcionários/as, pois ainda são alvos das diversas advertências “sem justificativas”. Como é possível enxergar na afirmação seguinte:

Ela me disse tanta coisa que eu fiquei assim [...] sem entender, depois que eu vim entender a conversa que ela teve comigo. Primeiro ela me disse que não queria me ver conversando com os funcionários nos corredores, me restringiu de muitas e muitas coisas. Segundo ela disse que não queria eu atendendo telefone na recepção. Depois ela me falou que não queria eu levando amigo para dentro do SENAC, **eu fiquei sem entender: como é que vou trabalhar e ficar levando amigo? Até aí eu não entendi, só [...] aceitando, queria trabalhar.** Aí [...] **foi, aceitei todas as condições dela. É tanto que no primeiro mês, há uns vinte dias eu pensava em sair porque não aguentava além de ser muito trabalho eu não me sentia bem diante dela** (Verde).

Contudo, os processos de retaliações não se limitam apenas ao assédio moral no ambiente de trabalho, pois se expande até mesmo ao impedimento desses sujeitos ao acesso às políticas de qualificação profissional da empresa. Assim, cai por terra todas as justificativas que camuflam a homofobia, o fato de ser homossexual se torna um agravante para que esses

sujeitos não tenham a oportunidade de serem atendidos pelos serviços da empresa no mesmo patamar que os/as funcionários/as heterossexuais. Aqui não há como desvencilhar a classe da sexualidade, pois são elementos que são reflexos das estruturas sociais e vivenciados pelos sujeitos de forma consubstancial.

É [...] tive sim preconceito pelo fato de ser homossexual, passei na seleção, tirei o primeiro lugar na prova, na entrevista eu fui barrado porque a minha chefe sabia que eu era homossexual e não queria um funcionário homossexual dentro da instituição. É tanto que eu fiquei sabendo disso depois que eu saí da instituição e quem me falou foi, justamente, as pessoas que me deram força para que eu entrasse porque [...] a segundo lugar que assumiu o cargo não ficou e como eu tinha conhecimento com algumas pessoas lá de vista não de amizade. Mas essas pessoas sempre me deram força e simpatizaram com a minha pessoa e começaram a [...] insistir com a [...] chefe lá do SENAC [...] pra que ela me chamasse que daria certo (Verde).

Os sujeitos LGBT que se inserem no mercado de trabalho ao estarem suscetíveis às diversas violências no espaço de trabalho, recorrem a elaborações de estratégias para atingir uma “aceitabilidade” dentro do espaço. Assim, a inserção no mercado, mesmo em cargos de baixo valor social agregado, os colocam como se tivessem que se redimirem por serem homossexuais, e estarem ocupando aquele cargo os coloca em uma condição de “devedor” onde a “dívida” deve ser quitada com um esforço dobrado. Podemos assegurar a afirmação com as seguintes passagens:

[...] aí falou pra mim que eu estava contratado para trabalhar sendo que, no final do dia, que foi o primeiro dia de trabalho em que todos gostaram muito da comida, foi muito elogiada pelo esposo dela, [...] pela sogra dela (a mãe dele) aí quando ela foi fazer as combinações comigo de salário, dia de trabalho, horário de chegada e de saída. [...] **Aí ela disse que no final do dia ele agradeceu a ela por ela ter tido essa iniciativa de ser petulante com ele e ir contra uma ordem dele que, no caso, ele estaria grato a ela por ter conseguido essa pessoa. Ai com o passar do tempo ela sempre me falava isso que ele cada vez mais falava e ainda comentava com ela de quando ele quis recusar por se tratar de um gay e que era muito agradecido a ela** (Laranja).

Outro relato se pode constatar é que a criatividade nas *estratégias de aceitabilidade* passa a ser um dos pré-requisitos para os sujeitos da diversidade sexual se manter no espaço de trabalho e que está “invisível” no currículo.

Mas aí como eu fui mais esperto e acabei descobrindo o ponto fraco dela que era a barriga, que acho que ela passava fome em casa, e comecei a alimentá-la do bom e do melhor e acabei com ela nas minhas mãos. Então, toda quarta-feira fazia o jantar dela, quando era dia de sexta-feira fazia o caldo dela, que ela gostava de sair nos finais de semana, **e eu acho que na casa dela não tinha porque só quem salvava eram meus caldos** (Verde).

Seja no espaço doméstico ou em serviços gerais nas instituições, sempre é exigido dos sujeitos pesquisados as formas de “reconhecimento” do seu trabalho com o máximo de esforço e criatividade para elaborar as *estratégias de aceitabilidade* mesmo que extrapole as

relações profissionais. Nisso porque são fatores externos ao ambiente de trabalho que colocam os sujeitos da diversidade sexual em condições inferiores.

Noutras palavras, defronta-se com uma realidade em que há um privilegiado que se apropria do trabalho alheio tanto pelo simples fato da instituição ser estruturada pela hierarquia dos postos de trabalho como por vivenciar um contexto heterossexista que submete os sujeitos da diversidade sexual da classe trabalhadora a uma condição inferior. Assim, se o trabalho na lógica burguesa é marcado pela exploração e hierarquia, aqui vale não esquecer que existe uma imbricação entre heterossexismo e capitalismo.

Da mesma forma que os dançarinos de forró, uma parte dessas pessoas envereda na profissão de cabeleireiro pelo fato de em algum momento da vida ter acesso gratuito ao curso profissionalizante, neste caso por uma política de qualificação dentro da empresa que foi alcançada de forma incisiva às investidas de impedimento. Por outro lado, a outra parte se direciona seguindo a influência de amigos próximos que já estão na profissão.

Através de um amigo meu [...] e, na época, a gente éramos muito ligados ainda hoje a gente tem uma boa relação, mas somos um pouco mais distante, não como antigamente. **Aí daí partiu a incentivo dele que eu deveria fazer um curso de cabelo, largar esse negócio de cozinha, mas eu falava pra ele que cozinha era porque eu gostava. [...] Aí daí eu fiz o curso aí comecei a trabalhar, aí tive oportunidade em vários salões como auxiliar** (Laranja).

Não foi também um caso isolado a influência dos amigos para uma parte do segmento se direcionar à profissão, se constatamos neste último caso um incentivo direto, menciona-se que este fenômeno pode ser identificado de forma mais sutil através da identificação sem necessariamente aparecer como uma imposição, como na fala de outro entrevistado: “[...] eu me identificava, **eu tinha alguns amigos que já eram cabeleireiros aí eu fui me aperfeiçoando, me ‘lançando’[...] me ‘lançando’ e estou aqui**” (Amarelo).

Além disso, também encontramos uma minoria dos sujeitos que se identificava com a profissão de cabeleireiro desde a infância e que já encontrava indícios nas brincadeiras infantis.

Desde o começo eu gostava de mexer em cabelo, desde muito novo eu gostava já de mexer, de pegar, cortar. [...] **eu cortava até os cabelos da boneca de [minha irmã], os cabelos de mãe, quando ela ia deitar ela pedia pra eu pentear, quando ela dormia, eu tchuco com a tesoura** (Azul).

Mesmo que não tenha aparecido como um vislumbamento, a atividade de cabeleireiro para o entrevistado foi direcionando para um sentido profissional desde cedo. Pode-se constatar esta familiaridade com a profissão desde a infância com os dançarinos de forró, que conseguiram alcançar a realização do sonho de exercer a profissão e que era nutrido desde criança. Se no caso dos dançarinos de forró, esses sujeitos conseguiram atingir a um objetivo

pretendido mesmo com todas as condições objetivas que os impediam de se inserir, ainda são essas mesmas condições que persistem e os levam a desistirem da profissão depois de alcançada.

Vale constatar que nem sempre estes sujeitos alcançam a realização da profissão que sonham, pois a outra metade dos profissionais pesquisados que enveredaram pela profissão de cabeleireiro não demonstrava o mínimo interesse na atividade na infância, mas pelo fato de haver grande incidência das condições objetivas que levaram para esta atividade (ver MARX; ENGELS, 2005). Afinal, não foi difícil enxergar que as projeções que permeavam no imaginário dos entrevistados na infância direcionavam para outras atividades que, por sinal, não necessariamente são marcadas por um trabalho feminino. Como se pode enxergar na fala: “Eu tinha vontade de ser cientista. [...] Aquele negócio que eles mexem com química para descobrir uma coisa. Eu acho aquilo ‘belíssimo’, ‘perfeito’” (Amarelo).

Ou até mesmo as profissões em que o heterossexismo surge com um pré-requisito fundamental para exercer, logo, os LGBT não têm a mínima chance de sequer tentar a busca pela realização desse sonho.

Na infância eu sempre sonhei, eu sempre quis muito lidar com aviação ser comissária de bordo, aeromoça, **mas eu não sei... eu acho que não existe aeromoça [...] travesti. Então meu grande sonho sempre era, minha vocação sempre era a aviação** (Laranja).

Aqui é possível denunciar a existência de determinadas profissões que exigem um perfil visual e que ressaltam nitidamente um impedimento aos sujeitos LGBT em se inserirem, principalmente, as sexualidades trans que já destoam do heterossexismo de forma ocular. Dessa forma, profissões como essas se tornam cada vez mais longínquas e se tornam um acréscimo ao impeditivo na concretização do sonho dos sujeitos da diversidade sexual.

No entanto, aliado a isso, outras condições objetivas como a de classe também impedem esses sujeitos de usufruírem do mínimo das possibilidades de sonhar com a concretização da profissão imaginada na infância e esse fator não apenas atinge a subjetividade dos pesquisados, mas também pode alcançar plano objetivo na vida desses sujeitos, expresso através da desistência da escola. Não é à toa que metade dos/as entrevistados/as já trabalhava na infância ou adolescência, o que atingiu de forma mais nítida em um desses dois planos ou, de forma mais drástica, nos dois.

A desistência da escola foi um acontecimento recorrente na vida dos entrevistados e reflete o caráter de classe que existe em todos os pesquisados que passam a se inserir no trabalho e abrir mão da escola para garantir as mínimas condições de sobrevivência, como se pode acrescentar “falta de tempo por causa do trabalho. **Toda vida que eu ia terminar o**

primeiro ano sempre é época de final de ano e sempre os salões são sempre muito lotado, aí não tinha como: eu tinha que escolher ou trabalhar ou estudar” (Azul).

Contrariamente, pode-se constatar que os casos de conclusão dos estudos se encerram para os entrevistados no ensino médio, ou seja, sem a possibilidade de se inserir no ensino superior, pois estão enfrentando sempre as condições objetivas adversas ao seu contexto escolar como podemos inferir através da trajetória de vida dos profissionais **Lilás** e **Verde** onde este relata sua infância na passagem: **“eu comecei a trabalhar com 08 anos de idade vendendo din-din, vendendo frutas, vendendo água em estação de trem. Desde os 08 anos que eu trabalho.** Eu ‘tava’ em casa e pedi pra minha mãe [...] fazer din-din e eu vender na rua aí ela fez, e começou” (Verde).

Porém, se estes conseguiram concluir o ensino médio à custa de muito esforço, existem sujeitos que são violados com condições objetivas mais cruéis e toda ou qualquer persistência na conclusão dos estudos se torna inválida diante do contexto em que vivencia. Ao final só resta se render e *seguir na direção da maré* como se constata na fala do entrevistado “[...] trabalhava na Dakota de serviços gerais, passei dois anos e três meses. Aí eu [...] não tava conseguindo conciliar trabalho com estudo. **Às vezes quando eu ia [...] estudar eu dormia mais do que estudava”** (Vermelho).

Dificuldades estas enfrentadas no ambiente educacional que se acresce com a homofobia que esses sujeitos vivenciam neste espaço tanto pelos/as alunos/as quanto pelos/as professores/as, o que foi relatado pela maioria dos sujeitos entrevistados vários episódios que deixaram sequelas e que ainda hoje permanecem vivas na mente.

Comumente fala-se da discriminação no ambiente escolar mencionando a dificuldade dos demais estudantes em “tolerar” a transgressão de um/a colega, aqui não é supérfluo ressaltar que a discriminação também parte dos/as próprios/as profissionais da educação que, muitas vezes, carregam a característica de autoritarismo pelo cargo hierárquico que ocupa no espaço. Segundo pesquisa da FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) afirma que 59,7% dos/as professores/as afirmam ser inadmissível a relação homossexual sem qualquer intimidação (CAVALCANTE; SILVA, 2014). Em outras palavras, os sujeitos da diversidade sexual encontram-se passíveis às diversas discriminações por todos em que lhe circundam como se pode enxergar em um dos relatos do diário de campo.

Dentro dos assuntos que foram tratados estavam falando sobre educação, [Verde] relata um episódio que aconteceu com ele na sala de aula, segundo ele ao chamar alto mencionando a palavra “tia” a professora o tratou com discriminação e autoritarismo, impondo que o aluno mudasse sua voz, pois era “gasturenta”. Nunca esquecendo o nome da professora que o tratou de forma incisiva, o profissional diz que se a vesse na rua relataria sobre o caso e acrescentaria que a educadora poderia ser processada pelos danos psíquicos causados no seu tratamento com o aluno.

Ainda afirma que depois do episódio, **quando criança antes de ir à escola, [Verde] deixava água em uma bacia exposta no sol e em seguida gargarejava na busca por mudar sua voz** (Trecho do Diário de Campo).

Se nesta passagem é possível enxergar que a opressão LGBT se apresenta através do abuso autoritário do cargo de educador/a sobre aluno/a de forma hierárquica, vale ressaltar que a hierarquia também impera na opressão entre os/as estudantes, pois a disparidade entre as sexualidades advém de uma sociedade que valoriza a heterossexualidade em detrimento das demais. Em outras palavras, a hierarquia está para além das paredes escolares, estas consistem apenas em uma das esferas onde os sujeitos da diversidade sexual se inserem. Sobre a opressão entre os/as estudantes, pode ter o seguinte relato:

[...] o maior índice de homofobia eu sofri foi na escola de eu vir da porta da escola até chegar na porta perto da minha casa com quatro, cinco garotinhos, molequinhos gritando, gritando, gritando nos ouvidos: “Viadinho!”, “Bichinha!”, “Oh o Viadinho!”, “Oh a Creuzinha!”, “Olha como ela anda!”... Eles gritavam porque eles queriam que eu revidasse e minha mãe dizia assim: **“Nunca revidar, enquanto eles não lhe agredirem fisicamente você não vai revidar porque eles querem que você revidar pra que eles agridam você.** Aí vai dá uma violência porque seu pai vai atrás do pai deles e a gente não quer... você quer que isso aconteça?”, eu dizia: “Não”. “[...] Tá, então [...] se mantenha no seu lugar, não provoque eles, não converse com eles, não esteja no grupo deles se afaste ao máximo que puder por mais que gritem nos seus ouvidos. Não lhe tocando é o que importa porque a partir do momento que baterem em você aí eu, como sua mãe, vou tomar uma providência”. Então, na escola [...] era gritante naquela época, né?”(Lilás).

Neste caso, quando a opressão LGBT na escola é relatada no âmbito familiar, este tanto pode encontrar medidas de “correção” através do policiamento da vítima seja na forma mais incisiva e cruel como a tentativa de “ajuste” do comportamento transgressor ou por meio de medidas de reclusão e isolamento do sujeito, mas sempre é a vítima que deve ser o alvo de tais medidas.

É nesse percurso que os/as cabeleireiros/as entrevistados/as do *Divas Days* passam pela escola com uma violência consubstanciada entre classe e sexualidade e, por isso, as projeções para combater a violência homofóbica na escola deve ter a ousadia de superação da sociedade de classes, como afirma Cavalcante e Silva (2014, p. 02):

[...] enxerga-se a necessidade de entender que, também dentro da educação, as demandas desses setores oprimidos estão intimamente confrontadas à lógica atual que rege as relações sociais, políticas e econômicas do modo de produção capitalista. Só nessa articulação se conseguirá aprofundar o debate e combater o cerne de toda e qualquer opressão que assola a sociedade, caso o contrário, limitar-se-á apenas no enfrentamento da manifestação da opressão e não na construção de valores lúdicos com a superação dessa sociedade que hierarquiza as diferenças.

Assim, os sujeitos pesquisados alcançam, no máximo, a conclusão do ensino médio, o que, conseqüentemente, fica relegado para eles apenas os postos de trabalho mais baixos no mercado. Por isso, a possibilidade que encontram de um curso profissionalizante de

cabeleireiro aparece como uma via para a melhor inserção no mercado, uma vez que as atividades do setor de serviços ligadas ao embelezamento são crescentes como é possível assegurar na passagem

O setor de serviços, conforme o IBGE (2005), absorve 56,6% da ocupação da mão de obra feminina, além do que as atividades ligadas ao embelezamento e à manutenção da juventude têm crescido muito, graças aos padrões culturais de exigência para com os modelos sociais do corpo, submetidos às novas coerções estéticas, tanto para mulheres quanto para os homens (SILVEIRA, 2006, p. 245).

Diante disso, o curso profissionalizante de cabeleireiro permite com que se possa inserir em postos de trabalho que são considerados melhores como é possível analisar através da seguinte afirmação: “[...] eu acho, assim, que **tem muitas coisas que ela dá mais oportunidade que uma cozinha como, por exemplo: [...] custo financeiro, em descanso, essas coisas**” (laranja).

Além disso, soma-se a oportunidade de ser “dono” de um empreendimento como pode ser evidente através da fala de um dos entrevistados “[...] **me deu as condições de ser dono, de chegar na hora que eu quero e sair a hora que eu quero às vezes, porque às vezes tenho a vontade de sair e eu não posso porque ‘tô’ com cliente.** Mas, pelo menos, a hora de entrar é uma das [...] riquezas” (Verde).

Daí ressaltar que o setor de serviço e a informalidade advêm das remodelações que a indústria tomou com a *liofilização organizacional*⁴³ (ANTUNES, 2002, p.110) e as consequências foram a massificação do desemprego e, por conseguinte, a ampliação da oferta de setor de terciário (serviços e comércio) ou “fenômeno da terceirização” (CARDOSO JR. apud LIRA, 2002, p, 147), como denominam. Assim, o plano aparente de uma maior flexibilidade do trabalho ou “oportunidades”, como foi mencionado nas falas, camufla o real sentido que a informalidade assume dentro da reorganização do modelo de acumulação. Por isso, a informalidade tende a ser uma tendência.

Na medida em que o aumento da produtividade e a desregulamentação das relações de trabalho contribuem para a disponibilidade crescente da força de trabalho à procura de emprego e para fragilizar as negociações coletivas, o trabalho formal, estável, em tempo integral e socialmente protegido tende a ser uma categoria do passado (TAVARES, 2002, p.51).

Dessa forma, o incentivo crescente ao incremento tecnológico na fábrica ao substituir trabalho vivo pelo trabalho morto gera uma população “sobrante” atingida pelo desemprego e

⁴³ Processo marcado pela diminuição do trabalho vivo (força de trabalho) em detrimento do aumento do trabalho morto (maquinário e incrementos tecnológicos). Assim, busca “[...] aumentar a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do sobre-trabalho em tempo cada vez mais reduzido” (ANTUNES, 2002, p. 110). Esse processo resulta na crescente massa de “sobrantes” para postos de trabalho no setor de serviços e comércios, enquanto a empresa se tona cada vez mais “enxuta”.

que são direcionadas dentro do processo do ciclo do capital para as atividades de circulação e valorização do capital, é assim que essa parcela passa a ser funcional para o capital.

A informalidade pode ser entendida como um fenômeno heterogêneo onde é composta pelos diversos segmentos da classe trabalhadora e com os níveis de remuneração dos mais variados, mas lógico, que a absorção maior é de uma parcela mais próxima da base salarial. Segundo Lira (2002, p. 143):

A heterogeneidade do trabalho na informalidade incorpora assimetrias com relação a renda, pois é possível encontrar desde trabalhadores com excelente nível de renda, uma minoria, até aqueles cuja remuneração mal garante o consumo mínimo necessário para si e sua família, e que são maioria.

Consequentemente, a inserção nessa modalidade de trabalho é marcada pela desresponsabilização institucional, ou seja, da mesma forma que esse *status* de liberdade e autonomia aparece para o trabalhador no trabalho também isso segue, na mesma proporção, quando está suscetível aos riscos expostos do trabalho. Assim, é que “a informalidade está associada às ocupações nas quais as relações de trabalho não obedecem à legislação trabalhista” (LIRA, 2002, p. 143).

Por isso, a necessidade desvelar as articulações que interligam a relação entre trabalho informal dentro do círculo de acumulação do capital, afinal, o cenário com que se defronta é de uma nebulosa omissão que se restringe ao plano aparente onde para a “[...] economia vulgar, o capitalismo contemporâneo engendra situações que obscurecem as fronteiras entre atividade industrial e serviços, entre trabalho produtivo e improdutivo, entre trabalho formal e informal, e ainda entre emprego e desemprego” (TAVARES, 2002, p. 55).

No caso cearense, o “fenômeno da tercerização” foi bem diferente do contexto das grandes metrópoles pelas suas particularidades regionais de crescimento econômico. Isso porque se o Brasil tem na sua história a característica de uma industrialização que se inicia nos anos de 1930 o nordeste terá apenas em meados dos anos 1960, o que não significa dizer que não existiam indústrias no cenário local, pois como afirma Andrade:

Desde o final do século XIX, algumas cidades da região já possuíam um parque industrial pertencente a um poder oligárquico familiar. Havia ponderável produção de charutos e cigarros, chapéus, carroças, couros e peles, cimento, mas o grande destaque veio para as indústrias açucareira, têxtil e de óleos vegetais (apud JÚNIOR, 2003, p. 69).

A diferença dessa industrialização que se inicia mais tardiamente em solos nordestinos é porque ela vem acompanhada de uma tentativa de “maior integração do território nacional”, ao contrário da que já existia anteriormente que visava interesses das oligarquias locais ou *clãs familiares*, como afirma Nobre (apud MEDEIROS; CAVALCANTE; OLIVEIRA, 2014,

p. 149). Afinal, o poder econômico de algumas famílias no nordeste alcançava um grau expressivo pela apropriação privada das matérias-primas através da grande concentração de terra, pois a industrialização anterior à década de 1960 pode ser caracterizada como “no geral, a atividade se deu muito mais como um prolongamento da agricultura, porquanto se ocupou da transformação da matéria-prima local e se concentrou nas mãos de grupos familiares” (JÚNIOR, 2003, p. 71).

Nesse sentido, o estado do Ceará foi um grande expoente na agro-exportação tanto na pecuária com as charqueadas como na agricultura com algodão, que se adaptou bem ao clima semiárido nordestino, aqui se destaca o município de Iguatu que, ao se localizar na região do centro-sul cearense, teve predominantemente na sua história o registro dessa atividade econômica onde “[...] durante muito tempo, teve sua economia assentada na cotonicultura, tendo sido o maior produtor do estado e um dos principais do Nordeste” (MEDEIROS; CAVALCANTE; OLIVEIRA, 2014, p. 149 – 150).

Essa proposta de inserir o nordeste através da “integração nacional” camuflava reais interesses de uma submissão industrial do nordeste ao sudeste no plano econômico, uma vez que o processo de industrialização do nordeste não contava com o mesmo porte de indústrias do sudeste, enquanto este era responsável pela produção de bens duráveis, o outro fica com a industrialização de matéria-prima do que era proveniente da localidade (JÚNIOR, 2003). Em suma, a estratégia da centralidade do nordeste no “desenvolvimento econômico” carregava a intencionalidade de aproveitamento lucrativo das disparidades econômicas entre as regiões sudeste e nordeste, pois “é possível verificar, nesse sentido, que os investimentos industriais para o Nordeste consistiam num instrumento de obtenção de superlucros com base na desigualdade regional” (JÚNIOR, 2003, p. 70).

O processo de industrialização que atingiu o nordeste por meio da “integração nacional” foi direcionado no Ceará para atividades do ramo em que já se produzia no estado, assim, não pode ser caracterizado como mudanças bruscas, já que “os maiores privilégios ficaram para os ramos têxtil, alimentar e de calçados, ou seja, vocações produtivas já tradicionais no Ceará” (JÚNIOR, 2003, p. 72).

No mesmo passo, o “fenômeno da tercerização” também foi comum no período de industrialização no Ceará iniciado na década de 1960 que, inversamente ao contexto mundial, não foi uma consequência da eliminação dos postos de trabalhos fabris, mas de uma atividade ligada ao comércio que instaurava um modelo econômico moderno que se afastava do modo agroexportador. Assim, indústria e comércio caminhavam juntos para a “modernização” das atividades econômicas do estado, como afirma Júnior (2003, p. 72):

Com efeito, em 1978 a economia cearense assistiu à passagem de um sistema produtivo agrário-exportador para outro centralizado na indústria e no terciário. O que se observou a partir de então foi a superação do tradicional ordenamento econômico, na qual a antiga proeminência das atividades agropecuárias abriram espaço para uma economia moderna e dominada pelas relações eminentemente capitalistas.

O município de Iguatu expressa o reflexo dessa conjuntura estadual com o “fenômeno de tercerização”, pois no centro-sul do Ceará é possível averiguar que “na economia da região predominam atividades próprias do setor de serviços e da agropecuária” (MEDEIROS, CAVALCANTE, OLIVEIRA, 2014, p.150). Nas atividades do setor de serviços é que os profissionais do *Divas Days* se inserem no mercado da beleza ao terem seus próprios salões, que é produto e conquista do que enfrentaram no momento de construção com incidências adversas, seja por razões de classe ou por sexualidade.

Entrei e [Vermelho] pediu para que eu entrasse até seu “salão”, era no quintal, de forma bem improvisada, atendia a duas clientes, recentemente tinha um lavatório, mas não foi instalado ainda, enquanto isso lavava os cabelos das clientes na pia. Tinha um espelho médio e uma cadeira de escritório, a penteadeira era uma “fruteira”. A máquina de lavar também compartilhava aquele espaço no fim da casa, junto com uma estante em que vez por outra se pegava talheres. **Em um momento da nossa conversa, [Vermelho] fala a respeito da pia que serve de lavatório: “às vezes da vergonha, mas é isso mesmo começa de baixo”** (Trecho do Diário de Campo).

Nesse caso, é possível constatar que quando se tem um apoio familiar no incentivo à iniciação do trabalho de cabeleireiro, as condições de classe persistem, mas não são impeditivos em que o profissional enfrenta sozinho. Ao contrário daqueles que não se têm o suporte familiar pelo simples fato de ter uma sexualidade transgressora e, consecutivamente, se exige deles um duplo esforço para se reerguer e resistir, como se pode constatar:

A minha mãe se eu lhe contar você vai dizer é mentira [...] **mas quando eu comecei a trabalhar em casa eu acho que ela não tava com muita “fé”, não acreditava. É tanto que [...] teve um dia que ela chegou e quase espantou os clientes porque estavam sentados nos móveis dela e eu fiquei super chateado porque [...] eu estava começando a trabalhar, mostrar meu trabalho e incentivo dentro da minha própria casa eu não tinha** (Verde).

Assim, é que os sujeitos pesquisados enfrentam questões de classe e de sexualidade na construção dos seus espaços de trabalho e, por mais, que estas questões possam aparecer isoladas para um ou outro sujeito, elas sempre estão mescladas, pois os sujeitos são carregados de história e indivisíveis.

Não é só no processo de inserção que os/as cabeleireiros/as LGBT enfrentam as dificuldades adversas ao seu trabalho, aqui a profissão por mais que absorva e reconheça o vasto espaço que o segmento conquistou ainda não pode ser considerada como isenta dos rebatimentos de uma sociedade heterossexista, ou seja, assim como nos outros postos de

trabalho ou na escola, o salão também expressa que não é um espaço recluso ou isolado da sociedade, por isso, marcado por reflexos conjunturais.

[...] de uma senhora não permitir que o filho dela não fosse cortar o cabelo sozinho porque no fundo eu percebia que ela não confiava deixar o filho dela sozinho comigo. Então eu sentia [...] eu vejo isso como homofobia, né? **Como uma desconfiança, como uma falta de crença que eu seja cabeleireira, mas eu também posso ser uma pedófila, eu também posso ser uma pessoa que destorce a mente do adolescente, eu também posso ser uma pessoa que posso influenciar ou então trazer esse adolescente pra mim de forma que não cabe a ele**, né? Já aconteceu isso no salão, isso me deixou meio triste, mas passa (Lilás).

Nisso, é impossível que os sujeitos ao entrarem no salão deixem suas concepções fora do estabelecimento porque o profissional é LGBT, pois “[...] o *indivíduo social é um produto histórico fruto de condições e relações sociais particulares* e, ao mesmo tempo, criador da sociedade” (IAMAMOTO, 2012, p. 38, grifos meus). Porém, essa violência pode ser manifestada através da operacionalização do trabalho desses sujeitos.

[...] até com o próprio homem **se a gente passar muito tempo dando uma arrumada no cabelo, acha que a gente tá “alisando” muito macho**. Às vezes tem [...] alguns cortes, algumas técnicas que precisam de uma atenção melhor, eu acho que isso aí conta também. **Eles observam muito isso, eles têm esse pensamento que acha que a gente tem algo alisando** [...] (Amarelo).

Nesta passagem, enxerga que o trabalho se torna uma abertura para suscitar os questionamentos que já existiam, mas passam a ser acionado, assim, o trabalho passa a ser a via concreta em que se direciona a opressão, o trabalho e, portanto, a capacidade do LGBT é posto à prova pelo cliente. Em suma: o salão de beleza também é um espaço carregado da opressão à diversidade sexual pelo fato de ser nutrido por relações sociais estas que não estão isentas das investidas heterossexistas, o vetor da violência vem seja de clientes ou acompanhantes.

O fato de existir discriminação aos/às trabalhadores/as LGBT dentro do espaço de trabalho, logo, também se recorre a *estratégias de aceitabilidade* dentro do salão de beleza. Não é à toa que não existem diferenças tão significativas em relação aos outros postos de trabalho em que ocupam, uma vez que a opressão seja em qual local for é oriunda da mesma base, o heterossexismo.

Diferentemente dos postos de trabalho formais, quando se inserem, em que as estratégias estavam direcionadas para um padrão ou restritas ao reconhecimento dentro do ambiente de trabalho, no salão de beleza a busca por um reconhecimento está direcionada para um mercado, ou seja, o reconhecimento é maior e mais difícil para se alcançar. Porém, carregam sempre o mesmo fundamento de ser direcionada no intuito de “amenizar” a sua sexualidade transgressora através de um trabalho que custa dedicação e esforço maior que o

encontrado no mercado. Caso contrário, a figura do LGBT continuará sendo reproduzida como se alastra no cotidiano.

[...] eu acho que os homossexuais se identificam mais, se destacam mais nos seus trabalhos. A cabeleireira heterossexual e o cabeleireiro heterossexual [...] Ele não tem tanta afinidade quanto [...] o homossexual porque o homossexual quanto mais ele sabe, mais ele aprende, mais ele pesquisa pela forma **de querer [...] ser melhor, de querer estar igual, de querer o mesmo direito, de querer receber o mesmo elogio, de querer estar realmente onde merece estar. Então eles acabam sendo mais diplomados, acabam sendo mais excelentes nos seus trabalhos. Então eu acho que eles acabem se destacam mais que os heterossexuais** (Lilás).

Assim, as *estratégias de aceitabilidade* no salão de beleza não ficam restritas ao ambiente de trabalho com nos postos formais, mas a uma disputa que envolve o mercado de beleza onde o que deve se sobressair é a “perfeição do trabalho”. Dessa forma, as *estratégias de aceitabilidade* perseguem os/as LGBT aonde quer que persistam em ir, não há descanso, não há privilégio, tem que ser o/a melhor. “[...] até porque a gente mesmo, a gente se destaca melhor porque a gente se esforça sempre em ser o melhor seja lá qual for a profissão. [...] **A gente sempre tem que ter um destaque melhor seja lá o que for fazer, mesmo que seja um engraxate**” (Amarelo).

Então, no caso dos/as cabeleireiros/as LGBT, a busca pelo reconhecimento de um trabalho tem uma escala maior para alcançar a legitimidade no mercado e sempre na busca por quebrar a inferioridade que está submetida na disparidade com os/as heterossexuais. Some a busca pelo reconhecimento dos LGBT no mercado através de um esforço incessante no aperfeiçoamento do trabalho, uma série de crenças que inferiorizam a mulheres dentro de uma profissão feminina⁴⁴ e os elementos próprios de uma cultura do segmento que se manifestam no processo de trabalho, logo, expressará de forma imediata, aos olhos leigos, uma profissão marcada pelo segmento LGBT, como se pode enxergar.

Um cabelo [...] hoje a maioria das pessoas que fazem cabelo comigo as femininas deixaram de sair dos cabelos das femininas heterossexuais para ir para os homossexuais por conta que se garantem mais, fazem o trabalho mais bonito, é... se dedicam mais. **As mulheres sempre visam: “Ah, eu não vou cortar meu cabelo com mulher não porque ela pode estar nos seus dias... podem estar menstruadas e meu cabelo não vai crescer e não fazem um cabelo bonito e não se garantem tanto como os viados, os viados puxam mais os cabelos”, eu vou logo no nome popular brasileiro, né? “Os gays puxam mais os cabelos e deixam mais bonito, deixa na escova, deixa mais brilhoso”.** Cada cabeleireiro tem um truque, né? Pra deixar um tchan bonito, um tchan diferente no cabelo da cliente. E assim está até hoje por conta disso (Vermelho).

⁴⁴ Ramírez (2011) em seu estudo sobre masculinidades com as profissões de cabeleireiros, estilistas (cabeleireiros modernos) e barbeiros da cidade de Bogotá identificou que existe preferência das clientes por cabeleireiros gays, uma vez que mulheres cabeleireiras enfrentam mitos que relacionam as mudanças hormonais ao comprometimento dos cabelos das clientes. Consequentemente, as mulheres engendram para outras profissões no salão onde “o mito da *má mão* das mulheres para cabelo gera estereótipos que as encarceram em trabalho de manicure e pedicure” (grifo do autor). Trecho original: “El mito de la *mala mano* de las mujeres para el pelo genera estereotipos que las encasillan en el trabajo de manicure y pedicure”.

Isso não se passa despercebido e repercute em um reconhecimento público desse segmento dentro da profissão, logo, atinge um espectro de naturalização, com um pensamento simplista de que uma sexualidade transgressora está diretamente ligada a um rol de atividades seja cabeleireiro, decorador, estilista, cozinheiro, cuidador, dançarino ou, mais precisamente, profissões marcadas pelo feminino na divisão sexual trabalho. Assim, um pensamento simplista, sem mediações com a realidade, assimilará que estas atividades são coextensão natural de uma sexualidade transgressora.

Consequentemente, se constrói uma identidade do segmento dentro do espaço de trabalho como se fosse um dote natural que esses sujeitos nascem onde, no plano fenomênico, a sexualidade dissidente seria também algo naturalizado (um dado biológico) sem influências sociais e históricas e teria seu espaço reservado com marca feminina na divisão sexual do trabalho.

E, de fato, entre as qualidades mais frequentemente atribuídas a identidade de "bicha" estão a criatividade, a sensibilidade artística e o humor, como se fossem propriedades *naturais*. Mas estas características que realmente são comuns a muitas bichas, o são justamente porque há uma relação importante entre a criação artística, a ambiguidade, o humor e uma visão crítica da sociedade, muitas vezes manifestada pelos homossexuais através de um comportamento caricaturalmente efeminado, conhecido como "fechação" (FRY; MACRAE, 1985, p. 57 – 58, grifos dos autores).

É lógico que o fato dos profissionais se reconhecerem e se realizarem com o fruto do trabalho contam para que a profissão de cabeleireiro seja um posto de trabalho permanente. Porém, em síntese: estes profissionais não almejam outra profissão quando se inserem no ramo seja por fatores objetivos de já terem alcançado a realização em uma outra profissão, mas que impedem de prosseguir (dançarino de forró) ou por possibilidades de alcançar o próprio empreendimento e se livrar dos constrangimentos da hierarquia que o trabalho formal traz, como por subjetivos de se identificarem com algum dos ramos da profissão de cabeleireiro (química, corte masculino, escova, penteados).

Importantíssimo pontuar os aspectos subjetivos que permitem aos profissionais cabeleireiros se identificarem com algum destes ramos da profissão, visto que encontrar *estratégias de aceitabilidade* em um espaço de concorrência mais expressivo que os postos formais não são uma tarefa fácil, ao ponto da identificação tornar a profissão uma atividade prazerosa. Não é à toa que aqui aparece nas entrevistas as lésbicas quando os/as entrevistados/as mencionam que elas se identificariam com atividades ligadas ao masculino.

[...] a lésbica masculina, o homem trans, a lésbica homem trans aquela mulher muito homem, que se impõe como homem ela busca uma profissão masculina, ela busca ter uma atitude e uma profissão que caracterize ela como homem. É como se ela fosse uma mulher do sexo masculino, entendeu? E não do sexo feminino. Ela atua

realmente, ela gosta de atuar realmente como homem. Então eu acho que é por isso que ela não se identifica muito com o cabelo. **Já o cabelo está para uma mulher, da deusa, do glamour, do transformista tudo dela é feminino, já a lésbica homem trans é ao contrário, é invertido ela vai buscar o que a gente não quer que é esse trato em uma profissão masculina** (Lilás).

Se a profissão de cabeleireiro/a pode ser assimilada com caracteres artísticos, de glamour, de transformar onde para os que atuam enxergam que “[...] **chega a ser uma arte**” (Amarelo) e que há uma limitação de heterossexuais na atuação em relação aos homossexuais como é evidente na fala “[...] eu fiz um seminário agora dessa linha italiana que eu trabalho aqui e o profissional era homem, homem casado, e ele, um grande profissional, **mas ele não se destacava em pequenos detalhes que tivesse mais delicadeza como em maquiagem, penteado**” (Amarelo). É importante que análises como essas sejam abordadas da perspectiva de busca por desconstrução de princípios naturalizantes, que refletem a predominância e reprodução das hierarquias como “o coeficiente simbólico negativo atribuído a ‘mão’ das mulheres, tem como correlato a valorização e a identificação da ‘mão’ de homens heterossexuais e gays com o bom, o sensível, o artístico e o criativo”⁴⁵ (BOURDIEU apud RAMÍREZ, 2011, sem página, tradução minha).

Não entender a complexidade de mediações que circundam o objeto pode levar a cair em armadilhas que foram comuns no período em que buscavam definir a homossexualidade como doença ao elencar e incorporar uma série de atributos inatos, como se pode constatar

Chegou a conclusão de que os uranistas sofrem de uma mancha psicopática, que mostram sinais de degenerescência anatômicos, que sofrem de histeria, neurastenia e epilepsia. Acrescenta ainda que “na maioria dos casos, anomalias psíquica. **(disposição brilhante para a arte, especialmente música, poesia, etc., ao lado de poderes intelectuais maléficos ou excentricidade original)** são presentes e podem se estender a condições salientes de degeneração mental (imbecilidade, loucura moral)” (FRY, MACRAE, 1985, p.64, grifos meus).

Como o exercício feito na exposição, longe aqui de essas atividades serem um dote ou um atributo natural em que o sujeito LGBT nasce e que estão incorporados a sua sexualidade dissidente, elas são fruto da interação entre o sujeito e as condições objetivas com que se defronta. Caso contrário, poderá cair na armadilha de naturalizar os fenômenos, o que se torna um risco maior para aqueles/as que transgridem as fronteiras do sexo e para o debate teórico da sexualidade.

Se analisar historicamente, pode-se enxergar o rico elemento que a articulação trabalho e sexualidade podem apresentar para as análises, pois como cada grupo de oprimido dentro dos espaços em que se insere carrega e constrói crenças, estórias e folclores que demarcam a sua presença ali. Dessa forma, também é possível identificar na atividade de

⁴⁵ “El coeficiente simbólico negativo atribuido a la ‘mano’ de las mujeres, tiene como correlato la valoración y la identificación de la ‘mano’ de los hombres heterossexuales y gays con lo bueno, lo sensible, lo artístico y lo creativo”.

cabeleireiro o que os antepassados LGBT deixaram de legado para as gerações vindouras como se pode destacar a *técnica do pente*

É assim: ele [o cabeleireiro] tá cortando o cabelo com o rapaz aí deixa que o pente caia sobre o colo para quando ele for pegar o pente ou a tesoura pegar no órgão genital. [...] Não é que seja comum é porque essa fama já existe a muito tempo. Desde que quando eu era criança eu já ouvia falar dessa história do pente, mesmo antes de eu pensar em me engajar nessa profissão, eu já ouvia falar dessa história do pente: “Ah, fulano de tal deixa o pente cair” (Azul).

Daí que além do puramente técnico o trabalho desses sujeitos no espaço também é carregado de histórias, de identidades, de crenças porque os sujeitos não são partes isoladas e divididas, ou seja, se são cabeleireiros/as não anula serem LGBT. Por isso, o trabalho como um importante elemento para compreender os sujeitos como históricos com suas particularidades onde se produz e reproduz na sociedade.

Aqui o trabalho oferece consistentes subsídios para compreender a consubstancialidade com a sexualidade transgressora em uma importante ressalva das condições objetivas e subjetivas que os sujeitos se defrontam em um processo de sociabilidade marcado pelo heterossexismo e capitalismo. Nesse sentido, urge como necessário o desbravamento para entender como a sexualidade transgressora se expressa em outros postos de trabalho ou que outros elementos podemos enriquecer a análise desse debate que se revelou profícua sua contribuição.

O elemento do trabalho permite fazer recortes importantes de quais sujeitos LGBT está se pesquisando, como o de classe, uma vez que quem sobrevive do trabalho é a classe trabalhadora e que, além disso, o trabalho é um elemento indispensável para qualquer sociedade. Então, mais que recorte de classe, o trabalho permite demarcar a sociabilidade em que os sujeitos da diversidade sexual se inserem.

Assim, as sexualidades transgressoras não estão apenas submetidas a opressão de um regime político que tem a heterossexualidade como instituição, mas também podem estar submetidas a uma condição de classe trabalhadora que as desfavorecem no plano material e espiritual. Isso se revela importante porque complexifica a opressão LGBT e permite compreender os elementos consubstanciais de sexualidade e classe. Afinal, não é à toa que o vermelho escarlate da luta de classes é a primeira cor do arco-íris da diversidade sexual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredito que a busca do conhecimento não se encerra, então não há como concluir algo ou esgotar um objeto de estudo. Assim, esse espaço fica aqui registrado como a pretensão de uma síntese do que elaborei no curso dos últimos meses de pesquisa por meio da apreensão da realidade com que me deparei nos anos em que passei a morar em Iguatu.

Nesse sentido, a contribuição deste recente pesquisador que escreve, advém de outras determinações para além da “tortura” prazerosa em pesquisar adotando o método do materialismo histórico dialético, vem do produto do trabalho que meus/minhas antecessores/as realizaram ao retirar minérios e metais para a construção desse notebook, da mesa e da cadeira que me dão suporte, de outros/as trabalhadores/as que não necessariamente transformaram a natureza, mas que ao venderem sua força de trabalho me permitem escrever e estudar, como o pedreiro e a cozinheira que me sustentam. Então, não tem como dizer que o trabalho é só meu se, além desses/as trabalhadores/as, também é fruto de outras sínteses produzidas por autores/as que me apropriei.

Os/as demais autores/as com certeza também tiveram trabalhadores/as que lhe deram suporte na construção do seu trabalho quer eles/as tenham enxergado isso ou não, pois a existência do objeto independe da apreensão do sujeito. Não se deve negar essa processualidade que, se às vezes, enxergamos, em outras horas, perdemos de vista e acabamos naturalizando os fenômenos. Dessa forma, é que iniciei o debate da construção do sujeito com a sociedade por meio da mediação central da relação homem-natureza: o trabalho.

O trabalho, para além de uma categoria teórica, existe enquanto existir sujeitos seja qual for o modo de produção, sempre necessitará da relação sujeito e objeto através do trabalho para a existência da sociedade e é assim que tanto o sujeito como o trabalho é carregado de elementos históricos que permitem a sua apreensão. Seria ótimo se o trabalho que tivéssemos aproximação nos dias de hoje fosse uma atividade de realização humana e, portanto, portadora não apenas de *valor uso*, mas também do valor de satisfação e reconhecimento.

Porém, a apropriação privada dos meios de produção introduz uma série de alterações que repercutem no trabalho e em toda vida social como o advento das classes sociais. Se, de um lado, tem uma classe que é detentora da propriedade privada, por outro, existe uma classe destituída e, conseqüentemente, inserida em um contexto que lhe direciona para um trabalho forçoso e alienado, o trabalho assalariado.

A partir daí é que se configura a produção de mercadorias e que o trabalho passa a ser um estatuto central para as elaborações da economia política onde Marx desvendou a chave ao se abster dos conceitos metafísicos da economia política clássica. Ou seja, é a partir do valor de troca que o trabalho passa a ser encarado como objeto da economia política.

Então, o primeiro capítulo foi construído com a centralidade da categoria trabalho desde princípio ontológico ao mercantil, uma vez que a importância consiste em entender em como trabalho se insere dentro das relações sociais, o seu caráter muda ao passo da história dos modos de produção. No subitem 1.2 centralizo esforços na categoria da divisão social do trabalho que também remete aos níveis de complexidade que a sociedade vivencia por meio das formas de propriedade que se instaura em cada contexto.

Nesse sentido, o trabalho passa por um processo de divisão maior entre campo e cidade e, em seguida, com os diversos ramos da agricultura, indústria e comércio e, por fim, dentro do ambiente produtivo. Logo esse entendimento permite encarar a mercadoria como produto de um trabalho social onde o indivíduo dedica uma das suas habilidades para a sua produção e não todas, assim, o trabalho na sociedade salarial assume configurações que não se restringe ao intercâmbio orgânico entre homem e natureza, visto que na sociedade salarial a mercadoria independe das suas formas corpóreas. Isso porque assumi a posição de que o trabalho deve ser sempre considerado dentro das relações sociais em que se estabelece.

Em seguida, também expressei o posicionamento de autores/as que cindem com a concepção de trabalho que se restringe apenas na transformação da natureza, afinal, vivemos em um contexto que as mercadorias por mais que tenham seu valor de uso, são valorizadas pelo seu valor de troca. Porém, por mais que se enxergue uma mudança da sociedade em que predominava o trabalho útil para o trabalho abstrato por meio da propriedade privada e a produção do excedente, ainda se encontra elementos de um trabalho que atravessa todas as épocas, a divisão sexual do trabalho.

A divisão sexual do trabalho é estruturada em dois princípios o de diferença e de hierarquia, ou seja, existem trabalhos de homens em contraposição ao de mulheres e, além disso, o trabalho de homem tem um valor social agregado maior que o da mulher. Assim, é através do trabalho que se constrói sujeitos e que são incorporados papéis sociais através do sexo.

Diante disso, a sociedade constrói sujeitos sexuados em pilares sólidos do trabalho, mas também estabelece uma certa “dependência” de um trabalho ao outro através da família onde um trabalho público depende de um trabalho doméstico. Então, a dependência dos sexos por meio do trabalho, permite inferir que além de sujeitos sexuados, a divisão sexual do trabalho forma sujeitos heterossexuados.

Porém, existem na sociedade sujeitos que não comungam com as exigências do que é “ser homem” ou “mulher” construído socialmente, que são os sujeitos que transitam entre as fronteiras do sexo ou se negam a se inserir. Trato aqui do segmento LGBT que transgride o modelo de sexo que lhe é imposto e que, por isso, está submetido às diversas formas de opressão tanto de forma ideológica como material com a violência física.

Com isso, a chave para entender esse fenômeno é fazendo um resgate histórico para abordar a sexualidade nos diversos modos de produção e enxergar que ela nem sempre foi encarada como hoje. Em outras palavras, existem fatores e interesses concretos que fazem da heterossexualidade uma instituição ou, mais precisamente, o heterossexismo como legitimação da propriedade privada. Além disso, a própria opressão que atinge aos segmentos subalternos cumpre seu papel funcional e auxiliar para o regime capitalista. Ela é funcional porque justifica a exploração e se apropria da hierarquia para a extração da mais-valia de forma mais extenuante, ao passo que é auxiliar porque segmenta a classe trabalhadora, cria um abismo entre ela mesma, afastando o reconhecimento de classe dos segmentos que a compõe.

Há um aprofundamento da alienação dos sujeitos da classe trabalhadora pela sua heterogeneidade, esta se torna uma ferramenta que o pensamento burguês encontrou para afastar de uma consciência de classe para si. Assim, a heterogeneidade da classe trabalhadora pode ser muito bem enxergada pela consubstancialidade das relações sociais de sexo, classe e “raça”, uma vez que estes elementos são predominantes na sociedade burguesa e existem sujeitos que são atingidos por essa simbiose.

Pode-se enxergar que sujeitos que são atingidos pelos elementos de classe e sexo, entendendo a categoria sexo como uma imbricação da sexualidade e do gênero na construção dos sujeitos, fazem os sujeitos sexuais e heterossexuais. Dessa forma, o pensamento feminista identificou muito bem que as mulheres estão submetidas a uma apropriação do seu trabalho pelo sexo oposto, o homem, e tanto de forma privada quanto pública, o que se chamou de *sexagem*.

Agora se percebe também que existem sujeitos que se direcionam para determinadas profissões, inserem-se no trabalho, mas de forma diferenciada porque o processo de sociabilidade em que estão inclusos incide e repercute nas condições objetivas de vida. Aqui por viverem um contexto heterossexista e ao transgredirem com esse modelo, pode-se enxergar determinados trabalhos que concentram a população LGBT, isso porque saltam a vista elementos que são particulares da cultura deste segmento no trabalho (o “batismo”, as gírias e as histórias que remetem aos sujeitos LGBT antecessores na profissão), como o caso da profissão de cabeleireiro.

Através da atividade do *Divas Days* no município de Iguatu, é possível analisar as potencialidade e limites para o fortalecimento na luta política do segmento LGBT na esfera local. Como uma atividade de caráter coletivo, permite-se perceber a articulação de elementos de sexualidade e classe como impulso para reivindicações de dimensões macrossociais, porém uma das deficiências é a limitada participação da atividade que não permite o reconhecimento dos membros participantes. Então, uma das estratégias para o fortalecimento do *Divas Days*, além da necessidade de socialização dos/as profissionais engajados/as em todos os processos da atividade é também o avanço para uma dimensão reivindicativa e de denúncia do contexto heterossexista em que vivem.

Assim, ao lado de uma atividade de cunho caritativo como os serviços de cabelos, urge como importante aparecer uma dimensão política que revele a opressão em que o segmento LGBT está submetido. A notabilidade das sexualidades transgressoras deve ultrapassar o limite do meramente enxergar e alcançar a luta por mudanças em um plano conjuntural.

No caso dos/as cabeleireiros/as do *Divas Days* esse processo se inicia desde a família ao trabalho quando se constata a predominância da divisão sexual do trabalho com recorte feminino nas suas atividades laborais, porém mesmo dentro desses trabalhos que tem um valor social agregado inferior não significa dizer que os/as LGBT não são violentados/as por transgredirem com o heterossexismo nessas profissões. Daí enxergar que os sujeitos da diversidade sexual recorrem a diversas *estratégias de aceitabilidade* nos espaços de trabalho, seja qual for essas *estratégias* perseguem onde que estejam até mesmo no salão de beleza.

O processo de inserção na profissão de cabeleireiro/a é marcado por inúmeros fatores tanto limitantes de uma profissão anterior que estão e que, em algum momento da vida, surge a possibilidade de cursar um curso profissionalizante de cabeleireiro de forma gratuita como pela aproximação de amigos que já estão na profissão. Além disso, a característica de um trabalho informal livre das hierarquias, ao poder ser proprietário/a do estabelecimento, contribui para o interesse desses/as profissionais no ramo e para um trabalho menos forçoso e rígido.

Ainda também vale acrescentar que fatores subjetivos influenciam na escolha da profissão, uma vez que esta consiste de vários ramos específicos e permite um leque maior de identificação com atividades de penteados, tinturas (química), corte masculino, escovagem entre outras. De forma bem distanciada, mas não menos influente, o contexto escolar aparece como uma questão concreta em que os/as pesquisados/as se inserem. O fato importante que impede a realização em alcançar profissões que se projetava na infância, mais nitidamente, fatores de classe e sexualidade desfavorecem os/as pesquisados/as seja pela desistência

escolar por motivos de trabalho infantil ou pela homofobia sofrida pelos/as profissionais ou colegas no ambiente escolar.

Assim, a pesquisa vem com o intuito de buscar por meio dos processos de trabalho de cabeleireiro/a delimitar de forma significativa como os sujeitos que transgridem com o heterossexismo se inserem e realizam seu trabalho em um contexto adverso a sua sexualidade e classe. Em outras palavras, a investigação do processo de trabalho dos/as LGBT surge aqui como uma estratégia ou um caminho que foge dos riscos suscetíveis de naturalização de determinadas profissões para o segmento transgressor como decorador, maquiador, cozinheiro, secretário do lar, estilista, caminhoneira e, particularmente como objeto da pesquisa, o posto de cabeleireiro/a.

Neste sentido, aqui se evidencia a inconsistência do pensamento naturalizante que permeia essas profissões com o segmento LGBT, desvenda as condições objetivas a qual o segmento está inserido e demonstra que são incidências importantes para a análise. Dessa forma, a necessidade de estudos como este revela a importância da articulação do trabalho com a sexualidade como um processo da sociabilidade, por isso, investigar os condicionantes que influenciam para o direcionamento a esses determinados trabalhos.

A chave importante para desvendar a sociabilidade da diversidade sexual é perceber que a articulação entre trabalho e sexualidade se torna um elemento promissor para desvendar os fenômenos com que se depara no cotidiano do trabalho de um segmento subalterno. O contexto heterossexista e capitalista de forma imbricada dão margens para fazer essa articulação e curiosamente buscar a investigação dos elementos consubstanciais em uma costura importante para entender o processo de construção dos sujeitos por fatores objetivos da sexualidade e o trabalho.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. **O Novo (e precário) Mundo do Trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000. v. 01.
- ANTUNES, R. O Desenho Multifacetado do Trabalho Hoje e sua Nova Morfologia. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. Nº 69, p. 107 – 119, São Paulo: Cortez, 2002.
- BEAUVOIR, S. D. **O Segundo Sexo**: fatos e mitos. Trad. Sérgio Milliet. 4ª Ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. Disponível em: <<http://brasil.indymedia.org/media/2008/01/409660.pdf>> Acesso em 20/06/2015.
- CAVALCANTE; F. B. S.; SILVA; M. M. Educar para a emancipação humana: o papel atual da escola e a busca por políticas LGBT no ambiente escolar. In: **Periodicus**, v. 2, p. 01 – 12, 2014. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/12876/9181>> Acesso em 04/05/2015.
- CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8662/93 de Regulamentação da Profissão**. Brasília – DF: , 2012.
- CHAGAS, E. F. A Natureza Dúplice do Trabalho em Marx: Trabalho Útil - Concreto e Trabalho Abstrato. In: MENEZES, A. M. D.; LIMA, C. G.; LIMA, K. R. R.; SANTOS, L. K. M. (Org.). **Trabalho, Educação, Estado e a Crítica Marxista**. Fortaleza: Edições UFC., 2009, v., p. 25-36.
- _____. O Pensamento de Marx sobre a Subjetividade. In: **Trans/Form/Ação**, v. 36, n. 2, p. 63 – 84, mai-ago., 2013. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/transformacao/article/view/3099/2360>>. Acesso em 12/03/2015.
- CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- _____. **Feminismo, Luta de Classes e Consciência Militante Feminista no Brasil**. 408 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- DANTAS, C; MONTEIRO, J. Relações de Gênero no Semiárido: diagnóstico do território do Apodi. Cadernos 8 de Março, n. 6, Mossoró, RN, 2003. (Cartilha).
- ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Trad. Ciro Mioranza. São Paulo: Editora Escala, [1974].
- FALQUET, Jules. Repensar as Relações Sociais de Sexo, Classe e “Raça” na Globalização Neoliberal. In: **Mediações**, v. 13, n. 1-2, p. 121 – 142, Jan/ Jun e Jul/Dez. 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/3290/2702>>. Acesso em 20/05/2015.
- FERREIRA, D. R. S. **Ousar dizer o nome**: movimento homossexual e o surgimento do GRAB no Ceará. 87 f. Monografia (graduação em Serviço Social) – Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2003.
- FERREIRA, Vítor Sérgio. Resgates Sociológicos do Corpo: esboço de um percurso conceptual. In: **Análise Social**, Lisboa, n. 208, p. 495 – 528. 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Trad. Maria Tereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é Homossexualidade?** São Paulo: Abril Cultural e Brasiliense, 1985.

GAVIRIA, L. G. A. Género, trabajo emocional y corporal em peluquerías y salones de belleza. In: **La manzana de la discordia**, enero-junio, vol. 6, nº1, p. 09 – 24, 2011. Disponível em: <<http://manzanadiscordia.univalle.edu.co/volumenes/articulos/V6N1/art1.pdf>> Acesso em 11/03/2015.

GGB – Grupo Gay da Bahia. **Relatório Anual de Assassinato de Homossexuais no Brasil (LGBT) relativo a 2013**. Disponível em: <<http://www.midianews.com.br//storage/webdisco/2014/02/14/outros/747486191270d149b81fdfe548b921d1.pdf>> Acessado em 20 de jun. 2014.

GOLDENBERG, M. **A Arte de Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 8º Ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Trad. Adail Ubajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 22ª ed. São Paulo: Loyola, 2012.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. Trad. Fátima Murad. In: **Cadernos de Pesquisa**, n. 132, v. 37, p. 595 – 609, 2007. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf> Acesso em 18/05/2015.

IAMAMOTO, M. V. **Trabalho e Indivíduo Social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista**. 5º Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. A Questão Social no Capitalismo. In: **Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**, ano 02, nº 03, p. 09 – 31, 2001.

ILGA - Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexos. **Homofobia do Estado: Uma pesquisa mundial sobre legislações que proíbem relações sexuais consensuais entre adultos do mesmo sexo**. Disponível em: <http://www.abglt.org.br/docs/ILGA-Homofobia_do_Estado_2010.pdf>. Acessado em 06 de jun. 2014.

JOCA, Alexandre Martins. **Diversidade Sexual na Escola: um “problema” posto à mesa**. 184 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação – FAGED, Universidade Federal do Ceará, 2008.

JÚNIOR, E. A. P. Espaço, Industrialização e Acumulação Capitalista: uma abordagem para o nordeste e o Ceará. In: Mercator – Revista de Geografia da UFC, ano 02, nº 04, p. 65-73, 2003. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/151/120>> Acesso em 08/10/2014.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. In: **Novos estudos – CEBRAP**, n.86, p. 93-103, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n86/n86a05.pdf>> Acesso em 12/03/2015.

_____. A Relação Social de Sexo da Reprodução das Relações Sociais à sua Subversão. In: **Pro-posições**, vol. 13, n. 1, p. 47 – 59, Jan/Abr. 2002. Disponível em: <<http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/proposicoes/textos/37-dossie-kergoatd.pdf>> Acesso em 06/04/2015.

LE BRETON, David. **A Sociologia do Corpo**. Trad. Sonia M. S. Fuhrmann. 5º Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

LIRA, I. C. D. Informalidade: reflexões sobre o tema. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 69, p. 140 – 149, 2002.

MARIANO, Andreyson Silva; AYRES, Natália. **As Relações entre Exploração e Opressão na Sociedade Capitalista**. Disponível em: <<http://semanaecopol.files.wordpress.com/2013/10/gt-2-andreyson-silva-mariano-as-relac3a7c3b5es-entre-explorac3a7c3a3o-e-opressc3a3o.pdf>>. Acessado em 20 de jun. 2014.

MARTINELLI, M. L. O Uso de Abordagens Qualitativas na Pesquisa em Serviço Social. In: MARTINELLI, M. L. (org.). **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Trad. Florestan Fernandes. 2º Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Trad. Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2001.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Tomo I. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. Tomo 1. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/ocapital-1.pdf> Acessado em 31 de mai. 2014 às 14:00.

_____. **Trabalho Assalariado e capital & Salário, Preço e Lucro**. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Frederic. **A Ideologia Alemã**. Trad. Frank Müller. 3º Ed. São Paulo: Martin Claret, 2008. (Coleção a obra-prima de cada autor).

MARX, Karl. Teses ad Feuerbach. In: **A Ideologia Alemã**. Trad. Frank Müller. 3º Ed. São Paulo: Martin Claret, 2008b. (Coleção a obra-prima de cada autor).

MEDEIROS, E. M.; CAVALCANTE, F. B. S.; OLIVEIRA, L. N. Juventude Rural, Gênero e Questão Agrária: uma aproximação da realidade cearense a partir do projeto de extensão juventude e cooperação agrícola. In: MENEZES, M. A.; STROPASOLAS, V. L.; BARCELLOS, S. B. (org). **Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014. (Coleção Juventudes) Disponível em: <http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0009/2708/Miolo_Juventude_rural_web.pdf>. Acesso em 15/03/2015.

MONTAÑO, C; DURIGUETTO, M. L. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3ª Ed. vol. 5. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica de Serviço Social).

MOTT, L. A Revolução Homossexual: o poder de um mito. In: **Revista USP**, São Paulo, n. 49, p. 40 – 59, mar-mai 2001. Disponível em: <www.usp.br/revistausp/49/04-luizmott.pdf>. Acesso em 07/06/2014.

_____. Porque os Homossexuais são os mais odiados dentre todas as minoras? In: **Cadernos Pagu**, Unicamp, 2012. Disponível em: <www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=50798>. Acesso em 03/04/2014.

NETTO, J. P. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. 1º Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. Introdução ao Método da Teoria Social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: Unb, 2009.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. 8º Ed. v. 1. São Paulo: Cortez, 2012. (Biblioteca Básica de Serviço Social).

NOGUEIRA, C. M. **A Feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. Campinas: Autores Associados, 2004.

OKITA, Hiro. **Homossexualidade: da opressão à libertação**. São Paulo: Sudermann, 2007.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer Pesquisa Qualitativa**. 4º Ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

PARKER, R. **Abaixo do Equador: culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil**. Trad. Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2002.

PAULILO, M. A. S. A Pesquisa Qualitativa e a História de Vida. In: **Serviço Social em Revista**, UEL, Londrina, v. 02, nº 02, p. 135 – 148, 1999. Disponível em: <www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v2n1_pesquisa.htm> Acesso em 03/03/2015.

PELÚCIO, L. Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. In: **Cadernos Pagu**, Unicamp, jul. - dez., p. 217 – 248, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n25/26528.pdf>> Acesso em 04/10/2015.

PINTO, G. A. **A Organização do Trabalho no Século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo**. 2º Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

RAMÍREZ, J. B. (Alanis). Peluqueros, estilistas y barberos: hegemonías masculinas e identidades laborales en peluquerías y barberías bogotanas, 2011. Disponível em: <<http://www.estudiosmasculinidades.buap.mx/num10/peluqueros.html>> Acesso em 04/05/2015.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade Compulsória e a Existência Lésbica. In: **Bagoas**, vol.05, p. 17 – 29, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309/1742>>. Acesso em 03/02/2015.

RUBIN, Gayle. **O Tráfico de Mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo**. Trad. Christine Rufino Dabat, Edileusa Oliveira da Rocha e Sonia Corrêa. Recife: SOS Corpo – Gênero e Cidadania, 1993.

_____. **Pensando o Sexo: Notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade**. 1984. Disponível em: <<http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/gaylerubin.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2010.

SAFIOTTI, H. I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente).

SANTOS, L. P. M. **A Subordinação Feminina na Cultura Popular Cearense**: uma análise das músicas de forró da contemporaneidade. 121 f. Monografia (Graduação em Serviço Social). Centro de Estudos Sociais Aplicados. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, A. P. et all. “Conte-me sua História”: reflexões sobre o método de história de vida. In: **Mosaico – Estudos em Psicologia**, v. 1, nº 1, p. 25 – 35, 2007. Disponível em: <www.fafich.ufmg.br/mosaico/index.php/mosaico/article/download/6/4> Acesso em 03/02/2015.

SILVEIRA, E. M. C. **De Tudo Fica um Pouco**: a construção social da identidade do transexual. 304 f. Tese (Tese de Doutorado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social. Pontífca Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

TAVARES, M. A. Trabalho Informal: os fios invisíveis da produção capitalista. In: **Revista Outubro**, nº 07, p. 49 – 60, 2002. Disponível em: <www.revistaoutubro.com.br/edicoes/07/out7_06.pdf> Acesso em 16/03/2015.

TELES, E. L. **O Ofício de Barbeiro**: memória, tradições e modernidades. 104 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Antropologia. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

TEIXEIRA, F. J. S. O Capital e suas Formas de Produção de Mercadorias Rumo ao Fim da Economia Política. In: **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, v. 10, p. 67-9, 2000. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie2465_merged.pdf> Acesso em 12/06/2015.

TOITIO, Rafael D. Apontamentos sobre Sexualidade e a Consustancialidade das Relações de Poder. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos)**. Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1386341706_ARQUIVO_RafaelToitio.pdf> Acesso em 20/03/2015.

TRINCA, T. P. **O corpo-imagem na “cultura do consumo”**: uma análise histórico-social sobre a supremacia da aparência no capitalismo avançado. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília, 2008.

VANCE, Carole S. A Antropologia Redescobre a Sexualidade: um comentário teórico. In: **Physis – Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, vol. 5, p. 07 – 31, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v5n1/01.pdf>> Acesso em 15/02/2015.

WEEKS, Jeffrey. O Corpo e a Sexualidade. 2ª Ed. In: LOURO, G. L. (org.). **O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

WELZER-LANG, D. A Construção do Masculino: dominação das mulheres e homofobia. Tradução: Miriam Pillar Grossi. In: **Estudos Feministas**. nº 65, p. 461 – 482, 2001. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8635.pdf> Acesso em 22/03/2015.

WITTIG, Monique. **El pensamiento heterosexual y otros ensayos**. Trad. Javier Sáez y Paco Vidarte. Madrid: Egales, 2006.

APÊNDICES



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TÍTULO DO PROJETO: ECONOMIA POLÍTICA DA DIVERSIDADE SEXUAL: AS CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO DOS/AS CABELEIREIROS/AS LGBT NO MUNICÍPIO DE IGUATU – CE

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará campus Iguatu

Prezado Sr./Sra.,

Você está sendo convidado/a a participar do estudo científico que tem como finalidade: identificar as configurações do trabalho dos/as cabeleireiros/as LGBT no município de Iguatu, tendo como intuito aprofundar e ampliar o conhecimento científico a cerca do tema, na perspectiva de que possa oferecer subsídios para o estudo e dar visibilidade aos sujeitos que compõem a diversidade sexual dentro da esfera acadêmica.

Asseguramos que a sua participação nesse estudo não causa nenhum tipo de dano à integridade física e psíquica.

Será utilizada a entrevista individual e o questionário como instrumentos de coleta de dados. A identidade do/a entrevistado/a será preservada. O material transcrito ficará sob a guarda do pesquisador responsável, resguardadas e garantidas as condições de sigilo.

Os resultados do estudo serão divulgados em congressos, publicações científicas e/ou publicações de modo geral.

Serão respeitadas todas as condições éticas podendo o/a entrevistado/a retirar seu consentimento a todo e qualquer momento da presente pesquisa, sem que isso incorra em penalidades ou constrangimentos de qualquer espécie;

Através de sua colaboração será possível contribuir para o aperfeiçoamento da produção de conhecimento relativo ao debate da diversidade sexual, permitindo a iniciativa de fortalecer os estudos na área.

Qualquer esclarecimento que necessite poderá entrar em contato com Francisco Brenno Soares Cavalcante, autor do estudo, pelo e-mail: brenno Soarescavalcante@yahoo.com.br ou pelos telefones: (85) 87994447 (OI) / (85) 98254708 (TIM).

TERMO DE CONSENTIMENTO PÓS ESCLARECIDO

Autorizo-me voluntariamente a participar deste estudo, pelo qual formalizo através da assinatura deste termo em duas vias, sendo uma retida por mim e a outra pelo pesquisador. Poderei deixar de participar a qualquer momento, sem que isso acarrete qualquer prejuízo à minha pessoa e/ou ao adolescente que sou responsável.

Pesquisador _____

Participante _____

Iguatu, _____ de _____ de 2015

Roteiro de entrevistas semiestruturadas

Nome? Idade? Qual sua escolaridade?

Há quanto tempo está na profissão?

Qual sua identidade sexual ou de gênero?

De onde veio (onde nasceu)?

Como é a sua composição familiar? É religiosa?

Como foi a sua infância (como foi a questão da sua sexualidade/gênero na sua família)?

Como foi sua juventude (como foi a questão da sua sexualidade/gênero na sua família)?

Como foi assumir sua homossexualidade ou travestilidade?

Como você conseguiu seu primeiro trabalho? Em que você trabalhou?

Como você chegou à profissão de cabeleireiro/a?

Você recebeu apoio da família no início da carreira?

No começo da sua carreira você já era assumido/a como homossexual ou travesti?

Você já exerceu outra profissão? Qual? Há diferença no tratamento das pessoas com você?

Como você caracteriza sua profissão, o que ela tem de diferente das demais?

O que você acha indispensável para um/a profissional cabeleireiro/a?

Como você analisa a relação entre os/as cabeleireiros/as do Divas Days?

Por que você era do Divas Days? Como foi o convite? Você acha necessário, por quê?

O salão também é espaço de descontração? Você acha que são em todos ou só os quais têm homossexuais e travestis?

Você acha que o salão de beleza é mais tolerante que outros espaços de trabalho? Em quê e por quê?

Como você avalia a frase “amigo de mulher só cabeleireiro”, o que você acha disso?

Qual a imagem que você tem da sua profissão?

O que você mais gosta da sua profissão?

Como você acha que os outros enxergam?

Qual o momento mais difícil da carreira de cabeleireiro?

Segundo o Grupo Gay da Bahia no ano de 2013/14 os/as cabeleireiros/as ocuparam a segunda posição de profissões das vítimas por homofobia e a primeira foi a profissional do sexo. Por que você acha que tem uma alta taxa de vítimas eram cabeleireiros? Você já sofreu algum tipo de preconceito no salão?

Você acha que existe alguma relação entre homossexuais e travestis com a profissão de cabeleireiro/a?

Você já sentiu dificuldade em exercer a profissão pela sua orientação sexual? Isso já lhe impediu de fazer algo?

Você acredita que todos os seus clientes sabem? Há uma diferença no tratamento entre homens e mulheres?

Existe diferença entre o barbeiro e o cabeleireiro? Qual?

Você acha que existe alguma diferença entre os cabeleireiros homossexuais/travestis dos/as heterossexuais?

Você tem um/a assistente? Ele/a faz a mesma atividade que você?

Existia alguma profissão em que você se identificava anteriormente ou que ainda pretende seguir?

Quais os riscos que tem na profissão as consequências (doenças ou lesões)?

Você já consegue sentir esses efeitos?

Você contribui para a previdência?

Como você se vê futuramente? Como você está se planejando para o futuro?